



BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Avenida da Liberdade, n.º 195, 1250 – 142 Lisboa – Portugal

Nº de Mat. na Conservatória Registo Comercial Lisboa e de Pessoa Colectiva 500 852 367

Capital Social: 3.499.999.998,00 Euros

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO E INDIVIDUAL

1º SEMESTRE DE 2010

(Informação financeira auditada elaborada de acordo com os IFRS conforme adoptados pela União Europeia, aprovada na reunião do Conselho de Administração de 23 de Julho de 2010)

(De acordo com o disposto no artº 9º do Regulamento CMVM nº 5 / 2008)

Índice

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Aspectos Mais Relevantes da Actividade e Resultados
2. Enquadramento Macroeconómico
3. Resultados
 - 3.1 Resultado Financeiro
 - 3.2 Serviços a Clientes
 - 3.3 Resultados de Operações Financeiras e Diversos
 - 3.4 Custos Operativos
 - 3.5 Provisões
 - 3.6 Rendibilidade
4. Actividade
 - 4.1 Evolução Geral
 - 4.2 Principais Áreas de Negócio (Segmentos Operacionais)
5. Solidez Financeira e Outros Indicadores
 - 5.1 Qualidade do Crédito
 - 5.2 Liquidez, Solvabilidade e Solidez Financeira
 - 5.3 Produtividade e Eficiência
 - 5.4 Indicadores de Referência do Banco de Portugal
6. Principais Riscos e Incertezas para o 2º Semestre de 2010
7. Actividade e Resultados do BES (Individual)
 - 7.1 Evolução da Actividade e Qualidade dos Activos
 - 7.2 Condições de Funcionamento, Produtividade e Rendibilidade
8. Informações Diversas
 - 8.1 Valores Mobiliários Emitidos pelo Grupo BES detidos pelos Titulares dos Órgãos Sociais do BES
 - 8.2 Participações Qualificadas no Capital Social do BES
 - 8.3 Acções Próprias do BES
9. Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira apresentada

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

- Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares e Notas Explicativas
- Demonstrações Financeiras Individuais Intercalares e Notas Explicativas
- Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Consolidada
- Relatório de Revisão Limitada sobre Informação Semestral Individual

ANEXO

- Listagem das transacções realizadas pelo pessoal chave da gestão durante o 1º semestre de 2010

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA ACTIVIDADE E RESULTADOS

- ❑ O resultado do primeiro semestre de 2010 atingiu 282,2 milhões de euros (crescimento de 14,6% em termos homólogos), que corresponde a uma rentabilidade dos capitais próprios de 9,6% (ano de 2009: 10,0%; 8,8% excluindo resultados extraordinários).
- ❑ A área internacional continua a ter um papel importante no desempenho do Grupo: o produto bancário comercial aumentou 32,4% e a contribuição para o resultado consolidado foi de 34% (1º Sem, 09: 34%), situando-se em 96,1 milhões de euros.
- ❑ O crédito a clientes registou um crescimento de 8,4% (Jun, 09:+4,6%), também impulsionado pelo crescimento do crédito na área internacional (+16,8%). O crédito a empresas foi a componente mais dinâmica aumentando 11,1% (acréscimo de 3,9 mil milhões de euros); os depósitos de clientes tiveram um aumento de 3,7% e não foram suficientes para compensar o declínio na colocação dos certificados de depósito no mercado internacional, devido à redução dos *ratings* da dívida soberana e, concomitantemente, do sistema bancário, situação que conduziu à queda dos recursos totais em 4,3%.
- ❑ Os custos operativos registaram um aumento de 9,9% impulsionado pelo programa de expansão internacional nos países emergentes, o que determinou um agravamento de 33,9% dos custos operativos da área internacional. Apesar disso, o *Cost to Income* (com mercados) manteve-se num patamar abaixo dos 50%.
- ❑ O esforço de provisionamento para crédito no semestre situou-se em 65 pb, (1º Sem, 09: 1,13%; base comparável: 0,97%) levando ao aumento para 3,15% do saldo de provisões em balanço para fazer face ao risco do crédito total concedido a clientes (Jun, 09: 2,81%).
- ❑ O rácio de sinistralidade a mais de 90 dias situou-se em 1,70% (Jun, 09: 1,42%), sendo a correspondente cobertura por provisões de 184,9% (Jun, 09: 197,9%).
- ❑ As emissões realizadas antecipadamente em 2009, adicionadas da dívida emitida no corrente exercício no valor de 7,8 mil milhões de euros cobrem as necessidades de financiamento para 2010. Até à presente data já foram reembolsadas 98% das emissões de médio e longo prazo que maturam em 2010 (5,1 mil milhões de euros). Adicionalmente, o Grupo mantém em carteira activos elegíveis para redesconto no montante de 12 mil milhões de euros (dos quais 7,6 mil milhões de euros junto do BCE).
- ❑ O rácio de solvabilidade é de 11,2%, com o *Tier 1a* situar-se em 8,4%.
- ❑ As principais posições accionistas da carteira de Activos Disponíveis para Venda têm associado um ganho potencial de 163 milhões de euros (Jun, 09: 58 milhões de euros).

PRINCIPAIS INDICADORES

	30-Jun-09	30-Jun-10	Variação
ACTIVIDADE (milhões de euros)			
Activos Totais ⁽¹⁾	105 009	107 789	2,6%
Activo	81 428	84 874	4,2%
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)	52 228	56 597	8,4%
Recursos de Clientes de Balanço	40 052	37 841	-5,5%
Recursos Totais de Clientes	58 378	55 847	-4,3%
Fundos Próprios e Equiparados	8 893	9 221	3,7%
RENDIBILIDADE (%)			
Rendibilidade dos Capitais Próprios (<i>ROE</i>)	10,1	9,6	-0,5 pp
Rendibilidade do Activo (<i>ROA</i>)	0,64	0,68	0,04 pp
SOLVABILIDADE (%)			
Rácio Banco de Portugal ⁽²⁾			
- Total	12,2	11,2	-1,0 pp
- <i>TIER I</i>	8,9	8,4	-0,4 pp
- <i>CORE TIER I</i>	8,3	7,9	-0,4 pp
QUALIDADE DOS ACTIVOS (%)			
Crédito Vencido >90 dias/ Crédito a Clientes	1,42	1,70	0,28 pp
Cobertura do Crédito Vencido > 90 dias	197,9	184,9	-13,0 pp
Saldo de Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes	2,81	3,15	0,34 pp
Custo do Risco ⁽³⁾	1,13	0,65	-0,48 pp
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA			
Custos Operativos / Activos Totais (%)	0,98	1,05	0,07 pp
Activos ⁽¹⁾ por Empregado (€,000)	11 389	10 770	-5,4%
<i>Cost to Income</i> (com mercados) (%)	44,2	49,3	5,1 pp
<i>Cost to Income</i> (sem mercados) (%)	51,4	60,2	8,8 pp
REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)			
Rede de Retalho	794	820	26
- Doméstica	733	725	-8
- Internacional	61	95	34

(1) Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

(2) Valores calculados com base no método *IRB Foundation*

(3) Dotações para Provisões para Crédito (valor anualizado) / Crédito a Clientes

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O segundo trimestre de 2010 ficou marcado pela deterioração do risco soberano na Europa, o qual atingiu o seu ponto mais elevado no início de Maio. O *spread* dos títulos da dívida pública grega a 10 anos, face ao *benchmark* alemão, atingiu um máximo de 965 bps no dia 7 de Maio. Nos casos português e espanhol, o mesmo *spread* elevou-se, nesse dia, a 349 e 164 bps, respectivamente. A deterioração da confiança dos investidores foi alimentada pela revisão em baixa, em Abril, dos *ratings* soberanos de Grécia, Portugal e Espanha por parte de uma das principais agências (para BB+, A- e AA, respectivamente) implicando, no caso grego, uma notação inferior a *investment grade*. A criação de um fundo de estabilização financeira pela UE e pelo FMI e o apoio destas instituições à economia da Grécia contribuíram para alguma melhoria da confiança e para um estreitamento dos *spreads* soberanos. No entanto, estes mantinham-se anormalmente elevados no final do segundo trimestre (785 bps na Grécia, 312 bps em Portugal e perto de 200 bps em Espanha). Aos receios dos investidores acresceram as incertezas em torno do potencial impacto da crise do risco soberano sobre o sector financeiro europeu. O final do primeiro semestre foi, assim, marcado por uma secagem de liquidez nos mercados monetário e de crédito, afectando em particular as economias da periferia da Zona Euro e levando o BCE a aumentar a provisão de liquidez a estas economias. Entre Março e Junho, a taxa euribor a 3 meses subiu de 0,634% para 0,767% e o euro caiu 9,4% face ao dólar, para EUR/USD 1,226.

Neste contexto de elevada aversão ao risco e maior procura por activos de refúgio, a *yield* dos títulos da dívida pública alemã a 10 anos caiu 52 bps, para 2,58% e os principais índices accionistas registaram variações negativas no conjunto do trimestre. Entre Março e Junho, os índices DAX e CAC40 desvalorizaram-se, respectivamente, 3,1% e 13,4%, enquanto os índices IBEX e PSI-20 registaram quedas de 14,8% e 12,8%. Nos EUA, os índices Dow Jones, Nasdaq e S&P500 perderam 10,0%, 12,0% e 11,9% no trimestre, respectivamente. No Brasil, o índice Bovespa cedeu 13,4%.

Não obstante a evolução desfavorável da confiança, a actividade económica global registou uma tendência de recuperação na primeira metade do ano, liderada pelas principais economias emergentes, mas também com acelerações do PIB nos EUA e na Zona Euro no segundo trimestre. Portugal beneficiou, neste período, de um maior dinamismo das exportações, que registaram um crescimento nominal homólogo de 18,4% até Maio. Neste contexto, o PIB português terá registado variações homólogas próximas de 1,8%, tanto no primeiro como no segundo trimestre.

3. RESULTADOS

Apesar de o primeiro semestre ter decorrido sob um contexto de quebra de confiança dos mercados financeiros e de deterioração do risco soberano dos países do sul da Europa, o Grupo BES conseguiu atingir um resultado de 282,2 milhões de euros representativo de um aumento de 14,6% face ao período homólogo do ano anterior e de uma rentabilidade dos capitais próprios (*ROE*) de 9,6%.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

milhões de euros

Variáveis	até Jun, 09	até Jun, 10	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	650,2	546,3	- 103,9	-16,0%
+ Serviços a Clientes	346,2	389,6	43,4	12,5%
= Produto Bancário Comercial	996,4	935,9	- 60,5	-6,1%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	162,1	205,7	43,6	26,9%
= Produto Bancário	1 158,5	1 141,6	- 16,9	-1,5%
- Custos Operativos	512,3	563,3	51,0	9,9%
= Resultado Bruto	646,2	578,3	- 67,9	-10,5%
- Provisões líquidas de Reposições	325,1	238,8	- 86,3	-26,5%
Crédito	274,1	174,5	- 99,6	-36,3%
Títulos	22,6	32,3	9,7	43,1%
Outras	28,4	32,0	3,6	12,6%
= Resultado antes de Impostos e Minoritários	321,1	339,5	18,4	5,7%
- Impostos	53,3	21,5	- 31,8	-59,6%
= Resultado após Impostos	267,8	318,0	50,2	18,7%
- Interesses Minoritários	21,6	35,8	14,2	65,5%
= Resultado do Exercício	246,2	282,2	36,0	14,6%

Na linha evolutiva do primeiro trimestre, salienta-se a capacidade de criar valor para o accionista fruto de uma estratégia consistentemente centrada na satisfação dos clientes, no controlo dos riscos e na solidez do Grupo.

Como aspectos mais salientes do semestre destaca-se:

- a robustez do produto bancário que, pese embora a ligeira quebra de 1,5%, foi conseguida num contexto especialmente adverso;
- a contribuição da área internacional, determinante para a sustentabilidade do produto bancário comercial, cuja representatividade para o consolidado aumentou para 34% (1º Sem, 09: 24%);
- o reforço do provisionamento, que se manteve expressivo (41% do resultado bruto/*cash flow* gerado) e com impactos positivos no rácio “ Provisões para Crédito / Crédito Concedido”.

Actividade Internacional

A concretização da estratégia internacional prosseguiu a bom ritmo, sendo de assinalar a presença na Líbia onde, no passado mês de Abril, se procedeu à aquisição de 40% do capital social e se assumiu o controlo da gestão do *Aman Bank*, banco privado com sede na capital, Tripoli.

O resultado proporcionado pelas unidades internacionais totalizou 96,1 milhões de euros que corresponde a um aumento de 13,3% (30,8% numa base comparável caso se ajuste o resultado do 1º semestre de 2009 do BES Angola pelo actual nível de participação do Grupo). Para o resultado alcançado foi decisivo o crescimento do produto bancário comercial em 32,4% (doméstico: -18,2%) com evoluções francamente positivas do resultado financeiro (+26,4%) e do comissionamento (+49,8%), conjugado com um menor esforço de provisionamento.

Importa realçar o facto do Grupo apresentar resultados positivos em quase todos os países nos quais está presente, com destaque para o contributo das unidades no Reino Unido, Angola e Brasil, assim como a recuperação registada em Espanha devido ao crescimento do negócio internacional e ao abrandamento do esforço de provisionamento.

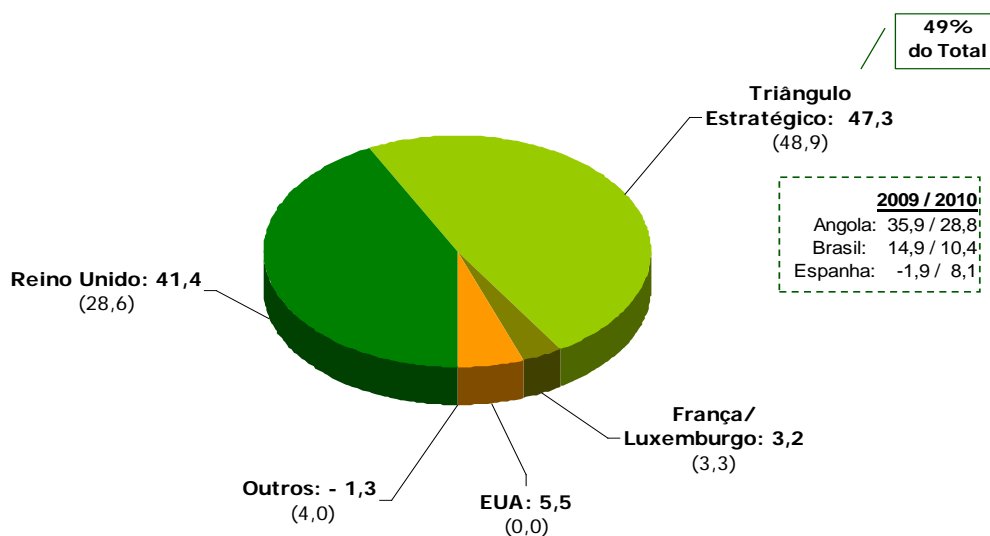
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Actividade Doméstica e Actividade Internacional

Variáveis	milhões de euros					
	Actividade Doméstica			Actividade Internacional		
	até Jun, 09	até Jun, 10	Variação	até Jun, 09	até Jun, 10	Variação
Resultado Financeiro	472,4	321,6	-31,9%	177,8	224,7	26,4%
+ Serviços a Clientes	284,5	297,1	4,4%	61,7	92,5	49,8%
= Produto Bancário Comercial	756,9	618,7	-18,2%	239,5	317,2	32,4%
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	109,4	188,1	71,8%	52,7	17,6	-66,5%
= Produto Bancário	866,3	806,8	-6,9%	292,2	334,8	14,6%
- Custos Operativos	415,8	434,1	4,4%	96,5	129,2	33,9%
= Resultado Bruto	450,5	372,7	-17,3%	195,7	205,6	5,0%
- Provisões líquidas de Reposições	250,2	194,2	-22,4%	74,9	44,6	-40,4%
Crédito	201,7	131,7	-34,7%	72,4	42,8	-40,8%
Títulos	22,7	32,6	43,3%	- 0,1	- 0,3
Outras	25,8	29,9	15,9%	2,6	2,1	-18,6%
= Res. antes de Impostos e Minoritários	200,3	178,5	-10,9%	120,8	161,0	33,2%
- Impostos	36,4	- 4,4	16,9	25,9	53,5%
= Resultado após Impostos	163,9	182,9	11,6%	103,9	135,1	30,0%
- Interesses Minoritários	2,5	- 3,2	19,1	39,0	103,9%
= Resultado do Exercício	161,4	186,1	15,3%	84,8	96,1	13,3%

ACTIVIDADE INTERNACIONAL

Contributo de 34% para o Resultado Consolidado

(milhões de euros)



() 1º Sem, 09

3.1. Resultado Financeiro

A actividade de intermediação no primeiro semestre foi condicionada pela quebra de confiança no sector financeiro e ainda pelos movimentos especulativos sobre o Euro induzidos pelos receios sobre a solvência dos países do Sul da Europa. Estas preocupações provocaram uma paralisia do mercado interbancário e um agravamento substancial dos custos de financiamento nos mercados de capitais internacionais.

Aquele enquadramento contrasta com um primeiro semestre de 2009, marcado pelos efeitos positivos do *mismatch* no *repricing* das carteiras activas e passivas associado à queda abrupta das taxas de mercado que, conjugado com a necessidade de aumentar os *spreads* do crédito, determinou melhorias na margem e contribuiu para elevar o resultado financeiro na primeira metade do exercício anterior.

Tendo como referência o contexto acima mencionado, o resultado financeiro atingiu 546,3 milhões de euros representando um decréscimo de 16% (até Mar, 10: -19,5%). Esta diminuição foi provocada por uma queda na margem de 45 pb (-149 milhões de euros) que não foi compensada pelo incremento com origem no volume (+45,1 milhões de euros).

RESULTADO E MARGEM FINANCEIRA

Variáveis	milhões de euros						
	até Jun, 09			até Jun, 10			
	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	
ACTIVOS FINANCEIROS	66 228	4,89	1 607	72 570	3,91	1 406	
Crédito a Clientes	48 146	5,13	1 225	51 519	3,73	953	
Outros Aplicações	18 082	4,26	382	21 052	4,34	453	
APLICAÇÕES DIFERENCIAIS	531	-	-	200	-	-	
ACTIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	66 759	4,86	1 607	72 771	3,90	1 406	
PASSIVOS FINANCEIROS	66 759	2,90	957	72 771	2,38	860	
Depósitos	24 981	2,33	289	25 622	1,53	194	
Outros Passivos	41 778	3,22	668	47 149	2,85	666	
RECURSOS DIFERENCIAIS	-	-	-	-	-	-	
PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	66 759	2,90	957	72 771	2,38	860	
RESULTADO / MARGEM		1,96	650		1,51	546	
<i>Euribor 3 M - média do trimestre</i>		1,66			0,67		

A redução da margem financeira em 45 pb (de 1,96% para 1,51%) deve-se ao facto de se ter registado uma quebra (-96 pb) na taxa média dos activos financeiros (de 4,86% para 3,90%) de maior amplitude do que a verificada nos passivos (-52 pb), de 2,90% para 2,38%.

Todavia, se analisarmos a evolução do resultado financeiro numa base trimestral, verificamos que o resultado financeiro do 2º trimestre, no valor de 293 milhões de euros, regista um aumento de 39 milhões de euros em relação ao conseguido no trimestre precedente (254 milhões de euros), confirmando a recuperação que havia sido então iniciada, após ter-se atingido um valor mínimo nos últimos três meses de 2009 (250 milhões de euros). Para a melhoria no 2º trimestre, contribuiu o aumento das taxas da carteira de títulos e uma utilização mais intensa das facilidades de liquidez do BCE.

RESULTADO E MARGEM FINANCEIRA TRIMESTRAL

Variáveis	milhões de euros								
	1º trimestre de 2010				2º trimestre de 2010				
	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos	Capitais Médios	Tx Média (%)	Proveitos / Custos
ACTIVOS FINANCEIROS	72 974	3,72	669	72 703	4,07	738			
PASSIVOS FINANCEIROS	72 974	2,31	415	72 703	2,46	445			
RESULTADO / MARGEM		1,41	254		1,61	293			

3.2. Serviços a Clientes

O comissionamento atingiu 389,6 milhões de euros, correspondente a um aumento de 12,5%, em termos homólogos, continuando em linha com a evolução registada no exercício de 2009 (+12,8%).

SERVIÇOS A CLIENTES

Tipo de Comissões	milhões de euros			
	até Jun, 09	até Jun, 10	Variação	
			absoluta	relativa
Cobrança de Valores	14,8	12,3	-2,5	-17,0%
Operações sobre Títulos	21,7	27,7	6,0	27,6%
Garantias Prestadas	34,1	41,7	7,6	22,3%
Gestão de Meios de Pagamento	43,2	40,8	-2,4	-5,4%
Comissões sobre Empréstimos e similares ⁽¹⁾	80,0	96,3	16,3	20,5%
Créditos Documentários	28,5	42,5	14,0	48,9%
Gestão de activos ⁽²⁾	46,3	50,0	3,7	8,0%
Cartões	16,5	18,7	2,2	13,3%
Bancasseguros	32,0	30,0	-2,0	-6,2%
Outros Serviços	29,1	29,6	0,5	1,4%
Total	346,2	389,6	43,4	12,5%

⁽¹⁾ Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*

⁽²⁾ Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras

Esta evolução tem sido suportada pela diversificação das fontes de receita, inovação dos serviços prestados, elevação dos padrões de qualidade e excelência dos serviços disponibilizados. A actividade do *cross-selling*, nomeadamente da bancasseguros, tem vindo a ser secundarizada relativamente aos produtos de balanço.

A análise por produto dos resultados gerados em termos de comissionamento coloca em evidência os seguintes aspectos:

- o estímulo ao desenvolvimento do comércio externo, visível no crescimento do comissionamento dos créditos documentários (+48,9%), reflexo do continuado apoio à internacionalização das empresas portuguesas;
- o aumento de 22,3% das comissões sobre garantias, em resultado de operações relevantes no segmento de grandes empresas, nomeadamente, nas garantias de papel comercial emitido pelos clientes;
- a evolução experimentada pelas comissões sobre empréstimos (+20,5%), encontra-se directamente relacionada com o desenvolvimento da actividade da banca de investimento;
- os serviços associados a operações sobre títulos apresentam um crescimento de 27,6%, relacionados também com a subscrição de papel comercial.

3.3. Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de mercados e diversos atingiram os 205,7 milhões de euros, valor que compara com 162,1 milhões de euros em igual período do ano anterior.

RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DIVERSOS

Tipo de Resultados	milhões de euros		
	até Jun, 09	até Jun, 10	Variação absoluta
RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	172,0	194,9	22,9
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	94,6	48,1	-46,5
Taxa de Juro	197,2	17,4	-179,8
Crédito	-81,3	-14,0	67,3
Cambial e Outros	-21,3	44,7	66,0
Acções	77,4	146,8	69,4
Negociação	15,4	77,9	62,5
Dividendos	62,0	68,9	6,9
OUTROS RESULTADOS	-9,9	10,8	20,7
Total	162,1	205,7	43,6

O ano de 2010, em especial o segundo trimestre, tem sido caracterizado por uma diminuição da liquidez nos mercados financeiros e por uma elevada incerteza. Esta situação deve-se à preocupação dos investidores com as contas públicas dos Estados da Zona Euro, que originou como consequência, um alargamento significativo dos *spreads* do crédito da dívida pública a instituições financeiras dos Países do Sul da Europa.

Esta crise de crédito teve como consequência uma desvalorização do Euro contra várias moedas tais como USD e BRL e o aumento da volatilidade no mercado accionista.

Mesmo neste ambiente o Grupo BES manteve, ao longo do semestre, uma forte contribuição da área de mercados, com os resultados a registarem lucros no 1º trimestre de 109,8 milhões de euros e no 2º trimestre de 95,9 milhões de euros. A avaliação de evolução dos resultados por tipos de risco revela que, com excepção do crédito onde se registaram prejuízos de 14 milhões de euros, todas as outras áreas registaram lucros, destacando-se em especial a negociação de acções com resultados de 77,9 milhões de euros.

3.4. Custos Operativos

A evolução dos custos de funcionamento (aumento de 9,9% em termos homólogos) continua a ser determinada pela expansão da actividade internacional, cujos custos aumentaram 33,9%, contrastando com a contenção operada na área doméstica (+4,4%).

CUSTOS OPERATIVOS

Natureza	até Jun, 09	até Jun, 10	Variação	
			absoluta	relativa
Custos com Pessoal	276,9	298,9	22,0	8,0%
Gastos Gerais Administrativos	191,9	213,9	22,0	11,4%
Amortizações	43,5	50,5	7,0	16,0%
Total	512,3	563,3	51,0	9,9%
Actividade Doméstica	415,8	434,1	18,3	4,4%
Actividade Internacional	96,5	129,2	32,7	33,9%

Os custos com pessoal registaram um aumento de 8,0%, sendo de referir o impacto do reforço das equipas da área internacional em 155 novos colaboradores, aos quais há que adicionar a entrada no perímetro de consolidação do *Aman Bank*. A contenção conseguida na componente doméstica, com os respectivos custos a registarem um aumento de apenas 1,3%, teve por base o processo de actualização salarial e de promoções, atenuado pela redução da amortização dos desvios actuariais com pensões.

CUSTOS COM PESSOAL

Natureza	até Jun, 09	até Jun, 10	milhões de euros Variação	
			absoluta	relativa
Vencimentos e Encargos associados	233,4	258,1	24,7	10,6%
Benefícios pós emprego	43,5	40,8	-2,7	-6,2%
Total	276,9	298,9	22,0	8,0%
Actividade Doméstica	221,4	224,4	2,9	1,3%
Actividade Internacional	55,4	74,5	19,1	34,5%

A evolução dos gastos gerais administrativos continua a ser influenciada pela progressão do consumo de bens e serviços das actividades no exterior (+35,9%), enquanto que os custos domésticos registaram um agravamento de 6,3%, em grande parte devido a serviços de suporte ao desenvolvimento da actividade internacional.

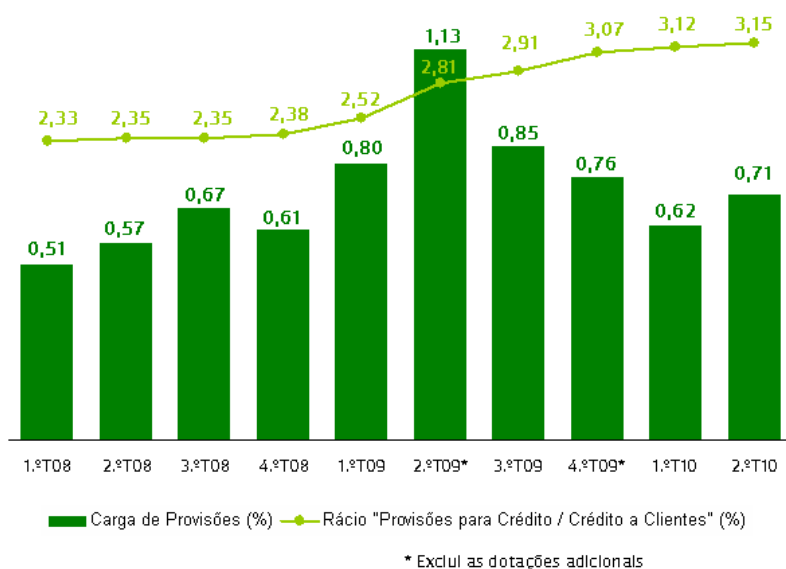
O investimento informático constitui um instrumento incontornável na operacionalização da estratégia de internacionalização e de melhoria da eficiência e produtividade no Grupo, implicando, inevitavelmente, um acréscimo de custos e das amortizações.

3.5. Provisões

Tendo como pano de fundo as incertezas que continuam a pairar sobre a recuperação económica, o Grupo procedeu a reforços significativos das provisões que totalizaram 238,8 milhões de euros, representativos de 41% do resultado bruto/*cash flow* gerado.

As provisões para crédito foram reforçadas em 174,5 milhões de euros, sendo a redução face ao 1º semestre do ano anterior parcialmente justificada pelo reforço adicional de 40 milhões de euros então realizado por força da deterioração da situação económica. A carga de provisionamento nos primeiros seis meses do exercício corrente eleva-se a 0,65% resultante de uma carga superior no 2º trimestre (0,71%) em relação ao trimestre precedente (0,62%) o que fez aumentar, uma vez mais, o rácio de cobertura do crédito total (“Provisões para Crédito / Crédito a Clientes”) que passou a ser de 3,15%.

Evolução da Carga de Provisões para Crédito e do Rácio “Provisões para Crédito / Crédito a Clientes”



A dotação de provisões para títulos foi de 32,3 milhões de euros e tem origem no agravamento da situação financeira de alguns emitentes de dívida titulada.

O reforço de provisões para riscos e encargos diversos, cujo montante ascendeu a 32,0 milhões de euros, visa a cobertura de contingências diversas inerentes à normal actividade do Grupo e à cobertura da desvalorização de certos activos, nomeadamente, de imóveis recebidos em dação por recuperações de crédito, cuja dotação justifica mais de metade daquele montante. A desvalorização do euro também impactou no esforço acima referido.

3.6. Rendibilidade

O resultado semestral anualizado traduz uma rendibilidade dos capitais próprios médios (*ROE*) de 9,6% que compara com 8,8% do ano de 2009 (excluindo os resultados extraordinários). Esta melhoria na rendibilidade assume especial significado se tivermos em consideração que, em 2010, se faz sentir o efeito “*full year*” do aumento de capital realizado em 2009.

A rendibilidade dos activos (*ROA*) foi de 0,68% o que evidencia uma recuperação face à rendibilidade do exercício anterior.

RENDIBILIDADE

Indicadores	até Jun, 09 ⁽¹⁾	Ano 2009		até Jun, 10 ⁽¹⁾	%
		Reportado	sem Resultad. Extraordinários		
Rendibilidade dos Capitais Próprios (<i>ROE</i>)	10,1	10,0	8,8	9,6	
Rendibilidade dos Activos (<i>ROA</i>)	0,64	0,66	0,59	0,68	

⁽¹⁾ Cálculo realizado com base no resultado do semestre anualizado

Em 30 de Junho de 2010, a cotação de fecho da acção BES foi de 3,25 euros, valor que traduz uma capitalização bolsista de 3792 milhões de euros, continuando a ser a instituição financeira nacional com maior capitalização no NYSE Euronext Lisbon.

Apesar da desvalorização operada na cotação das acções BES (em 31 de Dezembro de 2009 era de €4,57), em linha com a evolução do índice PSI20 e com a evolução das cotações dos bancos portugueses, a maior parte dos analistas mantêm uma recomendação de compra do título BES com um preço alvo médio superior à cotação de fecho do semestre.

4. ACTIVIDADE

4.1. Evolução Geral

Os activos totais situaram-se perto de 108 mil milhões de euros no final do primeiro semestre de 2010, representando um crescimento de 2,6% face ao período homólogo do ano anterior.

No que respeita à actividade de captação de recursos no mercado de capitais internacional, há a assinalar os efeitos inerentes à quebra de confiança que determinou uma redução nas carteiras de dívida titulada colocada em clientes institucionais sob a forma de certificados de depósito (CD) e de papel comercial (PC).

O comportamento positivo da poupança captada sob a forma de depósitos (+3,7%) não foi suficiente para contrariar a redução de CD e PC fazendo com que os recursos de clientes com expressão no balanço diminuíssem em 5,5%. Esta circunstância, conjugada com a progressão do crédito a clientes, conduziu a que o rácio de transformação subisse para 137%.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ACTIVIDADE

Variáveis	30 de Junho		Variação
	2009	2010	
Activos Totais ⁽¹⁾	105 009	107 789	2,6%
Activo	81 428	84 874	4,2%
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)	52 228	56 597	8,4%
Crédito a Particulares	17 286	17 774	2,8%
- Habitação	14 571	14 980	2,8%
- Outro Crédito a Particulares	2 715	2 794	2,9%
Crédito a Empresas	34 942	38 823	11,1%
Recursos Totais de Clientes (A+B)	58 378	55 847	-4,3%
Recursos de Clientes de Balanço (A)	40 052	37 841	-5,5%
- Depósitos de Clientes e similares	32 962	31 916	-3,2%
Depósitos	25 156	26 082	3,7%
Certificados de Depósito	7 806	5 834	-25,3%
- Débitos representados por Títulos colocados em Clientes ⁽²⁾	7 090	5 925	-16,4%
Recursos de Desintermediação (B)	18 326	18 006	-1,7%
Rácio de Transformação (%) ⁽³⁾	118	137	19 p.p.

⁽¹⁾ Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

⁽²⁾ Inclui recursos associados às operações de titularização consolidadas

⁽³⁾ Crédito a Clientes líquido em balanço / Recursos de Clientes de balanço

A carteira de crédito registou um crescimento homólogo de 8,4%, apesar da elevada selectividade imposta na concessão de crédito, com realce no crédito concedido a empresas o qual, ao aumentar 11,1%, continua a apresentar-se como o segmento mais relevante da carteira de crédito do Grupo, reflexo do apoio ao tecido empresarial nacional, nomeadamente aos sectores exportadores e com potencial de internacionalização. O crédito concedido na actividade internacional (+16,8%) foi na sua maior parte financiado por recursos captados fora da Europa. É de sublinhar que o rácio de transformação na actividade internacional é de 89%.

Tanto o crédito à habitação como o crédito a particulares para outras finalidades apresentam crescimentos mais modestos como consequência de uma redução da procura.

Actividade Internacional

A actividade das unidades operacionais no exterior revela um crescimento de 16,8% do crédito a clientes e uma redução de 8,4% dos recursos totais.

ACTIVIDADE DAS UNIDADES OPERACIONAIS DOMÉSTICAS E NO EXTERIOR

Variáveis	milhões de euros					
	Actividade Doméstica			Actividade Internacional		
	30/Jun/09	30/Jun/10	Variação	30/Jun/09	30/Jun/10	Variação
Activos Totais ⁽¹⁾	76 684	77 593	1,2%	28 325	30 196	6,6%
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)	42 232	44 924	6,4%	9 996	11 673	16,8%
Recursos Totais de Clientes	41 486	40 375	-2,7%	16 892	15 472	-8,4%
<i>Rácio de Transformação (%) ⁽²⁾</i>	<i>143</i>	<i>161</i>	<i>18 p.p.</i>	<i>71</i>	<i>89</i>	<i>18 p.p.</i>

⁽¹⁾ Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

⁽²⁾ Crédito a Clientes líquido em balanço / Recursos de Clientes de balanço

4.2 Principais Áreas de Negócio (Segmentos Operacionais)

Caracterização Geral do Grupo

O Grupo BES desenvolve a sua actividade suportada em propostas de valor direccionadas para a satisfação das necessidades dos clientes particulares, empresas e institucionais, com o centro de decisão e principal mercado em Portugal.

As ligações históricas com África e com a América do Sul, nomeadamente com Angola e com o Brasil, a internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das economias e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidas em vários continentes, têm constituído a base para a expansão da estrutura internacional do Grupo, promovendo a adequada prestação de serviços a essas comunidades, com reflexos positivos na actividade e resultados.

No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes Segmentos Operacionais:

- Banca Comercial Nacional (inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*)
- Banca Comercial Internacional
- Banca de Investimento
- Gestão de Activos
- Mercados e Participações Estratégicas
- Centro Corporativo

Cada segmento engloba as estruturas directamente dedicadas, bem como as unidades do Grupo com cuja actividade mais se identifica. A monitorização individual de cada unidade operacional (encarada numa óptica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva, pela definição de estratégias e planos comerciais para cada Segmento Operacional.

Complementarmente é utilizada uma segunda segmentação da actividade e resultados baseada em critérios geográficos, individualizando a performance das unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) e das localizadas no exterior (Área Internacional).

4.2.1 Retalho

Este segmento engloba a actividade com clientes particulares e pequenos negócios, com destaque para o crédito à habitação e ao consumo, o financiamento à actividade dos pequenos negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a

gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.

Banca de Retalho

milhões de euros			
Variáveis	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Crédito a Clientes (bruto)	17 885	18 069	1,0
Recursos de Clientes de Balanço	8 643	9 032	4,5
Produto Bancário Comercial	301,1	289,3	-3,9
Res. Operações Financeiras e Diversos	11,8	14,2	20,6
Produto Bancário	312,9	303,5	-3,0
Custos Operativos	204,6	215,9	5,5
Provisões	18,1	19,7	8,7
Resultado antes de Impostos	90,1	68,0	-24,6
<i>Cost to Income (%)</i>	65,4	71,1	5,7 pp

Este segmento de actividade está assente numa rede de balcões que atingiu no final do primeiro semestre um total de 725 unidades em Portugal (incluindo 38 postos avançados resultantes de parcerias com agentes de seguros ao abrigo do programa *Assurfinance*).

Nesta área de negócio, o primeiro semestre foi marcado por uma redução de 3,0% do produto bancário face ao período homólogo, fruto do impacto dos níveis historicamente reduzidos da *Euribor* e da elevada competitividade nas taxas praticadas na captação de novos depósitos.

A actividade do Retalho caracterizou-se por um novo acréscimo do nível de produtividade comercial, que se traduziu num aumento de 7% do número de vendas face ao período homólogo. Foram captados 60 mil novos clientes, fruto da articulação entre a rede de balcões e os principais canais de captação de clientes, em particular os programas *Cross-Segment*, *Assurfinance*, e os restantes programas de captação em parceria com Promotores Externos. A captação total do Grupo BES, incluindo as unidades internacionais, ascendeu a 65 mil clientes nos primeiros seis meses deste ano.

Para a actividade do Retalho importa destacar as seguintes dimensões de actuação:

- *Elevado enfoque na captação de recursos*, expresso no crescimento homólogo de 9,2% dos recursos totais. A diversidade da oferta de soluções de poupança, incluindo um conjunto alargado de produtos de desintermediação permitiu atingir este crescimento expressivo face a Junho de 2009. No 2º trimestre de 2010 observou-se um progressivo aumento da procura de recursos de balanço, que registaram um crescimento no trimestre de 4,9%. Para o apoio ao crescimento dos recursos, um dos principais desígnios do Retalho, foram lançadas diversas iniciativas, entre as quais se podem destacar uma campanha de captação de depósitos de longo prazo suportada por uma campanha de comunicação que inclui a participação de Cristiano Ronaldo, bem como diversas campanhas especiais de captação de recursos utilizando os canais remotos, em particular o *Internet Banking*;
- *Recuperação do crescimento do crédito, mantendo um elevado grau de selectividade*, que se traduziu no aumento da carteira em 0,7% desde o início do ano. A retoma de uma dinâmica de crescimento decorreu, em grande medida, do elevado nível de produção de crédito à habitação, observado em particular no 1º trimestre do ano. Os clientes afluentes, com menor grau de risco, asseguraram 47% da produção de crédito à habitação;
- *Aumento sustentado do cross-selling*, apoiado por um fluxo contínuo de lançamento de produtos e serviços inovadores. A este título importa realçar, por um lado, a campanha Vantagem Família BES, através da qual se atribuiu aos agregados familiares que se juntassem ao BES (nomeadamente através de domiciliação de salários ou de despesas periódicas) vales de desconto em supermercados, reduções nos *spreads* de crédito à habitação e descontos em apólices de seguros, e, por outro lado, o lançamento de um seguro inovador de acidentes pessoais (“BES dia a dia”).

O programa *Assurfinance* manteve um contributo central para o desempenho comercial do Retalho através da captação de 9,9 mil novos clientes.

Na área dos **Canais Directos** continua a verificar-se a tendência de reforço da sua utilização. O número de utilizadores do *Internet banking* de particulares – **BESnet** – atingiu um milhão e

cinquenta e sete mil clientes em Junho de 2010, um crescimento de 6,0% face ao período homólogo. Simultaneamente, assistiu-se ao aumento da utilização, com o número de utilizadores frequentes a crescer 5,4%, sendo que o número total de acessos atingiu os 14,1 milhões de log-ins. Esta área continua a potenciar as capacidades comerciais do seu dispositivo, em estreita interligação com a função de *Servicing*, disponibilizando interactividade com os clientes (*click-to-call* e *click-to-chat*) com produtos adequados e exclusivos para os canais *Internet* e telefone. O total de vendas atingiu os 85 mil produtos, com destaque para os produtos de poupança que superaram os 808 milhões de euros.

No início do ano a concretização do lançamento de um novo *site* do BES teve como objectivo potenciar a exposição da sua oferta financeira, facilitar a procura de informação através de uma pesquisa inteligente (*Google Search Appliance*) e facilitar a navegação pelos conteúdos através de menus organizados por perfil de utilizador (segmento) e categoria de produto. No primeiro semestre as visitas ao *site* ultrapassaram os 30 milhões de acessos.

Na actividade desenvolvida pelo **BEST – Banco Electrónico de Serviço Total** destaca-se o lançamento, logo no mês de Janeiro, do novo *site* - um dos mais inovadores a nível mundial - que permitiu o desenvolvimento do conceito *Smart Banking*. Já no final deste semestre este conceito ganhou uma nova dimensão com a disponibilização de um inovador depósito a prazo cujos juros são creditados ao cliente na data de início e não na data de vencimento conforme era tradicional. A oferta na actividade de *trading online* de títulos foi significativamente melhorada através da actualização e renovação da plataforma de *trading*, onde se destaca a disponibilização de uma inovadora ferramenta de *Quick Trade*, a par da disponibilização do motor para a negociação de ETFs através da Morningstar assim como o reforço das funcionalidades da plataforma de *mobile banking*.

No semestre e não obstante um enquadramento geral de taxas de juro em níveis historicamente baixos, registou-se um aumento global de 4% no volume de depósitos de clientes, enquanto o crédito concedido cresceu 28%, com esta variação concentrada no crédito colateralizado e na conta margem.

Na área de actividade mais relacionada com os mercados financeiros registou-se igualmente um crescimento nas subscrições dos fundos de investimento, nomeadamente dos ligados aos mercados accionistas, escolhidos dentro da ampla oferta de cerca de 2000 fundos de investimento disponibilizados pelo BEST.

A área de actividade de *Wholesale* e Internacional registou um crescimento de 27% nos activos sob custódia o que, conjugado com o crescimento nos activos de outros clientes, permitiu atingir um valor total de cerca de 1,6 mil milhões no final do semestre. O resultado do semestre atingiu os 3,3 milhões de euros.

O **Banco Espírito Santo dos Açores** prosseguiu a sua estratégia para aumento da quota de mercado e captação de novos clientes, tendo celebrado diversos protocolos com empresas e instituições.

Aproveitando as diversas sinergias proporcionadas pelo Grupo BES, desenvolveram-se diversas iniciativas inovadoras com destaque para: (i) “Cartão do Cidadão” – primeiro banco a implementar o projecto nos Açores; (ii) “*Open-Day* – Sábado em Família” – os balcões de Sede, Angra do Heroísmo, Horta e Madalena abriram as suas portas ao sábado para dar a conhecer as vantagens proporcionadas pela campanha Vantagem Família BES; e (iii) “Cartão InterJovem” - o banco surge como parceiro financeiro do Governo Regional dos Açores.

Ao nível da actividade, e em relação a Junho de 2009, sublinhamos a evolução registada nos recursos de clientes (+17,0%) e no crédito concedido a clientes (+7,8%), destacando-se o crescimento verificado no crédito à habitação que, mesmo sem o vigor dos últimos anos, atingiu os 8,6%.

O semestre encerrou com um activo líquido de 533,4 milhões de euros o que representa uma variação homóloga de +4,8%. Não obstante o produto bancário ter crescido 3,2%, o acréscimo significativo nas provisões para crédito (+221%) levou a uma quebra de 56,2% do resultado que se situou em 0,8 milhões de euros.

4.2.2 Empresas e Institucionais

Esta área de negócio engloba a actividade com as grandes e médias empresas e o negócio com os clientes institucionais e municipais, com destaque para o crédito de curto, médio e longo prazo, o *leasing*, o *factoring*, bem como os depósitos, as garantias prestadas, os serviços de custódia, os créditos documentários e a gestão de meios de pagamento.

O Grupo BES detém uma importante presença no segmento de Empresas e Institucionais, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional,

com enfoque nas empresas de bom risco, com cariz inovador, e nas empresas com vocação internacional, em linha com o papel das exportações para a recuperação do contexto económico.

Banca de Empresas e Institucionais

milhões de euros			
Variáveis	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Crédito a Clientes (bruto)	19 514	21 078	8,0
Recursos de Clientes de Balanço	8 271	8 756	5,9
Produto Bancário Comercial	243,5	238,8	-1,9
Res. Operações Financeiras e Diversos	7,4	8,3	13,0
Produto Bancário	250,9	247,1	-1,5
Custos Operativos	29,6	31,5	6,6
Provisões	116,5	56,7	-51,3
Resultado antes de Impostos	104,9	158,9	51,5
<i>Cost to Income (%)</i>	11,8	12,7	1,0 pp

Esta área de negócio totalizou 158,9 milhões de euros em termos dos resultados antes de impostos, o que corresponde a um crescimento homólogo de 51,5%, decorrente de um esforço de provisionamento significativamente inferior aos níveis observados no primeiro semestre de 2009 (-51,3%) em resultado de diversas medidas postas em prática no domínio da gestão do risco. Nesse contexto, no início de 2010 procedeu-se a um redesenho do modelo e procedimentos de articulação entre as áreas comerciais, as estruturas de acompanhamento das empresas em situação de maior dificuldade e as equipas de recuperação.

As políticas de reciprocidade entre a concessão de crédito e a captação de recursos, permitiram assegurar um crescimento de 5,9% dos recursos de clientes de balanço face ao período homólogo. O crédito a clientes aumentou 8,0% em linha com o continuado apoio à dinamização da actividade do tecido empresarial nacional.

Esta dinâmica comercial, aliada a uma política rigorosa de gestão das condições praticadas nas linhas de crédito (tanto ao nível dos *spreads* contratados, como ao nível das práticas de

descontos comerciais no comissionamento) permitiu limitar os impactos das baixas taxas de juro na evolução do produto bancário.

Mantendo um forte enfoque nas políticas de apoio ao tecido empresarial nacional, o BES confirmou a liderança ao nível da concessão de crédito às PME ao abrigo do importante programa das Linhas de Crédito PME Investe, com uma quota de 21% do total de crédito analisado pelas sociedades de garantia mútua. Desde o início do programa PME Investe, o BES aprovou mais de 1900 milhões de euros em crédito a PME nacionais.

No âmbito do apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, importa igualmente destacar a realização de um ciclo de seminários temáticos para as PME Líder. O primeiro de cinco seminários já decorreu, tendo contado com a presença de mais de 1000 empresários. Até ao final de 2010 serão realizados mais quatro seminários que abordarão temas relacionados com a Liderança, Inovação e Qualidade, *Marketing* e Vendas e Internacionalização.

O dinamismo da equipa de gestores de Negócio Internacional da Unidade “*Internacional Premium*”, continua a contribuir para o sucesso do apoio, tanto à internacionalização das empresas portuguesas e estrangeiras radicadas em Portugal, como em termos de geração e concretização de *leads* de negócio, proporcionando uma articulação eficaz entre as áreas comerciais domésticas e as diversas estruturas internacionais do Grupo, incluindo a nova operação internacional do Grupo BES na Líbia (*Aman Bank*).

Ao nível do mercado ibérico, a articulação entre a rede doméstica e a rede em território espanhol tem permitido assegurar uma acção comercial de captação e desenvolvimento de negócio: do universo potencial de 2 040 empresas ibéricas de bom risco, cerca de 51% são clientes do Grupo (1 040 do universo de bom risco).

Tendo presente a actual situação económica do país, o “BES Express Bill” têm-se revelado uma fonte de liquidez importante para suprir as dificuldades de tesouraria das Empresas. Esta solução, que permite a gestão dos pagamentos das empresas assegurando o cumprimento dos prazos de pagamento e a possibilidade de antecipação de fundos, tem

registado crescentes níveis de adesão: mais de 2 000 empresas aderentes e mais de 750 milhões de euros de linhas aprovadas.

Acrescem importantes iniciativas de diversificação de comissões geradas nas operações de *trade finance* (que cresceram 44% face a 2009), na colocação de produtos de Banca Seguros (com um expressivo crescimento do ritmo de comissionamento: +32%) e nas comissões associadas a serviços de Banca de Investimento junto das Médias e Grandes Empresas (+34% face ao período homólogo).

Na área dos Canais Directos, o *Internet Banking* para empresas – **BESnetwork** –, registou um crescimento de 12,9% face ao período homólogo, alcançando os 86 mil utilizadores. O número de acessos atingiu os 5,8 milhões de *log-ins*.

4.2.3 Private Banking

Esta área de negócio engloba a actividade com clientes *private* integrando todos os produtos do activo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e os produtos de seguros.

Private Banking

milhões de euros			
Variáveis	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Crédito a Clientes (bruto)	913	1 031	12,9
Recursos de Clientes de Balanço	1 345	962	-28,5
Produto Bancário Comercial	16,8	19,5	16,2
Res. Operações Financeiras e Diversos	2,6	2,8	6,0
Produto Bancário	19,4	22,3	14,8
Custos Operativos	11,2	10,8	-3,3
Provisões	1,6	1,2	-26,6
Resultado antes de Impostos	6,7	10,3	53,7
<i>Cost to Income (%)</i>	57,4	48,3	-9,1 pp

O primeiro semestre de 2010 foi caracterizado pela consolidação das alterações implementadas ao longo de 2009 no modelo de abordagem comercial a este segmento, que

incluiram a identificação de subsegmentos de clientes, a estruturação de propostas de valor distintas para cada subsegmento e o redesenho da presença geográfica das estruturas comerciais *private* com impacto na evolução dos custos (quebra de 3,3% face ao período homólogo).

No final do semestre, os activos totais sob gestão e custódia atingiram os 7,5 mil milhões de euros, um crescimento homólogo de 4,6%, que resulta de um crescimento da actividade acompanhado de um importante grau de diversificação, o que tem permitido assegurar evoluções muito positivas do produto bancário (variação homóloga de +14,8%). Esta evolução assenta, igualmente, num conjunto de medidas com vista ao reforço dos níveis de equipamento dos clientes, bem como da aposta no aumento da base de clientes. A título ilustrativo, o comissionamento associado ao equipamento dos clientes registou um crescimento de 19,1% face ao período homólogo.

A forte evolução do produto bancário, aliada ao elevado nível de contenção de custos e ao reforço das práticas de gestão de risco assegurou um crescimento homólogo do resultado antes de impostos desta área de negócio de 53,7%.

4.2.4 Banca Comercial Internacional

Integra as unidades de negócio localizadas no exterior entre as quais se destaca o Banco Espírito Santo Angola e as Sucursais do BES em Espanha, Londres, Nova Iorque e Cabo Verde e mais recentemente o *Aman Bank*.

Banca Comercial Internacional

milhões de euros			
Variáveis	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Crédito a Clientes (bruto)	10 637	11 229	5,6
Recursos de Clientes de Balanço	13 302	10 941	-17,7
Produto Bancário Comercial	199,5	229,0	14,8
Res. Operações Financeiras e Diversos	27,8	14,9	-46,2
Produto Bancário	227,3	244,0	7,3
Custos Operativos	75,5	89,5	18,5
Provisões	66,0	35,0	-47,0
Resultado antes de Impostos	85,8	119,5	39,3
<i>Cost to Income (%)</i>	33,2	36,7	3,5 pp

Este segmento tem vindo a alcançar um desempenho francamente positivo atingindo um aumento de 14,8% no produto bancário comercial e um crescimento de 39,3% do resultado antes de impostos que se situou em 119,5 milhões de euros.

Os recursos de clientes tiveram um decréscimo de 17,7% devido ao declínio na colocação dos certificados de depósito no mercado internacional em resultado da redução dos *ratings* da dívida soberana e do sistema bancário.

O **Banco Espírito Santo Angola (BESA)**, perto de completar uma década de presença no mercado angolano, continua a afirmar-se de forma sustentada como uma das instituições que apresenta melhores índices de rentabilidade e eficiência, mantendo a sua dinâmica de crescimento.

O BESA (i) consolidou a transferência de Lisboa para Luanda de toda a sua infra-estrutura informática, (ii) procedeu ao lançamento dos canais directos, nomeadamente a operacionalidade do *internet banking* (BESAnet), na componente de transaccionalidade, e (iii) iniciou a comercialização de cartões de crédito, alargando o leque de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes, tendo lançado já em Junho uma colecção com benefícios exclusivos e um inovador *design*, que denominou “*BESA Collection*”.

Ainda durante este semestre, concretizou-se uma nova campanha institucional, veiculada por diversos meios de comunicação e baseada no significado da palavra “Riqueza” associada ao desenvolvimento financeiro, ao apoio social, cultural e ambiental, através de um conjunto de iniciativas realizadas em Angola e no exterior.

Desde a sua fundação, o BESA tem sido reconhecido por prémios atribuídos por prestigiadas instituições internacionais tendo sido distinguido neste semestre com: (i) Banco Oficial do Planeta Terra UNESCO, distinção atribuída pela UNESCO, válida pelos próximos dez anos, em que será um dos parceiros principais na implementação de acções de divulgação e promoção de mensagens sobre a sustentabilidade da UNESCO; (ii) *Best Trade Finance in Angola 2010* – distinção da *Global Finance* como reconhecimento pelo desempenho nesta área e (iii) *Best Bank Award 2010* – prémio concedido pela *Global Finance* (pelo terceiro ano consecutivo foi eleito como o melhor banco em Angola).

A área de gestão de activos conta com: (i) a sociedade gestora de fundos de investimento a operar em Angola, que gere um fundo de investimento imobiliário fechado e tem um segundo em processo de autorização por parte das entidades competentes, e (ii) a sociedade

gestora do fundo de pensões aberto de contribuição definida em 1 de Fevereiro de 2010 – o fundo “BESA Opções de Reforma”.

Adicionalmente, na estratégia de diversificação de produtos, a operativa de produtos de *leasing*, aguarda a autorização do Banco Central que emitirá a necessária regulamentação específica.

Em 30 de Junho de 2010, o activo líquido ascendia a 5,5 mil milhões de euros, representando um acréscimo de 42% quando comparado com o do período homólogo do ano anterior; os recursos de clientes atingiram 2083 milhões de euros (aumento de 37% em termos homólogos), enquanto que o crédito concedido a clientes se situou em 2443 milhões de euros, correspondendo a um acréscimo de 61% face a Junho de 2009. O produto bancário comercial ascendeu a 98,7 milhões de euros (+44%), para o que contribuiu, fundamentalmente, o aumento do resultado financeiro (+68%), com o resultado a situar-se em 76,8 milhões de euros (crescimento de 20%). Apesar do crescimento dos custos operativos (+23%), fruto do aumento da actividade, os níveis de eficiência continuam a apresentar-se elevados, com o *Cost to Income* a situar-se em 27,4%.

Durante este semestre, a **Sucursal em Espanha** manteve uma evolução positiva, apesar da situação económica do país, sendo de assinalar os seguintes aspectos: (i) crescimento significativo dos negócios, especialmente do negócio internacional (+139% em termos homólogos), mantendo-se o volume de recursos de clientes captados; (ii) fruto do trabalho comercial desenvolvido, verificou-se um importante crescimento do número de clientes (+8%); e (iii) reforço da gestão prudente do risco de crédito, com aumento das provisões para dívidas incobráveis. Apesar do contexto de incerteza sobre a situação económica e do seu impacto sobre o risco foi possível manter o custo do provisionamento em cerca de 102 pb (em termos anualizados).

Em consequência da actividade desenvolvida, as margens comerciais aumentaram significativamente, compensando, em parte, o desaparecimento do efeito positivo que a descida das taxas de juros tiveram sobre os resultados em 2009. No entanto, o ano de 2010 está a evoluir num contexto bastante desfavorável e de pressão sobre o produto bancário, principalmente devido à forte concorrência na captação de recursos, designadamente nos depósitos.

Em relação à força de vendas deu-se continuidade ao processo iniciado em 2009, com destaque para os reforços comerciais nas áreas da banca patrimonial e de empresas e à aposta na rede de agentes financeiros para captação de clientes com património relevante. Este semestre lançou-se uma vasta gama de produtos de recursos destinados à captação de novos negócios bem como à manutenção dos actuais tendo a Sucursal alcançado um resultado de 1,9 milhões de euros.

A actividade da **Sucursal de Londres** centra-se no negócio de banca de *wholesale* no mercado europeu. Como unidade de crédito especializado, a Sucursal tem tido uma actuação de enorme selectividade, traduzindo-se numa conservadora política de monitorização e gestão de risco. Nas actuais condições desfavoráveis dos mercados financeiros têm-se assistido à redução do volume de captação de recursos, principalmente após o *downgrade* do *rating* da dívida soberana ocorrido em Abril. Apesar das condicionantes referidas é de realçar o crescimento do resultado líquido no período (+45% em termos homólogos) devido, essencialmente, a menores necessidades de reforço de provisões.

Durante o corrente semestre o **Espírito Santo Bank** continuou a desenvolver a sua actividade em conformidade com o plano estratégico, reduzindo a exposição no crédito imobiliário e promovendo os negócios associados ao comércio internacional. Continuou ainda a aprofundar o comissionamento relacionado com produtos de *asset management* em estreita articulação com a *broker dealer*. No entanto, os graves problemas experimentados pelo mercado imobiliário nos EUA tiveram impacto na performance do Banco, levando ao aumento significativo das provisões para crédito. O crédito a clientes decresceu 6,2% (em USD) em relação ao final do exercício de 2009, reflexo da orientação para áreas de melhor risco. Os depósitos de clientes atingiram os 479 milhões de dólares (dos quais 30% são depósitos à ordem) e os activos sob gestão atingiram 1105 milhões de dólares.

A **Sucursal de Nova Iorque** concentra a sua actividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. Destaque, neste período, para a forte restrição de liquidez no mercado com impacto na colocação dos programas de certificados de depósito e de papel comercial. A evolução desfavorável dos mercados leva ao desenvolvimento da actividade de forma prudente, com ênfase na monitorização e gestão do risco. Apesar deste

cenário a Sucursal registou um crescimento homólogo do produto bancário comercial de cerca de 59%.

A actividade desenvolvida pelo **Aman Bank (Líbia)** no decurso do 1º semestre de 2010 foi predominantemente marcada por dois aspectos: (i) a aquisição por parte do Grupo BES de 40% do seu capital, formalizada na Assembleia Geral de Accionistas realizada no passado dia 15 de Abril e (ii) um aumento de capital de 30 para 100 milhões de Dinares Líbios realizado imediatamente após a ratificação da entrada no capital da sociedade dos novos investidores. O Grupo BES assumiu a gestão do *Aman Bank*, designando a maioria dos membros do Conselho de Administração, bem como o director-geral e os seus principais quadros.

Com sede em Tripoli, e fundado em Julho de 2003, o *Aman Bank* é um dos mais prestigiados bancos privados do sistema financeiro líbio sendo que a sua aquisição visa potenciar o acesso aos mercados da região do Norte de África, e da Líbia em particular.

Dispondo de 23 balcões localizados, especialmente, em Tripoli e na zona litoral do país, a actividade desenvolvida assentou fundamentalmente em *trade finance*, transferências internacionais e pagamentos, captação de depósitos e banca transaccional (cartões de crédito, ATM e POS). O banco foi ainda capaz de consolidar, no período em causa, o conceito de *Mobile Banking*, ou seja, viaturas que funcionam como balcões móveis que permitem garantir presença física em localizações mais remotas ou onde a procura excede a capacidade de resposta dos balcões tradicionais.

O **Banque Espirito Santo et de la Vénétie (França)** registou uma menor contribuição para o resultado por parte das actividades ligadas às operações de financiamento estruturado, situação que foi mais do que compensada tanto pelas boas performances das outras linhas de negócio tradicionais. O impacto negativo do efeito conjugado das baixas taxas de juro e elevados custos de refinanciamento foi minorado pelo aumento das margens de crédito e alargamento das receitas provenientes de comissões.

O produto bancário apresentou um acréscimo de 18,1% face ao valor realizado no período idêntico ao do ano anterior e os custos gerais sofreram um aumento de 10,3% face aos primeiros seis meses de 2009. Neste contexto, o *Cost to Income* apresentou um valor de 50,1% (53,9% em Junho de 2009). O resultado bruto de exploração elevou-se a 7,8 milhões de euros, superior ao de 2009 em 27,8%.

O **Banco Espírito Santo do Oriente (Macau)** registou no crédito concedido a clientes, comparativamente ao período homólogo do ano de 2009, um acréscimo de 4,6%. O crescimento do PIB de Macau superior a 30% (primeiro trimestre de 2010, face a 2009) é o resultado de um clima económico regional muito favorável. O BESOR tem continuado a adoptar uma grande selectividade na escolha de activos e um grande rigor na concessão de crédito. A captação de depósitos de clientes na região da Ásia-Pacífico constitui um dos objectivos estratégicos, definindo-se como orientação prioritária, uma política de *funding* dinâmica traduzida numa evolução positiva na captação de recursos de clientes (+148% comparativamente ao período homólogo de 2009).

A actividade da **Sucursal de Cabo Verde** centra-se na banca de empresas e no investimento público/privado em infra-estruturas (portos, estradas, electricidade e água) e sector turístico, com destaque para as empresas portuguesas com relações económicas com Cabo Verde. No período em análise a Sucursal evolui positivamente na captação de recursos, com os depósitos a crescerem cerca de 203% face a Junho de 2009, e registou um ligeiro decréscimo na carteira de crédito.

4.2.5 Banca de Investimento

Esta área de negócio inclui, para além da actividade bancária tradicional (crédito e depósitos), os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimento.

Banca de Investimento

Variáveis	milhões de euros		
	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Crédito a Clientes (bruto)	1 832	2 387	30,3
Recursos de Clientes de Balanço	1 575	1 438	-8,7
Produto Bancário Comercial	87,8	113,2	28,9
Res. Operações Financeiras e Diversos	17,7	14,7	-17,0
Produto Bancário	105,5	127,9	21,2
Custos Operativos	49,1	63,2	28,8
Provisões	22,5	21,6	-3,9
Resultado antes de Impostos	33,9	43,0	26,8
<i>Cost to Income (%)</i>	46,5	49,5	2,9 pp

Apesar do contexto de incerteza e instabilidade nos mercados financeiros, a actividade da banca de investimento manteve a tendência positiva já verificada durante os primeiros 3 meses do ano com a concretização de importantes operações nas diversas áreas de negócio. O produto bancário total ascendeu a 127,9 milhões de euros, o que representou um crescimento de 21,2% face a igual período de 2009 e o produto bancário comercial, no montante de 113,2 milhões de euros, registou um desempenho ainda melhor, com um acréscimo de 28,9%, em termos homólogos com a actividade internacional a representar 60% do produto bancário. O resultado antes de impostos, no montante de 43,0 milhões de euros, apresentou um crescimento de 26,8% face ao primeiro semestre de 2009.

Em relação às **Fusões e Aquisições**, é de realçar (i) em Portugal, a assessoria ao Eat Out Group (Grupo Agrolimen) na alienação da Loja das Sopas; (ii) em Espanha, a assessoria ao Grupo Llorente na alienação de 50% das sociedades de transporte e distribuição de gás em Castilla e León, TRG e DRG, à Endesa Gás; e (iii) no Brasil, a assessoria à conclusão do processo de capitalização, por emissão privada de acções, da ERB – Energias Renováveis do Brasil através do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FI-FGTS).

Na área de **Project Finance** concretizaram-se várias operações, sendo de destacar a actuação nas seguintes transacções: (i) Ascendi - Estradas do Pinhal Interior – Assessor Financeiro e *Mandated Lead Arranger* na estruturação do financiamento de 1200 milhões de euros para a concessão rodoviária do Pinhal Interior (Portugal); (ii) ESCAL UGS / Castor – *Mandated Lead Arranger* de um financiamento, no montante de 1624 milhões de euros, para o armazenamento *off shore* de gás natural (Espanha); (iii) Abengoa Cogeneracion Tabasco – *Mandated Lead Arranger* no financiamento de uma estação de cogeração promovida pela Pemex, no montante de 460,1 milhões de dólares (México); (iv) EURUS S.A.P.I. DE C.V. – *Mandated Lead Arranger* de um financiamento, no montante de 375 milhões de dólares, para a construção de um parque eólico de 250 MW promovido pela Acciona e Cemex (México); (v) COMGÁS – *Mandated Lead Arranger* na prestação de 50 milhões de euros de garantias ao BEI para a COMGÁS, a maior empresa brasileira de distribuição de gás natural, controlada pela BP e SHELL; (vi) CME – Assessor Financeiro no concurso promovido pela ANEEL para a construção, operação e manutenção de linhas de transmissão no Estado do Pará, um investimento de 65 milhões de reais (Brasil); (vii) Perryville Gas Storage LLC – *Mandated Lead Arranger* no financiamento, de 125 milhões de dólares, para a construção de uma infraestrutura de armazenamento de gás natural no nordeste do Louisiana (EUA).

No que se refere a **Acquisition Finance e Outros Financiamentos** salienta-se a actuação: em Espanha, (i) como *Mandated Lead Arranger* na operação de financiamento no montante de 465 milhões de euros à Morgan Stanley Infrastructure para aquisição dos activos de distribuição de gás (região de Madrid) vendidos pela Gás Natural (operação concluída a 30 de Abril, após o parecer favorável da autoridade da concorrência); e (ii) como *Mandated Lead Arranger* numa operação de *Forward Start Facility* à Abengoa no montante de 1833 milhões de euros; e no Brasil (iii) como *Mandated Lead Arranger* na operação de financiamento no valor total de 210 milhões de dólares para aquisição da Sunoco Chemical pela Braskem.

No **Mercado de Capitais – Renda Variável**, destaca-se a actuação (i) em Portugal, como *Joint Bookrunner* da emissão de *Exchangeable Bonds* pelo BES Finance Ltd. indexadas à performance das acções da EDP, no montante de 500 milhões de euros, a maior operação deste tipo efectuada na Europa durante o segundo trimestre; (ii) no Brasil, como Coordenador Contratado da oferta *Follow on* do Banco do Brasil, no montante de 9200 milhões de reais.

No **Mercado de Capitais – Renda Fixa**, é de salientar (i) em Portugal, a organização e liderança de cinco novos programas de papel comercial com um montante total de 109 milhões de euros; (ii) no Brasil, a actuação como *Joint Lead Manager e Joint Bookrunner* na emissão de 200 milhões de dólares de *bonds* do Banco Fibra, como *Co-Manager* na oferta de 500 milhões de dólares de *subordinated bonds* do Banco Panamericano e como *Sole Lead Arranger* nas ofertas de notas promissórias no mercado local da Empresa Jornalística Económico (132 milhões de reais) e da CPM Braxis (80 milhões de reais).

Na **Corretagem**, é de realçar a subida do BES Investimento ao segundo lugar na Bolsa de Madrid, com uma quota de mercado de 9,4% (7,6% em 2009) e a manutenção da liderança da actividade em Portugal, onde alcançou uma quota de mercado de 11,6% (15,9% em 2009). No Brasil, registe-se o forte crescimento das receitas (+347% comparativamente com o primeiro semestre de 2009) e a contratação de duas novas mesas, uma de derivativos e outra de *trading* quantitativo, reforçando-se assim o modelo de negócio adoptado de *full brokerage service*.

Na área de **Private Equity**, o destaque vai para a conclusão do primeiro investimento na área solar (1,3 MW) em Portugal, através da Globalwatt, e para o fecho do financiamento do parque eólico de São Macário, através da Windway, ambas as empresas participadas pelo fundo ESIF. No Brasil procedeu-se ao aumento de capital da 2bCapital, concretizando a

entrada do Banco Bradesco no capital da gestora, prosseguindo a preparação do lançamento do primeiro fundo destinado ao mercado brasileiro, cuja concretização se espera que ocorra no decurso do segundo semestre de 2010.

Durante o período em análise, o BES Investimento recebeu as seguintes distinções:

- “*Best Investment Bank in Portugal*” em 2010, pela revista *World Finance*, pela terceira vez consecutiva;
- Líder mundial em assessoria financeira de projectos PFI/PPP, de acordo com as *league tables* da Dealogic, relativas ao primeiro semestre de 2010;
- Líder mundial, como MLA, no sector dos transportes, de acordo com as *league tables* do Infrastructure Journal relativa ao primeiro semestre de 2010.

Já no início de Julho, o BES Investimento foi distinguido com o prémio de “*Best Investment Bank in Portugal*” em 2010, pela revista Euromoney.

4.2.6 Gestão de Activos

Este segmento agrega toda a actividade de gestão de activos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF) em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola, Luxemburgo e Reino Unido). A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

Gestão de Activos

milhões de euros			
Variáveis	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Activos sob Gestão	19 993	19 673	-1,6
Produto Bancário	24,4	28,6	17,2
Custos Operativos	11,3	12,2	8,1
Provisões	0,0	0,0
Resultado antes de Impostos	13,2	16,5	25,4
<i>Cost to Income (%)</i>	46,2	42,6	-3,6 pp

No final do 1º semestre de 2010, o volume global de activos sob gestão (inclui *asset management* e outra desintermediação passiva) atingiu 19,7 mil milhões de euros, reflectindo uma redução de 1,6%, em termos homólogos. A evolução da actividade saldou-se

por um crescimento de 25,4% do resultado antes de impostos que atingiu 16,5 milhões de euros, suportado num aumento de 17,2% do produto bancário.

Durante o primeiro semestre de 2010 merece destaque o forte crescimento dos fundos de investimento imobiliário, nomeadamente, do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Gespatrimónio Rendimento que apresenta um aumento de 11% e do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto ES Logística que mais do que duplicou o seu volume sob gestão. De assinalar ainda o facto de a ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário ter sido autorizada a lançar um novo fundo — Fundo Espírito Santo Rendimento III (fundo especial de investimento aberto). Em relação à actividade internacional, o destaque vai para o crescimento da actividade no Brasil.

4.2.7 Mercados e Participações Estratégicas

A actividade de gestão financeira global do Grupo, que engloba a tomada e cedência de fundos nos mercados financeiros, bem como o investimento e gestão de risco de instrumentos de crédito, taxa de juro, cambial e acções, quer de natureza estratégica quer relacionados com a actividade corrente da área de mercados, é considerada neste segmento. Considera-se ainda a actividade com investidores institucionais não residentes e os efeitos inerentes a decisões de ordem estratégica com impacto transversal a todo o Grupo.

Mercados e Participações Estratégicas

milhões de euros			
Variáveis	Jun, 09	Jun, 10	Var %
Produto Bancário	218,2	168,2	-22,9
Custos Operativos	23,9	23,4	-2,2
Provisões	100,6	104,6	4,1
Resultado antes de Impostos	93,7	40,2	-57,1

Não obstante, o clima que caracterizou os mercados no primeiro semestre foi possível alcançar resultados positivos, embora em quebra face a Junho de 2009; a descida de 22,2% do produto bancário e o aumento de 4,1% do reforço de provisões conduziu a uma descida de 57,1% do resultado antes de impostos.

5. SOLIDEZ FINANCEIRA E OUTROS INDICADORES

5.1 Qualidade do Crédito

Os níveis de sinistralidade apresentados pelo Grupo, tanto na actividade doméstica como na internacional, reflectem os efeitos do ambiente macroeconómico adverso que tem caracterizado os últimos exercícios. Os níveis dos índices de incumprimento ainda não apresentam melhorias na medida em que os fracos sinais de retoma da economia ainda são insuficientes para inverter esta tendência.

QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	Jun, 09	Dez,09	Jun, 10	Variação	
				Dez,09 / Jun,10 absoluta	Jun,10 relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)					
Crédito a Clientes (bruto)	48 640	50 531	53 355	2 824	5,6%
Crédito Vencido	860,0	893,5	1 011,4	117,9	13,2%
Crédito Vencido > 90 dias	689,6	810,6	909,3	98,7	12,2%
Crédito com Incumprimento (B.Portugal) ^(a)	1 015,8	1 148,0	1 282,3	134,3	11,7%
Provisões para Crédito	1 364,6	1 552,3	1 681,5	129,2	8,3%
INDICADORES (%)					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	1,77	1,77	1,90	0,13	p.p.
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,42	1,60	1,70	0,10	p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito a Clientes (bruto) ^(a)	2,09	2,27	2,40	0,13	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	158,7	173,7	166,3	-7,4	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	197,9	191,5	184,9	-6,6	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito com Incumprimento	134,3	135,2	131,1	-4,1	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	2,81	3,07	3,15	0,08	p.p.
Carga de Provisões para Crédito	1,13	1,07	0,65	-0,42	p.p.
Carga Líquida de Recuperações de Créditos Abatidos ao Activo	1,09	1,03	0,62	-0,41	p.p.

^(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular n.º 99/2003/DSB do Banco de Portugal

Considerando os dados do primeiro semestre do corrente exercício, são de sublinhar os seguintes aspectos:

- Cobertura do crédito total (vencido e corrente) – em linha com a trajectória dos períodos anteriores, as provisões para crédito passaram a representar 3,15% do crédito total a clientes (Jun, 09: 2,81%; Dez, 09: 3,07%; Mar, 10: 3,12%);
- Sinistralidade e cobertura – o crédito vencido há mais de 90 dias representa 1,70% do crédito a clientes, com a respectiva cobertura a situar-se em 184,9%;
- Custo do Risco – a carga de provisões para crédito situou-se em 0,65% (ano de 2009: 0,86%, excluindo os reforços adicionais).

A evolução da sinistralidade, considerando a sua desagregação por tipo de crédito, foi a seguinte:

SINISTRALIDADE POR TIPO DE CRÉDITO

Finalidade	Jun, 09	Dez,09	Jun, 10	Varição
				Dez,09 / Jun,10 (p.p.)
CRÉDITO TOTAL	1,77%	1,77%	1,90%	0,13
Particulares	1,31%	1,31%	1,36%	0,05
- Habitação	0,74%	0,75%	0,82%	0,07
- Outros Fins	3,60%	3,55%	3,64%	0,09
Empresas	1,95%	1,95%	2,10%	0,15

Considerando as últimas estatísticas publicadas pelo Banco de Portugal (Maio de 2010), os rácios de sinistralidade do Grupo comparam favoravelmente com o total nacional que aponta para uma sinistralidade de 3,7% nas empresas, de 1,6% na habitação e de 7,2% no outro crédito a particulares.

5.2 Liquidez, Solvabilidade e Solidez Financeira

5.2.1 Liquidez

Durante o segundo trimestre de 2010, a crise de confiança dos mercados face ao risco soberano dos países periféricos da Europa, que vinha a fazer-se sentir desde o início do ano intensificou-se, especialmente após o anúncio de descida das notações de *rating* da Grécia, Portugal e Espanha.

Os mercados financeiros de longo prazo foram afectados de forma generalizada em toda a Europa, com particular incidência nos mercados de curto prazo onde a liquidez reduziu de forma drástica, afectando todos os instrumentos.

Neste contexto, a 27 de Abril a República Portuguesa sofreu uma descida das notações de *rating* por parte da *Standard & Poor's* passando de A-1 para A-2 no *rating* de curto prazo e de A+ para A- no *rating* de longo prazo. Consequentemente, as instituições financeiras também foram afectadas pelas descidas dos *ratings*, tendo o BES sofrido um corte no *rating*

de curto prazo de A-1 para A-2 e de A para A-, no *rating* de longo prazo, passando assim a ter os mesmos *ratings* da República Portuguesa.

O Grupo tem apresentado recorrentemente uma posição de liquidez confortável, resultante da emissão regular de dívida de médio e longo prazo nos mercados de capitais, o que tem permitido a manutenção de excedentes de liquidez no curto prazo.

Esta disciplina financeira reconhecida por parte dos investidores, permitiu ao Grupo concretizar em 2009 a emissão de 7 mil milhões de euros de dívida de médio e longo prazo que superou em 3,8 mil milhões de euros os reembolsos verificados naquele ano. Já em 2010, foram emitidos 4 mil milhões de euros de dívida de médio e longo prazo face a um total de reembolsos de 5,1 mil milhões de euros, dos quais 5 mil milhões já foram reembolsados até Julho.

Das emissões públicas efectuadas em 2010 destacam-se:

- emissão de dívida sénior a cinco anos, realizada em Janeiro, no montante de 750 milhões de euros, ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes*;
- emissão de dívida sénior, realizada pelo BES Investimento Brasil em Março, no montante de 500 milhões de dólares, colocada em investidores institucionais;
- emissão de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias do Banco Bradesco, realizada em Abril, no montante de 950 milhões de dólares;
- emissão de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias da EDP, realizada em Maio, no montante de 500 milhões de euros.

No segundo trimestre de 2010, verificou-se uma pressão adicional nos mercados de curto prazo que afectou principalmente a situação financeira dos países do sul da Europa. Neste contexto, o acesso às operações de redesconto do Banco Central Europeu (BCE) veio colmatar a ausência de liquidez verificada no mercado.

No caso particular do BES a posição líquida credora junto do BCE de 904 milhões de euros, no final do primeiro trimestre, alterou-se em 30 de Junho de 2010 para uma posição devedora de 6,0 mil milhões de euros.

Durante o segundo trimestre, o Grupo reforçou a carteira de activos elegíveis para operações de redesconto em 1,8 mil milhões de euros para 12,2 mil milhões de euros (liquidez equivalente), dos quais 7,6 mil milhões de euros (liquidez equivalente) elegíveis no BCE. Adicionalmente, tirando partido da certificação *IRB* atribuída aos seus modelos de avaliação de risco e da estruturação de novas operações de securitização, está em curso o reforço da carteira de activos elegíveis para redesconto junto do BCE no montante de 5 mil milhões de euros (liquidez equivalente) até ao final do ano.

Relativamente à dívida de médio e longo prazo que matura em 2011 no montante total de 4,7 mil milhões de euros vencer-se-ão no primeiro trimestre do ano (a) 1,25 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias que na eventualidade da inexistência de mercado, será utilizada para reforçar a *pool* de colaterais junto do BCE, e (b) 1000 milhões de dólares de obrigações permutáveis indexadas às acções ordinárias do Banco Bradesco, instrumento que tem provado ter uma boa aceitação junto dos investidores mesmo em condições de mercado muito difíceis.

5.2.2 Solvabilidade - Basileia II (Novo Quadro Prudencial)

Fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado pelo Banco de Portugal a utilizar, a partir do primeiro trimestre de 2009, a abordagem das notações internas (*IRB*) para o risco de crédito e a abordagem *TSA* para o risco operacional.

A conclusão deste processo colocou o Grupo numa situação de reconhecida liderança em Portugal na gestão de risco e em linha com a utilização das melhores práticas internacionais, sendo de referir que o BES é, até ao momento, o único banco português certificado em *IRB*.

De acordo com as critérios regulamentares, a abordagem das notações internas (*IRB*), implica a utilização de estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento bem como a estimação de perdas dado o incumprimento e factores de conversão para os segmentos de retalho (abordagem *IRB Advanced*). Para os restantes segmentos a mesma autorização permite a utilização de estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (abordagem *IRB Foundation*).

5.2.3 Solidez Financeira - Rácios de Capital

A informação relevante sobre os activos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem *BIS IRB II* é apresentada em detalhe no quadro seguinte para as datas de Junho de 2010, Dezembro de 2009 e Junho de 2009:

ACTIVOS DE RISCO E CAPITALS ELEGÍVEIS

	milhões de euros		
	Jun, 09	Dez, 09	Jun, 10
Activos de Risco Equivalentes (A)	59 453	65 097	67 191
<i>Banking Book</i>	52 564	57 426	59 115
<i>Trading Book</i>	3 742	4 003	4 408
Risco Operacional	3 147	3 668	3 668
Fundos Próprios Totais (B)	7 234	7 256	7 525
Fundos Próprios de Base (C)	5 263	5 405	5 668
- <i>Core Tier I (D)</i>	4 922	5 232	5 300
- Outros Elementos	341	173	368
<i>(Acções Preferenciais/Fundos Próprios de Base)</i>	<i>(11%)</i>	<i>(11%)</i>	<i>(11%)</i>
Fundos Próprios Complementares e Deduções	1 971	1 851	1 857
Rácio <i>Core Tier I</i> (D/A)	8,3%	8,0%	7,9%
Rácio <i>Tier I</i> (C/A)	8,9%	8,3%	8,4%
Rácio de Solvabilidade (B/A)	12,2%	11,2%	11,2%

Os activos ponderados pelo risco totalizaram 67,2 mil milhões de euros (crescimento de 3,2% face a Dez, 09) sendo 59,1 mil milhões de euros relacionados com o risco de crédito e contraparte, representando 88% do total.

Os fundos próprios de base (*Tier I*) aumentaram no semestre 263 milhões de euros devido à incorporação dos resultados gerados no período (153 milhões de euros) e à redução das participações inferiores a 10% em instituições financeiras (os excedentes são dedutíveis ao *Tier I* em 50%). O aumento do *Tier I* conjugado com a evolução dos activos de risco fez com que o rácio *Tier I* tivesse registado uma subida para 8,4%. O rácio *Core Tier I* era de 7,9% e o rácio de solvabilidade de 11,2%.

As responsabilidades com benefícios de longo prazo para com empregados (reformas e cuidados médicos) elevavam-se, em 30 de Junho de 2010, a 2189 milhões de euros e os

desvios actuariais em balanço, na mesma data, totalizavam 960 milhões de euros (Jun, 09: 922 milhões de euros) tendo os activos do fundo de pensões do BES evidenciado uma rentabilidade anualizada de menos 4,5%.

DESVIOS ACTUARIAIS EM BALANÇO

	milhões de euros	
	Jun, 09	Jun, 10
dentro do Corredor	204	218
fora do Corredor	718	742
Total	922	960

Em 2 de Junho a agência internacional de notação financeira **Moody's** reafirmou a notação de C- para o *rating* de solidez financeira (*BFSR*) do BES, mantendo o *outlook* negativo.

Na sequência da redução de dois níveis da notação da dívida soberana do Estado Português, concretizada em 13 de Julho, a **Moody's** reviu em baixo a classificação de oito bancos portugueses, entre os quais o BES, que viu o seu *rating* de longo prazo e depósitos evoluir de A1/Prime-1 para A2/ Prime -1, com *outlook* negativo.

Valorização das Principais Exposições Accionistas

A valorização das principais exposições accionistas da carteira de “Activos disponíveis para venda” traduz ganhos potenciais no montante de 162,9 milhões de euros.

ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Principais Exposições em Acções

Activos	milhões de euros	
	Ganhos e Perdas Potenciais (valores brutos)	
	Jun, 09	Jun, 10
Banco Bradesco	147,4	185,1
EDP - Energias de Portugal	-64,8	-74,7
Portugal Telecom	-31,8	46,5
B. Marocaine Com. Exterior	7,4	6,0
	58,2	162,9

Comparativamente ao final do primeiro semestre de 2009, é de realçar a recuperação nestas posições, nomeadamente no Banco Bradesco e na Portugal Telecom que apresentam no final deste semestre uma mais valia potencial de 185 milhões de euros de 46,5 milhões de euros, respectivamente.

Como decorre do actual enquadramento prudencial, as perdas potenciais são deduzidas aos fundos próprios de base (*Core Tier I*) ajustadas pelos activos por impostos diferidos, enquanto que os ganhos potenciais em títulos de capital são elegíveis como *Tier II* em apenas 45% do respectivo valor bruto.

5.3 Produtividade e Eficiência

As melhorias conseguidas na produtividade e eficiência ao longo dos últimos exercícios são resultado da simplificação de processos, da centralização de operativas em estruturas altamente especializadas, da fusão e integração de actividades e dos investimentos em novas tecnologias. Pese embora os referidos progressos, no 1º semestre ocorreu um aumento dos custos operativos superior ao crescimento do produto bancário conduzindo a um aumento do valor do *Cost to Income* que se situou em 49,3%, enquanto que o *Cost to Income* sem mercados passou para 60,2%.

O indicador “Custos Operativos/Activo Líquido médio” apresenta melhorias face ao valor do final do exercício de 2009 e os activos por empregados registaram um decréscimo de 5,4% face ao período homólogo (não considerando o efeito da consolidação do *Aman Bank*, o valor dos activos por empregado teria registado uma redução de apenas 1,8%).

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA

Indicadores	Jun, 09	Dez, 09	Jun, 10	Varição Jun,09/ Jun,10
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	44,2%	43,1%	49,3%	5,1 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	51,4%	55,0%	60,2%	8,8 p.p.
Custos Operativos / Activo Líquido médio	1,34%	1,36%	1,34%	0,00 p.p.
Activos ⁽¹⁾ por Empregado (eur '000)	11 389	11 381	10 770	-5,4%

⁽¹⁾ Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado

5.4. Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos pela Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal para o final do primeiro semestre de 2010, em comparação com os evidenciados no período homólogo do ano anterior.

INDICADORES DE REFERÊNCIA DO BANCO DE PORTUGAL

Indicadores	%	
	Jun, 09	Jun, 10
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios / Activos de Risco	12,2	11,2
Fundos Próprios de Base/ Activos de Risco	8,9	8,4
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento ^(a) / Crédito Total	2,1	2,4
Crédito com Incumprimento, líquido ^(b) / Crédito Total, líquido ^(b)	-0,7	-0,8
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Capitais Próprios médios ^(c)	12,6	10,2
Produto Bancário ^(d) / Activo Líquido médio	3,0	2,7
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários / Activo Líquido médio	0,8	0,8
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento ^(d) + Amortizações / Produto Bancário ^(d)	44,2	49,3
Custos com Pessoal / Produto Bancário ^(d)	23,9	26,2

^(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular n.º 99/2003/DSB do Banco de Portugal

^(b) Crédito líquido de provisões para crédito vencido e para crédito de cobrança duvidosa

^(c) Incluem Interesses Minoritários médios

^(d) De acordo com a definição constante da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal

Os indicadores que integram esta grelha de referência reflectem a evolução anteriormente enunciada: (i) os rácios de solvabilidade estão conformes os níveis mínimos recomendados pelo Banco de Portugal; (ii) os indicadores de qualidade de crédito registam um agravamento destacando-se, porém, a circunstância de as provisões em balanço ultrapassarem o crédito com incumprimento; (iii) os indicadores de rendibilidade apresentam-se inferiores aos valores do período homólogo do ano anterior justificado pelo efeito “*full year*” do aumento de capital

de 2009 ou pela redução do resultado financeiro; e (iv) os níveis de eficiência reduziram-se em relação ao período homólogo do ano anterior devido à diminuição do produto bancário doméstico e ao esforço de internacionalização.

6. PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS PARA O 2º SEMESTRE DE 2010

Nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras é feita uma abordagem da gestão dos principais riscos de actividade (risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional) a que o Grupo BES e o BES se encontram expostos no decurso normal das respectivas actividades. No que respeita mais especificamente à segunda metade do corrente exercício destacamos, em primeiro lugar, as perspectivas que se podem antever pelo desempenho do segundo trimestre de 2010 que, tal como se refere no Enquadramento Macroeconómico, ficou marcado pela deterioração do risco soberano na Europa e pelas incertezas em torno do potencial impacto desta crise sobre o sector financeiro.

Não obstante aqueles condicionalismos, a actividade económica global registou uma tendência de recuperação na primeira metade do ano, liderada pelas principais economias emergentes, mas também com acelerações no crescimento do PIB nos EUA e na Zona Euro no segundo trimestre.

Os principais riscos e incertezas que podem afectar a actividade e resultados do Grupo BES durante o segundo semestre do exercício de 2010 são:

- (i) a volatilidade e os fracos níveis de confiança continuarão a condicionar o acesso do sector bancário aos mercados financeiros internacionais, conduzindo ao encarecimento dos meios de financiamento;
- (ii) a necessidade de reforço da captação de recursos junto dos clientes, no actual contexto de escassez de liquidez, continuará a exercer pressão sobre os preços praticados e na margem;
- (iii) a incerteza em relação à retoma económica continuará a condicionar a evolução da procura do crédito e, conseqüentemente, o crescimento do Grupo;
- (iv) a confirmar-se a tendência de recuperação económica manifestada neste semestre, embora ainda ténue, poderá ter efeitos positivos sobre a evolução do crédito vencido, com

redução ou pelo menos contenção das necessidades de provisionamento, tanto na actividade doméstica como internacional;

(v) a evolução geral dos mercados financeiros poderá determinar impactos negativos nos fundos de pensões, com implicações também negativas nos fundos próprios de base.

Apesar dos factores de incerteza acima referidos, o Conselho de Administração acredita que o Grupo reúne as condições indispensáveis para superar as dificuldades com que se venha a deparar: continua a contar com um corpo accionista estável; dispõe de rácios de capital sólidos e capazes de absorver choques adversos; possui níveis adequados de liquidez; tem uma adequada monitorização do risco de crédito e do seu acompanhamento no terreno; e mantém uma política de contenção e de redução de custos. Nestas circunstâncias, as perspectivas para o segundo semestre, apesar de se continuarem a desenvolver num ambiente difícil, apontam para um crescimento moderado do negócio, progressos no domínio da racionalização dos meios utilizados e na criação de valor para os accionistas.

7. ACTIVIDADE E RESULTADOS DO BES (INDIVIDUAL)

7.1. Evolução da Actividade e Qualidade dos Activos

O desenvolvimento da actividade do BES, apesar do ambiente económico instável que caracterizou o primeiro semestre de 2010, continuou a evoluir de forma favorável.

PRINCIPAIS VARIÁVEIS DA ACTIVIDADE

Variáveis	milhões de euros		
	30 de Junho		Variação
	2009	2010	
Activo	74 729	77 919	4,3%
Crédito a Clientes (incluindo securitizado)	47 555	50 487	6,2%
Recursos Totais de Clientes	48 858	48 030	-1,7%
- Recursos de Balanço	33 716	31 184	-7,5%
- Desintermediação	15 142	16 846	11,3%

O crédito concedido a clientes, considerando os valores securitizados, apresenta um crescimento de 6,2%, com a componente do crédito a empresas a revelar-se a mais dinâmica (+8,1%).

A redução operada nos recursos com expressão no balanço (-7,5%) resulta da quebra verificada nas carteiras de dívida titulada colocada em clientes institucionais sob a forma de certificados de depósito, nomeadamente nas Sucursais de Londres e Nova Iorque. O crescimento de 11,3% da componente de *asset management* deu um forte contributo para que os recursos totais de clientes apresentassem uma redução de apenas 1,7%.

O crédito vencido há mais de 90 dias representa 2,00% do crédito a clientes, com a respectiva cobertura a situar-se em 174,4%. De assinalar a evolução favorável do rácio Provisões/Crédito Total (vencido e corrente) que tem, consistentemente, vindo a aumentar e que agora se situa em 3,48% (Dez, 09: 3,42%).

QUALIDADE DO CRÉDITO A CLIENTES

	Jun,09	Dez,09	Jun,10	Variação	
				Dez,09 / Jun,10 absoluta	relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)					
Crédito a Clientes (bruto)	39 668	41 315	43 114	1 799	4,4%
Crédito Vencido	817,5	851,7	944,4	93	10,9%
Crédito Vencido > 90 dias	658,7	779,1	861,4	82	10,6%
Crédito com Incumprimento (B.Portugal) ^(a)	982,3	1113,0	1229,4	116	10,5%
Provisões para Crédito	1249,8	1413,2	1501,6	88	6,3%
INDICADORES (%)					
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	2,06	2,06	2,19	0,13	p.p.
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	1,66	1,89	2,00	0,11	p.p.
Crédito com Incumprimento / Crédito a Clientes (bruto) ^(a)	2,48	2,69	2,85	0,16	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	152,9	165,9	159,0	-6,90	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	189,6	181,4	174,4	-7,00	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito com Incumprimento	127,2	127,0	122,2	-4,73	p.p.
Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	3,15	3,42	3,48	0,06	p.p.
Carga de Provisões para Crédito / Crédito a Clientes	1,19	1,12	0,61	-0,50	p.p.

^(a) De acordo com a definição constante da Carta Circular nº 99/03/2003 do Banco de Portugal

7.2. Condições de Funcionamento, Produtividade e Rendibilidade

O resultado apurado no primeiro semestre de 2010 atingiu 138,4 milhões de euros, apresentando um crescimento de 47,2% face ao período homólogo do ano anterior. A performance alcançada foi especialmente positiva tendo em conta a conjuntura de crise e de incerteza que caracterizou os primeiros seis meses do corrente exercício.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Variáveis			milhões de euros	
	até Jun,09	até Jun,10	Variação	
			absoluta	relativa
Resultado Financeiro	497,0	353,2	-143,8	-28,9%
+ Serviços a Clientes	230,8	242,5	11,7	5,1%
= Produto Bancário Comercial	727,8	595,7	-132,1	-18,1%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	50,2	149,7	99,5	198,2%
= Produto Bancário	778,0	745,4	-32,6	-4,2%
- Custos Operativos	400,9	423,2	22,3	5,5%
= Resultado Bruto	377,1	322,2	-54,9	-14,5%
- Provisões Líquidas de Reposições	275,2	199,9	-75,3	-27,4%
Crédito	236,9	132,1	-104,8	-44,2%
Títulos	15,3	34,4	19,1	124,7%
Outras	23,0	33,4	10,4	45,0%
= Resultado antes de Impostos	101,9	122,3	20,4	20,1%
- Impostos	7,8	-16,1	-23,9
= Resultado do Exercício	94,1	138,4	44,3	47,2%

A evolução do produto bancário (-4,2%) foi fortemente condicionada pela quebra do resultado financeiro (-28,9%), apesar da progressão do comissionamento (+5,1%) e dos resultados de operações financeiras e diversos que atingiram quase 150 milhões de euros (1º semestre, 09: 50,2 milhões de euros).

O aumento de 5,5% nos custos operativos encontra-se influenciado, sobretudo, pela progressão das amortizações (+15,0%). Os custos com pessoal (+3,4%) beneficiaram da redução dos custos com benefícios pós-emprego.

O Banco procedeu a um reforço de provisões que atingiu 199,9 milhões de euros, valor equivalente a 26,8% do produto bancário gerado no período. As provisões para títulos e as outras provisões foram reforçadas em 34,4 milhões de euros (mais 19,1 milhões de euros face

ao p.h.a.a.) e 33,4 milhões de euros (mais 10,4 milhões de euros face ao p.h.a.a.), respectivamente. As provisões para crédito atingiram 132,1 milhões de euros (Jun, 09: 236,9 milhões de euros).

As melhorias conseguidas em termos de eficiência, nos últimos exercícios, não tiveram continuidade, este semestre, devido ao facto de o crescimento dos custos operativos ter sido acompanhado por uma quebra do produto bancário, total e comercial. Assim, o *Cost to Income* (com mercados) evoluiu para 56,8% no final de Junho de 2010 (+5,3 p.p. em termos homólogos)

INDICADORES DE PRODUTIVIDADE E EFICIÊNCIA

Indicadores	Jun,09	Dez, 09	Jun,10	Varição Jun,09 / Jun,10
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	51,5%	43,8%	56,8%	5,3 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	55,1%	58,9%	71,0%	15,9 p.p.
Custos Operativos / Activo Líquido Médio	1,15%	1,14%	1,11%	-0,04 p.p.
Activos ⁽¹⁾ por Empregado (eur'000)	14 446	14 435	14 711	1,8 %

⁽¹⁾ Activo Líquido + Actividade *Asset Management* + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado

Nos indicadores de produtividade há a destacar o crescimento de 1,8% no valor dos activos totais por empregado, registando-se também uma melhoria no indicador “custos operativos/ activo líquido médio” que passou para 1,11% (Jun, 09: 1,15%).

8. INFORMAÇÕES DIVERSAS

8.1. Valores Mobiliários emitidos pelo Grupo BES detidos pelos titulares dos Órgãos Sociais do BES

Os valores mobiliários emitidos pelo Grupo BES e detidos por titulares dos Órgãos Sociais do BES, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento n.º 5/2008 da CMVM, eram os seguintes, em 30 de Junho de 2010:

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos à data de 31/12/2009	Movimento no 1º Semestre de 2010				Nº títulos detidos à data de 30/06/2010
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (euro)	
RICARDO ESPÍRITO SANTO SILVA SALGADO	Acções BES	1 261 840	01-03-2010	58 727	-	3,678	1 351 567
			03-03-2010	30 000	-	3,685	
			26-04-2010	1 000	-	3,559	
	Acções FIDUPRIVATE	20	-	-	-	-	20
JOSÉ MANUEL PINHEIRO ESPÍRITO SANTO SILVA	Acções BES	359 645	04-02-2010	10 000	-	3,920	369 645
	Acções FIDUPRIVATE	20	-	-	-	-	20
ANTÓNIO JOSÉ BAPTISTA DO SOUTO	Acções BES	51 212	-	-	-	-	51 212
	Obrigações BES 5,625% Junho 2014	1	-	-	-	-	1
	Obrigações ES Invest PLC 23/12/2014	100	-	-	-	-	100
	Obrigações BES 3,75% 19/01/2012	0	14-05-2010	1	-	50 000	1
JORGE ALBERTO CARVALHO MARTINS	Acções BES	145 020	-	-	-	-	145 020
ANÍBAL DA COSTA REIS DE OLIVEIRA	Acções BES	800 000	03-02-2010	10 000	-	4,094	810 000
	Obrigações BES Finance 2035	200	-	-	-	-	200
MANUEL FERNANDO MONIZ GALVÃO ESPÍRITO SANTO SILVA	Acções BES	2 484	-	-	-	-	2 484
JOSÉ MARIA ESPÍRITO SANTO SILVA RICCIARDI	Acções BES	30 634	-	-	-	-	30 634
JEAN-LUC LOUIS MARIE GUINOISEAU	Acções BES	116 770	08-03-2010	6 230	-	3,971	123 000
RUI MANUEL DUARTE SOUSA DA SILVEIRA	Acções BES	14 952	-	-	-	-	14 952
JOAQUIM ANÍBAL BRITO FREIXIAL DE GOES	Acções BES	73 940	03-03-2010	27 500	-	3,693	101 440
	Obrigações BES Finance 2035	160	-	-	-	-	160
	Obrigações BES Subord 2008 3ª S	45	-	-	-	-	45
PEDRO JOSÉ DE SOUSA FERNANDES HOMEM	Acções BES	12 635	-	-	-	-	12 635
	Obrigações BES 5,625% Junho 2014	20	20-01-2010	-	20	50 000	0
	Obrigações BES Finance	2 866	29-01-2010	-	2 140	1 000	0
			08-03-2010	3 232	-	1 000	
			08-04-2010	-	3232	1 000	
	Obrigações BES Due 3,875% 2015	0	17-05-2010	-	726	1 000	0
21-01-2010			10	-	50 000	10	
RICARDO ABECASSIS ESPÍRITO SANTO SILVA	Acções BES	66 466	01-02-2010	4 000	-	4,260	75 466
			04-05-2010	5 000	-	3,597	
AMÍLCAR CARLOS FERREIRA DE MORAIS PIRES	Acções BES	42 889	04-03-2010	10 000	-	3,765	52 889
JOSÉ MANUEL RUIVO DA PENA	Obrigações BES Finance 2035	60	-	-	-	-	60
	Obrigações BES Finance 6,25% 17/05/2011	0	10-06-2010	50	-	1000	50
JOÃO EDUARDO MOURA DA SILVA FREIXA	Acções BES	30 000	21-05-2010	19 000	-	3,030	30 000
			27-05-2010	-	30 000	3,120	
			28-05-2010	11 000	-	3,170	
	Obrigações BES Finance 17/05/2011	30	-	-	-	-	30

A listagem com o detalhe de todas as transacções realizadas durante o 1º semestre de 2010 encontra-se em Anexo.

Apresenta-se de seguida listagem das transacções realizadas, durante o semestre, pelos dirigentes do BES ou de sociedade que o domine e pelas pessoas estreitamente relacionados com aqueles, relativas às acções do BES ou aos instrumentos financeiros com elas relacionados, de acordo com o disposto nos nº 6 e 7 do artigo 14º do Regulamento nº 5 /2008 da CMVM:

Titular	Valores Mobiliários	Nº títulos detidos à data de 31/12/2009	Movimento no 1º Semestre de 2010				Nº títulos detidos à data de 30/06/2010
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (euro)	
António Manuel Rodrigues Marques	Acções BES	13 154	-	-	-	-	13 154
António Miguel Natário Rio -Tinto	Acções BES	4 892	-	-	-	-	4 892
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	Acções BES	8 684	-	-	-	-	8 684
Carlos Manuel Garcia Calvário	Acções BES	32 692	-	-	-	-	32 692
Eduardo Nuno Sousa Feijoo Moradas	Acções BES	n.a.	-	-	-	-	0
Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes	Acções BES	11 621	-	-	-	-	11 621
Francisco José Valente Hipólito dos Santos	Acções BES	30 076	15-04-2010	-	11 392	4,070	18 684
Isabel Maria Carvalho de Almeida Bernardino	Acções BES	37 264	-	-	-	-	37 264
João Filipe Carvalho Martins Pereira	Acções BES	22 525	-	-	-	-	22 525
João Maria de Magalhães Barros Mello Franco	Acções BES	n.a.	-	-	-	-	31 006
Jorge Daniel Lopes da Silva	Acções BES	19 324	-	-	-	-	19 324
José Alexandre Maganinho Pinto Ribeiro	Acções BES	23 124	-	-	-	-	23 124
Lourenço de Albuquerque D' Orey Vieira Campos	Acções BES	n.a.	-	-	-	-	2 042
Luis Filipe Magalhães Palma Rodeia	Acções BES	n.a.	-	-	-	-	4 687
Manuel José Dias de Freitas	Acções BES	19 785	-	-	-	-	19 785
Miguel Beirão da Veiga de Almeida Carvalho	Acções BES	13 967	16-04-2010	-	10 702	4,032	3 265
Paulo António Estima da Costa Gonçalves Padrão	Acções BES	n.a.	-	-	-	-	6 229
Pedro Roberto Menéres Cudell	Acções BES	8 437	-	-	-	-	8 437
Rui José Costa Raposo	Acções BES	5 196	-	-	-	-	5 196
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra	Acções BES	24 521	-	-	-	-	24 521

n.a. - não aplicável por não integrar o pessoal chave da gestão em 31 de Dezembro de 2009

A listagem com o detalhe de todas as transacções realizadas durante o 1º semestre de 2010 encontra-se em Anexo.

8.2. Participações Qualificadas no Capital Social do BES

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo n.º 20 do Código dos Valores Mobiliários, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 9º do Regulamento da CMVM n.º 5 /2008, eram os seguintes em 30 de Junho de 2010:

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS	Posição em 30/06/2010	
	Nº de acções detidas	% direitos de voto
BESPAR - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A. (Portugal)		
- directamente	466 666 666	40.00%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização	2 266 687	0.19%
Total Imputável	468 933 353	40.19%
CRÉDIT AGRICOLE, S.A. (França)		
- directamente	126 076 650	10.81%
Total Imputável	126 076 650	10.81%
BRADPORT, SGPS, S.A. * (Portugal)		
- directamente	70 583 333	6.05%
Total Imputável	70 583 333	6.05%
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)		
- directamente	35 103 934	3.01%
Total Imputável	35 103 934	3.01%
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. (Portugal)		
- através dos Fundos de Pensões cujos associados são empresas do Grupo PT e que são geridos pela Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	30 585 108	2.62%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	188 263	0.02%
Total Imputável	30 773 371	2.64%
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A. (Luxemburgo)		
- directamente	23 434 904	2.01%
- através da BESPAR, SGPS, S.A.		
<i>[sociedade dominada pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A., que por sua vez é participada em 100% pela Espírito Santo Financial Group, S.A.]</i>	468 933 353	40.19%
- através dos membros dos seus Órgãos de Administração e Fiscalização	71 159	0.01%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e/ou elementos dos seus órgãos de Administração e Fiscalização	8 978 166	0.77%
Total Imputável	501 417 582	42.98%
ESPIRITO SANTO INTERNATIONAL, S.A. (Luxemburgo)		
- através da ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A.	501 417 582	42.98%
- através de empresas por si dominadas directa e indirectamente e/ou elementos dos seus órgãos de Administração e Fiscalização	75 466	0.01%
Total Imputável	501 493 048	42.99%

* Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco, S.A. (Brasil)

8.3. Acções Próprias do BES

Em conformidade com a alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as transacções sobre acções próprias realizadas no decorrer do primeiro semestre de 2010 se reportaram, exclusivamente, à execução do Sistema de Incentivos Baseado na Atribuição de Acções aos Colaboradores (SIBA). O SIBA consiste numa compra de acções pelos empregados com pagamento diferido, como descrito nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intercalares.

			euros
	Quantidade	Valor Unitário	Total
Movimento no 1º semestre de 2010*			
— Compras	29 549	14,90	440 219
— Vendas	29 549	3,78	111 616

* Inclui transacções em bolsa e fora de bolsa

Em 30 de Junho de 2010 a rubrica “Acções Próprias” do balanço do BES evidenciava o valor de 24 971 milhares de euros correspondente à mobilização de 1 246 712 acções (0,11% do capital social) enquadradas no âmbito do SIBA.

8.4. Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Activos

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de Agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de activos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nºs 46/08/DSBDR de 15 de Julho de 2008 e 97/08/DSBDR de 3 de Dezembro de 2008.

O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*.

No presente capítulo procurou-se dar cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras bem assim como, atento ao facto de estarmos perante informações intercalares, noutros documentos anteriormente divulgados pelo Grupo BES, nomeadamente Relatório de Gestão e Notas Explicativas relativos aos exercícios de 2008 e 2009.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto 3 do Relatório de Gestão do exercício de 2009, faz-se uma descrição detalhada sobre o modelo de negócio do Grupo, não se tendo registado alterações no decurso deste semestre. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é apresentada no ponto 4.2 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2010.

2. Estratégias e objectivos

As estratégias e objectivos do Grupo estão divulgados no ponto 3 do Relatório de Gestão do exercício de 2009, não se tendo registado alterações relevantes.

As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 42¹.

3., 4. e 5. Actividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 4.2 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2010 e na Nota 4 apresenta-se informação detalhada acerca das actividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 6 do Relatório de Gestão do exercício de 2009 dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES, mantendo-se tal informação actualizada. Na Nota 44 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter percepção sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão para a sua monitorização e controlo.

¹ Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8.,9. e 10. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados

No ponto 7.1.5 do Relatório de Gestão do exercício de 2008 apresentam-se os impactos do período de turbulência financeira iniciado no Verão de 2007.

Durante o exercício de 2009 e o 1º semestre de 2010 não se considera que tenham ocorrido eventos com impactos materialmente relevantes na actividade e resultados dos períodos referenciados, para além dos enunciados nos respectivos relatórios.

11. Comparação dos impactos entre períodos

Os impactos directos e indirectos do período de turbulência verificaram-se no exercício de 2008 e estão desenvolvidos no ponto 7.1.5 do Relatório de Gestão de 2008.

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos dos activos e passivos detidos para negociação, ddos activos ao justo valor através de resultados e dos activos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras do 1º semestre de 2010. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos activos disponíveis para venda constam das Notas 19 e 38, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota 19. Por outro lado, na Nota 12 dá-se conta dos desvios financeiros apurados entre a rendibilidade esperada e realizada nos activos do Fundo de Pensões.

13. Turbulência financeira na cotação das acções do BES

No ponto 2.4 do Relatório de Gestão do exercício de 2009 e no ponto III.8 do Relatório de Governo da Sociedade apresenta-se a evolução da cotação das acções do BES. No ponto 3.6 do Relatório de Gestão do 1º semestre de 2010 refere-se a cotação, em 30 de Junho de 2010, das acções do BES cuja desvalorização se apresenta em linha com a evolução do índice PSI20 e com as cotações dos outros bancos portugueses.

14. Risco de perda máxima

Na Nota 44 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota 43 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrente da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para determinação do impacto.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFECTADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Grupo

Nos pontos 5.,6. e 7. do Relatório de Gestão do exercício de 2008 dá-se nota sobre as exposições afectadas pelo período de crise. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo em consideração o detalhe e quantificação apresentados e o facto de no exercício de 2009 e no 1º semestre de 2010 não se terem verificado acontecimentos com relevância material.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Nas Notas Explicativas do exercício de 2009 e do 1º semestre de 2010, nomeadamente na Nota 44, consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados. A informação aí divulgada considera-se suficiente, tendo em consideração o detalhe e quantificação apresentados e o facto de não se terem verificado acontecimentos com relevância material em 2009 e no 1º semestre de 2010.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 42. Nenhum dos *SPE* foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities (SPE)* e consolidação

As informações sobre estas entidades encontram-se referenciadas nas Notas 2 e 42.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas 2 e 43 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPECTOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Grupo BES, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, tem em vista a satisfação de todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado atendendo, por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus accionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual, Semestral e Trimestrais, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas, o Relatório de Governo da Sociedade e o Relatório de Sustentabilidade.

As demonstrações financeiras, que são objecto de divulgação com uma periodicidade trimestral, são preparadas tendo por base os *IFRS* que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais. Também os Relatórios de Governo da Sociedade e de Sustentabilidade proporcionam uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo e sobre a responsabilidade social que este vem assumindo perante os inúmeros desafios que o mundo actual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendedorismo.

No ponto III.12 do Relatório de Governo da Sociedade encontram-se detalhados todos os meios e formas utilizados pelo Grupo na comunicação com a comunidade financeira, em geral.

9. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA APRESENTADA

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 246^a do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

- I. as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas aos períodos findos em 30 de Junho de 2009 e em 30 de Junho de 2010, foram preparadas

- de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro de 2005;
- II. as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. (Grupo BES), relativas aos períodos findos em 30 de Junho de 2009 e em 30 de Junho de 2010, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia, e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de Fevereiro;
 - III. tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas nas alíneas (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas Normas e foram objecto de aprovação na reunião do Conselho de Administração do dia 23 de Julho de 2010;
 - IV. o relatório de gestão intercalar, relativo ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, contém uma indicação dos acontecimentos importantes que ocorreram neste período e o impacto nas respectivas demonstrações financeiras, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas para os seis meses seguintes.

Lisboa, 23 de Julho de 2010

O Conselho de Administração

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado,
Vice-Presidente do Conselho de Administração
e Presidente da Comissão Executiva

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires,
Vogal do Conselho de Administração
e Membro da Comissão Executiva

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
BALANÇO CONSOLIDADO EM 30 DE JUNHO DE 2010

	Jun, 09 (eur '000)	Dez, 09 (eur '000)	Jun, 10 (eur '000)
ACTIVO			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 233 081	2 192 317	1 943 001
Disponibilidades em outras instituições de crédito	573 941	610 574	500 858
Activos financeiros detidos para negociação	4 025 414	4 459 484	5 966 222
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 604 745	1 002 301	1 611 266
Activos financeiros disponíveis para venda	7 387 096	8 531 600	10 114 794
Aplicações em instituições de crédito	11 185 164	7 997 807	3 569 738
Crédito a clientes	47 275 495	48 978 847	51 673 579
<i>(Provisões)</i>	<i>(1 364 580)</i>	<i>(1 552 307)</i>	<i>(1 681 539)</i>
Investimentos detidos até à maturidade	2 669 785	2 541 829	2 757 451
Activos com acordo de recompra	-	-	-
Derivados de cobertura	487 140	455 115	532 552
Activos não correntes detidos para venda	407 525	407 585	486 369
Propriedades de investimento	-	-	-
Outros activos tangíveis	644 911	658 773	746 402
Activos intangíveis	123 388	137 885	152 763
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	671 596	793 815	851 866
Activos por impostos correntes	57 410	20 929	24 688
Activos por impostos diferidos	142 157	187 871	237 180
Outros activos	2 939 034	3 320 468	3 704 856
TOTAL DO ACTIVO	81 427 882	82 297 200	84 873 585
PASSIVO			
Recursos de Bancos Centrais	3 238 757	3 817 643	8 995 743
<i>(dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)</i>	<i>(1 035 490)</i>	<i>(2 005 438)</i>	<i>(6 861 735)</i>
Passivos financeiros detidos para negociação	1 584 365	1 561 143	2 169 271
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	10 350 211	6 895 720	7 112 438
Recursos de clientes e outros empréstimos	25 155 915	25 446 450	26 082 073
Responsabilidades representadas por títulos	30 230 074	33 101 099	29 451 274
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-
Derivados de cobertura	310 462	253 148	241 304
Passivos não correntes detidos para venda	41 938	21 609	35 217
Provisões	144 637	179 851	179 572
Passivos por impostos correntes	46 103	133 616	96 655
Passivos por impostos diferidos	78 654	79 216	92 082
Instrumentos representativos de capital	-	-	-
Outros passivos subordinados	2 663 796	2 639 071	2 305 591
Outros passivos	1 353 568	1 229 751	1 197 386
TOTAL DO PASSIVO	75 198 480	75 358 317	77 958 606
CAPITAL			
Capital	3 500 000	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	1 086 586	1 085 399	1 085 396
Outros instrumentos de capital	-	-	-
Acções próprias	(25 815)	(25 083)	(24 971)
Acções preferenciais	600 000	600 000	600 000
Reservas de reavaliação	(30 555)	300 833	59 703
Outras reservas e resultados transitados	666 125	672 063	1 023 085
Resultado do exercício	246 205	522 114	282 178
Dividendos antecipados	-	-	-
Interesses minoritários	186 856	283 557	389 588
TOTAL DO CAPITAL	6 229 402	6 938 883	6 914 979
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	81 427 882	82 297 200	84 873 585

O Director do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2010

	Jun, 09 (eur '000)	Jun, 10 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	2 113 265	1 861 406
Juros e encargos similares	1 463 098	1 315 065
Margem financeira	650 167	546 341
Rendimentos de instrumentos de capital	61 988	68 903
Rendimentos de serviços e comissões	378 794	426 651
Encargos com serviços e comissões	47 112	55 940
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(239)	(49 845)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4 173	165 703
Resultados de reavaliação cambial	(542)	17 404
Resultados de alienação de outros activos	(4 193)	(3 242)
Outros resultados de exploração	102 321	4 857
Produto da actividade	1 145 357	1 120 832
Custos com pessoal	276 868	298 959
Gastos gerais administrativos	191 934	213 893
Amortizações do exercício	43 515	50 476
Provisões líquidas de reposições e anulações	13 557	12 805
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	274 129	174 526
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	21 833	32 104
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	15 609	19 338
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	13 185	20 759
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários	321 097	339 490
Impostos		
Correntes	58 957	41 415
Diferidos	(5 689)	(19 899)
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários	267 829	317 974
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(3 294)	(4 290)
Interesses minoritários	21 624	35 796
Resultado consolidado do exercício	246 205	282 178

O Director do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2010

milhares de euros

	Jun, 10			Jun, 09
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
ACTIVO				
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 324 220	-	1 324 220	664 158
Disponibilidades em outras instituições de crédito	224 107	-	224 107	246 045
Activos financeiros detidos para negociação	4 651 391	-	4 651 391	2 955 873
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 513 151	-	1 513 151	1 361 448
Activos financeiros disponíveis para venda	8 404 228	110 593	8 293 635	7 872 388
Aplicações em Instituições de Crédito	10 375 616	30	10 375 586	15 358 819
Crédito a clientes	43 113 602	991 572	42 122 030	38 900 615
Investimentos detidos até à maturidade	1 984 211	61 515	1 922 696	2 253 099
Activos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	673 780	-	673 780	646 590
Activos não correntes detidos para venda	451 228	60 153	391 075	309 299
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	1 073 042	685 466	387 576	403 871
Activos intangíveis	545 871	440 913	104 958	89 647
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	1 873 304	107 892	1 765 412	1 148 497
Activos por impostos correntes	2 297	-	2 297	48 469
Activos por impostos diferidos	371 372	-	371 372	305 750
Outros activos	3 801 266	5 517	3 795 749	2 164 678
TOTAL DE ACTIVO	80 382 686	2 463 651	77 919 035	74 729 246
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	8 543 982	-	8 543 982	3 203 750
<i>(dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)</i>	<i>(6 731 692)</i>	<i>-</i>	<i>(6 731 692)</i>	<i>(1 000 483)</i>
Passivos financeiros detidos para negociação	1 911 440	-	1 911 440	1 355 203
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	14 804 303	-	14 804 303	15 929 127
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 402 488	-	22 402 488	22 318 484
Responsabilidades representadas por títulos	19 513 133	-	19 513 133	21 443 959
Passivos financeiros associados a activos transferidos	367 383	-	367 383	-
Derivados de cobertura	361 147	-	361 147	395 190
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	664 556	-	664 556	602 850
Passivos por impostos correntes	71 245	-	71 245	25 173
Passivos por impostos diferidos	176 476	-	176 476	195 149
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	3 131 974	-	3 131 974	3 425 905
Outros passivos	604 613	-	604 613	805 140
TOTAL DE PASSIVO	72 552 740	-	72 552 740	69 699 930
CAPITAL				
Capital	3 500 000	-	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	1 080 255	-	1 080 255	1 081 445
Outros instrumentos de capital	-	-	-	-
Acções próprias	(24 971)	-	(24 971)	(25 815)
Reservas de reavaliação	99 086	-	99 086	261
Outras reservas e resultados transitados	573 490	-	573 490	379 370
Resultado do exercício	138 435	-	138 435	94 055
Dividendos antecipados	-	-	-	-
TOTAL DE CAPITAL	5 366 295	-	5 366 295	5 029 316
TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL	77 919 035	-	77 919 035	74 729 246

O Director do Departamento de
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2010

	Jun, 09 (eur '000)	Jun, 10 (eur '000)
Juros e rendimentos similares	1 661 499	1 349 066
Juros e encargos similares	1 164 502	995 889
Margem financeira	496 997	353 177
Rendimentos de instrumentos de capital	127 627	115 088
Rendimentos de serviços e comissões	278 153	304 217
Encargos com serviços e comissões	56 625	71 511
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	45 470	(96 839)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	4 000	139 104
Resultados de reavaliação cambial	(92 546)	(1 538)
Resultados de alienação de outros activos	(3 975)	(3 146)
Outros resultados de exploração	(21 094)	6 875
Produto da actividade	778 007	745 427
Custos com pessoal	201 611	208 478
Gastos gerais administrativos	162 739	172 638
Amortizações do exercício	36 560	42 043
Provisões líquidas de anulações	66 093	46 442
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	182 092	100 552
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	15 303	34 389
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	11 727	18 509
Resultado antes de impostos	101 882	122 376
Impostos		
Correntes	46 267	13 690
Diferidos	(38 440)	(29 749)
Resultado após impostos	94 055	138 435
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(4 481)	(6 070)
Resultado líquido do exercício	94 055	138 435

O Director do Departamento de
Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

○ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO					
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009					
(milhares de euros)					
	Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
		30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Juros e proveitos similares	5	970 478	967 120	1 861 406	2 113 265
Juros e custos similares	5	677 793	632 266	1 315 065	1 463 098
Margem financeira		292 685	334 854	546 341	650 167
Rendimentos de instrumentos de capital		65 677	60 361	68 903	61 988
Rendimentos de serviços e comissões	6	216 735	195 049	426 651	378 794
Encargos com serviços e comissões	6	(27 087)	(24 425)	(55 940)	(47 112)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(67 417)	(4 392)	(49 845)	(239)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	98 034	44 029	165 703	4 173
Resultados de reavaliação cambial	9	9 559	13 598	17 404	(542)
Resultados de alienação de outros activos		(2 645)	(3 613)	(3 242)	(5 025)
Outros resultados de exploração	10	(11 287)	3 777	4 857	102 321
Proveitos operacionais		574 254	619 238	1 120 832	1 144 525
Custos com pessoal	11	154 107	138 768	298 959	276 868
Gastos gerais administrativos	13	113 294	96 893	213 893	191 934
Depreciações e amortizações	25 e 26	26 814	21 888	50 476	43 515
Provisões líquidas de anulações	33	3 062	9 097	12 805	13 557
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	21	94 513	177 530	174 526	274 129
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19, 20 e 22	15 832	14 732	32 104	21 833
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24, 26 e 28	10 252	8 355	19 338	15 609
Custos operacionais		417 874	467 263	802 101	837 445
Alienação de subsidiárias e associadas	1	-	-	-	832
Resultados de associadas	27	12 151	13 562	20 759	13 185
Resultado antes de impostos		168 531	165 537	339 490	321 097
Impostos					
Correntes	34	6 660	26 665	41 415	58 957
Diferidos	34	(15 283)	(18 403)	(19 899)	(5 689)
		(8 623)	8 262	21 516	53 268
Resultado líquido do período		177 154	157 275	317 974	267 829
Atribuível aos accionistas do Banco		163 062	144 910	282 178	246 205
Atribuível aos interesses minoritários	38	14 092	12 365	35 796	21 624
		177 154	157 275	317 974	267 829
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,13	0,12	0,23	0,28
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,13	0,12	0,23	0,28

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Resultado líquido do período				
Atribuível aos accionistas do Banco	163 062	144 910	282 178	246 205
Atribuível aos interesses minoritários	14 092	12 365	35 796	21 624
	<u>177 154</u>	<u>157 275</u>	<u>317 974</u>	<u>267 829</u>
Outro rendimento integral do período				
Diferenças de câmbio	47 838	(15 077)	58 677	(20 266)
Impostos diferidos	(7 304)	1 442	(8 304)	1 812
	<u>40 534</u>	<u>(13 635)</u>	<u>50 373</u>	<u>(18 454)</u>
Activos disponíveis para venda				
Ganhos e perdas no período	(201 043)	268 677	(110 085)	271 008
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	(98 065)	43 256	(166 090)	11 277
Impostos diferidos	29 091	(50 263)	29 613	(45 469)
	<u>(270 017)</u>	<u>261 670</u>	<u>(246 562)</u>	<u>236 816</u>
Total do rendimento integral do período	<u>(52 329)</u>	<u>405 310</u>	<u>121 785</u>	<u>486 191</u>
Atribuível aos accionistas do Banco	<u>(82 064)</u>	<u>392 616</u>	<u>66 485</u>	<u>463 019</u>
Atribuível aos interesses minoritários	<u>29 735</u>	<u>12 694</u>	<u>55 300</u>	<u>23 172</u>
	<u>(52 329)</u>	<u>405 310</u>	<u>121 785</u>	<u>486 191</u>

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
BALANÇO CONSOLIDADO
EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2010	31.12.2009
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 943 001	2 192 317
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	500 858	610 574
Activos financeiros detidos para negociação	17	5 966 222	4 459 484
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 611 266	1 002 301
Activos financeiros disponíveis para venda	19	10 114 794	8 531 600
Aplicações em instituições de crédito	20	3 569 738	7 997 807
Crédito a clientes	21	51 673 579	48 978 847
Investimentos detidos até à maturidade	22	2 757 451	2 541 829
Derivados para gestão de risco	23	532 552	455 115
Activos não correntes detidos para venda	24	486 369	407 585
Outros activos tangíveis	25	746 402	658 773
Activos intangíveis	26	152 763	137 885
Investimentos em associadas	27	851 866	793 815
Activos por impostos correntes		24 688	20 929
Activos por impostos diferidos	34	237 180	187 871
Outros activos	28	3 704 856	3 320 468
Total de Activo		84 873 585	82 297 200
Passivo			
Recursos de bancos centrais	29	8 995 743	3 817 643
Passivos financeiros detidos para negociação	17	2 169 271	1 561 143
Recursos de outras instituições de crédito	30	7 112 438	6 895 720
Recursos de clientes	31	26 082 073	25 446 450
Responsabilidades representadas por títulos	32	29 451 274	33 101 099
Derivados para gestão de risco	23	241 304	253 148
Passivos não correntes detidos para venda	24	35 217	21 609
Provisões	33	179 572	179 851
Passivos por impostos correntes		96 655	133 616
Passivos por impostos diferidos	34	92 082	79 216
Passivos subordinados	35	2 305 591	2 639 071
Outros passivos	36	1 197 386	1 229 751
Total de Passivo		77 958 606	75 358 317
Capital Próprio			
Capital	37	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	37	1 085 396	1 085 399
Acções próprias	37	(24 971)	(25 083)
Acções preferenciais	37	600 000	600 000
Reservas de justo valor	38	59 703	300 833
Outras reservas e resultados transitados	38	1 023 085	672 063
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		282 178	522 114
Total de Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco		6 525 391	6 655 326
Interesses minoritários	38	389 588	283 557
Total de Capital Próprio		6 914 979	6 938 883
Total de Passivo e Capital Próprio		84 873 585	82 297 200

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010, 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Acções preferenciais	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos accionistas do Banco	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	2 500 000	668 851	(29 838)	600 000	(266 334)	624 472	402 284	4 499 435	153 509	4 652 944
Rendimento Integral:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	235 779	-	-	235 779	1 037	236 816
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	(18 965)	-	(18 965)	511	(18 454)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	246 205	246 205	21 624	267 829
Total do rendimento Integral	-	-	-	-	235 779	(18 965)	246 205	463 019	23 172	486 191
Aumento de capital	1 000 000	417 735	-	-	-	(228 663)	-	1 189 072	-	1 189 072
- Redução de capital e constituição de reserva especial	(2 000 000)	-	-	-	-	2 000 000	-	-	-	-
- Emissão de 666 666 666 acções	666 667	533 333	-	-	-	-	-	1 200 000	-	1 200 000
- Incorporação reserva especial, prémios de emissão e reservas	2 333 333	(104 670)	-	-	-	(2 228 663)	-	-	-	-
- Custos do aumento capital, líquidos de impostos	-	(10 928)	-	-	-	-	-	(10 928)	-	(10 928)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	322 628	(322 628)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	(79 656)	(79 656)	-	(79 656)
Dividendos de acções preferenciais (b)	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 37)	-	-	4 023	-	-	-	4 023	4 023	-	4 023
Plano de Incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	133	-	133	-	133
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 38)	-	-	-	-	-	-	-	-	10 175	10 175
Saldo em 30 de Junho de 2009	3 500 000	1 086 586	(25 815)	600 000	(30 555)	666 125	246 205	6 042 546	186 856	6 229 402
Rendimento Integral:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	331 388	-	-	331 388	650	332 038
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	5 805	-	5 805	(5 445)	360
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	275 909	275 909	31 354	307 263
Total do rendimento Integral	-	-	-	-	331 388	5 805	275 909	613 102	26 559	639 661
Aumento de capital	-	(1 187)	-	-	-	-	-	(1 187)	-	(1 187)
- Custos do aumento capital, líquidos de impostos	-	(1 187)	-	-	-	-	-	(1 187)	-	(1 187)
Variações de acções próprias (ver Nota 37)	-	-	732	-	-	-	-	732	-	732
Plano de Incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	133	-	133	-	133
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 38)	-	-	-	-	-	-	-	-	70 142	70 142
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3 500 000	1 085 399	(25 083)	600 000	300 833	672 063	522 114	6 655 326	283 557	6 938 883
Rendimento Integral:										
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(241 130)	-	-	(241 130)	(5 432)	(246 562)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	25 437	-	25 437	24 936	50 373
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	282 178	282 178	35 796	317 974
Total do rendimento Integral	-	-	-	-	(241 130)	25 437	282 178	66 485	55 300	121 785
Custos relacionados com aumento de capital	-	(3)	-	-	-	-	-	(3)	-	(3)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	358 936	(358 936)	-	-	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	-	(163 178)	(163 178)	-	(163 178)
Dividendos de acções preferenciais (b)	-	-	-	-	-	(33 480)	-	(33 480)	-	(33 480)
Variações de acções próprias (ver Nota 37)	-	-	112	-	-	-	-	112	-	112
Plano de Incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	-	129	-	129	-	129
Outras variações em Interesses minoritários (ver Nota 38)	-	-	-	-	-	-	-	-	50 731	50 731
Saldo em 30 de Junho de 2010	3 500 000	1 085 396	(24 971)	600 000	59 703	1 023 085	282 178	6 525 391	389 588	6 914 979

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,14 e 0,16 euros pagos às acções em circulação em 2010 e 2009 respectivamente.

(b) Corresponde a um dividendo preferencial calculado com base numa taxa anual de 5,58% em relação às acções preferenciais emitidas pela BES Finance (Nota 37)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2010	30.06.2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		1 786 242	2 195 802
Juros e custos pagos		(1 316 102)	(1 625 059)
Serviços e comissões recebidas		433 389	381 651
Serviços e comissões pagas		(64 493)	(54 209)
Recuperações de créditos		9 817	9 067
Contribuições para o fundo de pensões		(3 698)	(420)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(391 277)	(432 266)
		453 878	474 566
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades de natureza obrigatória e recursos em bancos centrais		5 210 044	(1 808 823)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(1 351 083)	(254 278)
Aplicações em instituições de crédito		4 429 578	(6 655 969)
Recursos de instituições de crédito		196 182	2 700 662
Crédito a clientes		(2 806 979)	(503 594)
Recursos de clientes e outros empréstimos		584 513	(1 184 490)
Derivados para gestão do risco		(77 424)	(153 043)
Outros activos e passivos operacionais		(224 086)	108 417
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		6 414 623	(7 276 552)
Impostos sobre os lucros pagos		(82 135)	(107 058)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		6 332 488	(7 383 610)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(105 353)	(23 659)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	-	4 981
Dividendos recebidos		70 685	63 410
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(19 775 432)	(15 672 240)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		17 984 688	15 570 984
Investimentos detidos até à maturidade		(188 667)	(510 975)
Compra de imobilizações		(109 814)	(56 935)
Venda de imobilizações		580	8
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(2 123 313)	(624 426)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	1 189 072
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		5 870 225	10 832 867
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(10 008 884)	(5 044 201)
Emissão de passivos subordinados		4 279	20 000
Reembolso de passivos subordinados		(340 449)	-
Acções próprias		112	4 023
Dividendos de acções ordinárias pagos		(163 178)	(79 656)
Dividendos de acções preferenciais pagos		(33 480)	(33 480)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(4 671 375)	6 888 625
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(462 200)	(1 119 411)
Caixa e equivalentes no início do período		2 161 089	1 923 762
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		148 154	(9 745)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(462 200)	(1 119 411)
Caixa e equivalentes no fim do período		1 847 043	794 606
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	202 099	156 943
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	1 740 902	1 076 138
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(596 816)	(1 012 416)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	500 858	573 941
Total		1 847 043	794 606

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Grupo Banco Espírito Santo

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas intercalares em 30 de Junho de 2010

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 – ACTIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas acções ordinárias se encontram cotadas na NYSE Euronext Lisbon. Em 30 de Junho de 2010, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 600 mil acções preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 820 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de Dezembro de 2009: 799), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 12 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do grupo de empresas nas quais o Banco detém uma participação directa ou indirecta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas directamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% interesse económico	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100.00%	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100.00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40.00% ^{a)}	Integral
Espírito Santo Serviços, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	99.98%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	92.50%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57.53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca electrónica	66.00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100.00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SARL (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51.94%	Integral
BESAActivif - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de Investimento	61.95%	Integral
BESAActivif Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	61.95%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99.75%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98.45%	Integral
BES Betellgungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100.00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Calmão	Banca	100.00%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100.00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PCMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de Investimentos Imobiliários	100.00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99.99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financieros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85.00%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100.00%	Integral
Banco Espírito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100.00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Calmão	Emissão acções preferenciais e outros títulos	100.00%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	100.00%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	40.96% ^{a)}	Integral
Espírito Santo Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	84.90%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	100.00%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100.00%	Integral
Cêntimo, SGPS, SA (CÊNTIMO)	1988	1995	Portugal	Gestão de participações sociais	100.00%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100.00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99.99%	Integral
Quinta dos Cônegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÔNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de Imóveis	81.00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58.79%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58.62%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100.00%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57.09%	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66.63%	Integral
Europ Assistance - Comp. Portuguesa Seguros Assistência, SA (EURASS)	1993	1993	Portugal	Seguros	23.00%	Eq. Patrimonial
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	50.00%	Eq. Patrimonial
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25.00%	Eq. Patrimonial
Fiduprivate - Soc. de Serviços, Consult., Adm. de Empresas, SA (FIDUPRIVATE)	1994	1994	Portugal	Prestação de serviços de consultoria	24.76%	Eq. Patrimonial
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA (ESUMÉDICA)	1994	1994	Portugal	Prestação de cuidados médicos	24.90%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de Imóveis	22.50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Seguradora, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44.00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50.00%	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezia, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20.00%	Eq. Patrimonial
Nanlum, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41.06%	Eq. Patrimonial
AENOR Douro - Estradas do Douro Interior, SA	2010	2008	Portugal	Concessionária de auto-estradas	17.04% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Ascend Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	17.04% ^{b)}	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17.50% ^{b)}	Eq. Patrimonial

b) Sub-grupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de Investimento	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)</i>	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SES Iberia</i>	2004	2004	Espanha	Gestora de Fundos	50,00%	Integral
<i>HLC - Central de Cogeração, SA</i>	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
<i>Coporgest</i>	2002	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Neumáticos Andrés Investment, SA</i>	1987	2006	Espanha	Prestação de serviços diversos	17,68% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Synergy Industry and Technology, SA</i>	2006	2007	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
<i>Salgar Investments, S.L.</i>	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	23,58%	Eq. Patrimonial
<i>Só Peso Restauração e Hotelaria, SA</i>	2006	2007	Portugal	Restauração e hotelaria	9,77% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>ESSI Comunicações SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI SGPS, SA</i>	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Concordia - Espírito Santo Investment</i>	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
<i>Esírito Santo Investments PLC</i>	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
<i>ESSI Investimentos SGPS, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ESSI FIN, SGPS, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	60,00%	Integral
<i>Fin Solutia - Consultoria de Gestão de Créditos, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão e recuperação de créditos	29,70%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Company, SP</i>	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Capital SP</i>	2007	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
<i>Polish Hotel Management Company, SP</i>	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Investimentos, Ltda</i>	1996	1996	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>BES Investimento do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Banca de Investimento	80,00%	Integral
<i>ZBCapital, SA</i>	2005	2005	Brasil	Gestão de participações sociais	90,00%	Integral
<i>BES Securities do Brasil, SA</i>	2000	2000	Brasil	Corretagem	80,00%	Integral
<i>Gespar S/C, Ltda.</i>	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
<i>BES Activos Financeiros, Ltda</i>	2004	2004	Brasil	Gestão de activos	82,50%	Integral
<i>Esírito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA</i>	2010	2010	Brasil	Gestão de activos	80,00%	Integral
<i>FI Multimercado Treasury</i>	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80,00%	Integral
<i>BES REFRAN Investimentos</i>	2009	2009	Brasil	Serviços diversos	56,00%	Integral
<i>BES REFRAN Consultoria</i>	2009	2009	Brasil	Serviços diversos	56,00%	Integral
<i>BRB Internacional, SA</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
<i>Prosport - Com. Desportivos, SA</i>	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
<i>Apolo Films, SL</i>	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
<i>ComInvest - SGIII, SA</i>	1993	1993	Portugal	Gestão de Investimentos Imobiliários	49,00% ^{a)}	Integral
<i>Kuthaya</i>	1999	1999	Portugal	Gestão e Trading Internacional	100,00%	Integral
<i>Fundo Espírito Santo IBERIA I</i>	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,69%	Eq. Patrimonial
<i>Fundo BES Multimercado</i>	2009	2009	Brasil	Fundo de Investimento	52,93%	Integral
<i>Fundo BES Absolute Return</i>	2009	2009	Brasil	Fundo de Investimento	52,15%	Integral
BES Betelligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)</i>	1983	2002	Ilhas Calmão	Banca	100,00%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	85,00%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>Esírito Santo International Management, SA</i>	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de Investimento	84,83%	Integral
<i>Esírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA</i>	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>Esírito Santo Fundo de Pensões, SA</i>	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>Capital Mals - Assessoria Financeira, SA</i>	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>Esírito Santo International Asset Management, Ltd.</i>	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de Investimento	41,65%	Eq. Patrimonial
<i>Esírito Santo Gestão de Patrimónios, SA</i>	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA</i>	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>ESAF - International Distributors Associates, Ltd</i>	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral
<i>ESAF - Alternative Asset Management, Ltd</i>	2007	2007	Reino Unido	Gestão de fundos de Investimento	85,00%	Integral

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Actividade	% Interesse económico	Método de consolidação
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA</i>	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
<i>SGPICE Soc. de Serviços de Gestão</i>	2001	2001	Portugal	Gestão de portais na Internet	33,33%	Eq. Patrimonial
<i>Jampur - Trading Internacional, Lda. (JAMPUR)</i>	1999	2001	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
<i>Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)</i>	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
<i>Banque Espírito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)</i>	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,79%	Integral
<i>Atlantic Ventures Corporation</i>	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	58,79%	Integral
<i>Souscamp, SGPS, SA</i>	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	22,99%	Eq. Patrimonial
<i>Global Active - SGPS, SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	26,26%	Eq. Patrimonial
<i>Osystems, SA</i>	2007	2007	Portugal	Tecnologias de Informação	17,22% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA</i>	2006	2006	Portugal	Tecnologias de Informação	23,53%	Eq. Patrimonial
<i>Multwave Photonics, SA</i>	2003	2008	Portugal	Tecnologias de Informação	12,20% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Blo-Genesis</i>	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	17,60% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Ydreams - Informática, SA</i>	2000	2009	Portugal	Tecnologias de Informação	15,33% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	58,62%	Integral
<i>Nutrigreen, SA</i>	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	11,72% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Advance Ciclone Systems, SA</i>	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	18,76% ^{b)}	Eq. Patrimonial
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	57,09%	Integral
<i>MMCI - Multimédia, SA</i>	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	27,97% ^{a)}	Integral
<i>Mobile World - Comunicações, SA</i>	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	27,97% ^{a)}	Integral
<i>Soprattutto Café, SA</i>	2006	2006	Portugal	Comércio e dist. Equipamentos de café	25,59%	Eq. Patrimonial
<i>Enkrott SA</i>	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	17,13% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Nova Fligfort - Têxtels, Lda</i>	1995	2009	Portugal	Fabrico de vestuário	19,01% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Rodi - Sinks & Ideas, SA</i>	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	25,29%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
<i>Espírito Santo Gestlon, SA, SGIC</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de activos	92,50%	Integral
<i>Espírito Santo Penslones, S.G.F.P., SA</i>	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	92,50%	Integral
Espírito Santo Bank, Inc. (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	98,45%	Integral
<i>ES Financial Services, Inc.</i>	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	84,15%	Integral
<i>Tagide Properties, Inc.</i>	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de Investimentos Imobiliários	98,45%	Integral
<i>Espírito Santo Representaciones</i>	2003	2003	Urugual	Serviços de representação	98,45%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	40,96%^{a)}	Integral
<i>ES Concessions International Holding, BV</i>	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	40,96% ^{a)}	Integral
<i>Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV</i>	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	8,19% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Empark - Aparcamientos y Servicios, SA</i>	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	11,77% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, SA</i>	2007	2008	Portugal	Concessionária de auto-estradas	16,38% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, SA</i>	2000	2000	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,17% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Lusoscut - Auto-Estradas das Belras Litoral e Alta, SA</i>	2001	2001	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,17% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, SA</i>	2002	2002	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,17% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA</i>	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	9,11% ^{b)}	Eq. Patrimonial
<i>Auvisa - Autovia de los Viñedos, SA</i>	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	20,48%	Eq. Patrimonial

- a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas actividades.
- b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, o Grupo consolida entidades de finalidade especial, constituídas no âmbito das operações de titularização as quais são referidas na Nota 42.

No decorrer do primeiro semestre de 2010 ocorreram as seguintes alterações ao nível da estrutura do Grupo BES:

- Empresas subsidiárias

- Em Abril de 2010, o BES adquiriu 40% do capital social do Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company (Aman Bank), banco privado com sede em Trípoli, na Líbia, tendo realizado um investimento de 40,3 milhões de euros. Esta entidade é consolidada pelo método integral, uma vez que o BES assumiu o controlo da gestão do Banco (ver Nota 45).

- Empresas associadas (ver Nota 27)

- Em Março de 2010, na sequência do processo de falência da Qimonda, o Banco adquiriu uma participação de 41,06% da Nanium, SA;
- Em Março de 2010, a ES Concessões adquiriu 50% do capital social da Auvisa - Autovia de los Viñedos;
- Em Março de 2010, foi constituída a MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA, da qual a ES Concessões subscreveu 22,23% do capital social;
- Em Junho de 2010 a AENOR Douro - Estradas do Douro Interior, SA e a Ascendi Pinhal Interior, Estradas do Pinhal Interior, SA passaram a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.;
- Em Junho de 2010, a AQUASPY Group Pty Limited deixou de pertencer ao perímetro de consolidação do Grupo em virtude de, no âmbito da alteração da sua estrutura accionista, ter deixado de ter influência significativa na sua gestão;
- Em Junho de 2010, o Banco adquiriu 8,41% da UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A., passando a deter 17,50%. Esta entidade foi incluída no perímetro de consolidação do Grupo devido à influência significativa que o mesmo passou a deter na sua gestão. À data da primeira consolidação foi reconhecido um proveito de 8 260 milhares de euros relativamente à reavaliação da participação anteriormente detida de acordo com o disposto no IFRS 3, conforme política contabilística descrita na nota 2.2.

Durante o primeiro semestre de 2010, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	(milhares de euros)						Mais/ (menos vendas/ liquidações
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros investimentos (a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos (a)	Total	
Empresas subsidiárias							
AMAN Bank	24 275	15 994	40 269	-	-	-	-
	24 275	15 994	40 269	-	-	-	-
Empresas associadas							
Nanium	1 481	6 159	7 640	-	-	-	-
Unicre	10 929	568	11 497	-	-	-	-
MRN	11	-	11	-	-	-	-
AENOR Douro Interior	10	-	10	-	-	-	-
Ascendi Pinhal Interior	10	-	10	-	-	-	-
Auvisa	43 458	-	43 458	-	-	-	-
Global Active	-	67	67	-	-	-	-
Sousacamp	-	700	700	-	-	-	-
Ydreams	-	1 020	1 020	-	-	-	-
Nutrigreen	-	500	500	-	-	-	-
AMAL	-	-	-	-	(652)	(652)	-
Polish Hotel Company	-	171	171	-	-	-	-
Palexpo	-	-	-	-	(247)	(247)	-
	55 899	9 185	65 084	-	(899)	(899)	-
	80 174	25 179	105 353	-	(899)	(899)	-

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e foram preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de Junho de 2010. As demonstrações financeiras consolidadas interinas agora apresentadas foram preparadas em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e não incluem toda a informação requerida para as demonstrações financeiras completas anuais que serão apresentadas com referência a 31 de Dezembro de 2009.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas interinas referentes a 30 de Junho de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009

Durante o primeiro semestre de 2010 o Grupo adoptou:

- a IFRS 3 (revista) – Concentrações de actividades empresariais e a IAS 27 (alterada) - Demonstrações financeiras consolidadas e separadas. Decorrente destas alterações, o Grupo adaptou a sua política contabilística referente aos princípios de consolidação (ver política contabilística descrita na Nota 2.2). A adopção destas alterações não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- a IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação. A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- o IAS 39 (alterado) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.
- o IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, o IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas e o IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes. A adopção destas interpretações não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de Julho de 2010.

2.2. Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento que esse controlo cessa.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses minoritários excediam o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso era atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que fossem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente eram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses minoritários anteriormente absorvidas pelo Grupo fossem recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses minoritários negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (step acquisition) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos. Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objectivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As actividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas actividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das actividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua actividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objectivo de obter os benefícios decorrentes da sua actividade.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da actividade de gestão de activos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo excepto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua actividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respectivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adoptada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de Janeiro de 2004 e 31 de Dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos activos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos directamente atribuíveis à aquisição.

O goodwill representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos activos, passivos e passivos contingentes líquidos adquiridos.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo mensura o goodwill como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos activos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos directamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, os interesses minoritários correspondem à respectiva proporção do justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos sem a correspondente parcela de goodwill. Assim, o goodwill reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos accionistas do Banco.

O goodwill positivo é registado no activo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Actividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respectivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido directamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados.

Transacções com interesses minoritários

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a aquisição de interesses minoritários do qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses minoritários adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses minoritários da qual que não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com alteração de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com alteração de controlo, que corresponda a um aumento nos interesses minoritários, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Compras ou vendas de interesses minoritários que não impliquem alteração de controlo sobre a subsidiária são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os activos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transacções;

- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transacções eliminadas na consolidação

Saldos e transacções entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, excepto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transacções com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiquem existência de imparidade.

2.3. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;

(iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado por forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Grupo não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.6. Outros activos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 23 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (trade date), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras durante os primeiros seis meses de 2010 e no ano de 2009.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda por imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o

montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As acções preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.10. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.11. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Grupo) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (artigo 112º do DL 298/92 de 31 de Dezembro e posteriores alterações) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos, prorrogável após autorização expressa do Banco de Portugal e nas condições que este determinar (art.114º).

O Grupo tem como objectivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) *Método de Mercado*

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) *Método do Rendimento*

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) *Método do Custo*

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

2.12. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado, mensurado de acordo com os IFRS, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14. Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o Banco decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde do BES.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recalculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pelo Grupo, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada tendo como referência o seguinte conjunto de obrigações:

- Obrigações de dívida privada incluídas no índice *iBoxx* com qualidade de crédito AA (cujo valor nominal seja superior a 500 milhões de euros e com maturidade superior a 1 ano);
- Obrigações de dívida privada não resgatáveis antes da data de maturidade, não financiadas por fundos, não prorrogáveis e não garantidas; e
- Obrigações de dívida privada em que o *spread* entre o valor de oferta e o valor de compra é inferior a 5% da média dos preços de oferta e de compra.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Grupo determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Grupo efectua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

A cada data do balanço, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão desde 2008, cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES e as suas subsidiárias estabeleceram um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo, os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o qual as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco, ou alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES e das suas subsidiárias têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 - Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

A Comissão de Vencimentos do BES definiu uma nova política de remuneração variável para os membros da Comissão Executiva. Nesse sentido foram instituídas duas formas de remuneração variável baseadas na atribuição de instrumentos financeiros: uma das modalidades consiste em atribuir aos beneficiários um pagamento em espécie em acções do BES, em três prestações anuais e sucessivas de igual montante; uma outra que consiste na atribuição de opções sobre acções do BES a serem executadas a médio prazo. O número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva será fixado pela Comissão de Vencimentos em 30 de Abril de cada ano com início no exercício de 2011.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na Euronext ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O Conselho de Administração do BES apresentou à Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 uma declaração sobre a política de remuneração variável dos dirigentes do BES que prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, assessores do conselho de administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras do IFRS 2, não existindo à data de 30 de Junho de 2010 qualquer registo sobre o programa em virtude de este apenas ser de primeira aplicação a partir de Abril de 2011.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de activos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes activos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efectuada ao nível de cada subsidiária, reflectindo o saldo activo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos activos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.17. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.20. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21. Reporte por segmentos

Desde 1 de Janeiro de 2009 o Grupo adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.22. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4. Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto directo nos seus resultados.

3.5. Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.6. Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.7. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

Em 1 de Janeiro de 2009, o Grupo BES adoptou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais, tendo para o efeito passado a utilizar novos critérios na preparação desta informação.

O Grupo BES desenvolve a sua actividade exclusivamente centrada no sector financeiro direccionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de actuação. As ligações históricas com o Brasil e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo tem merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua actividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 695 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (25 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 12 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (34 balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (12 balcões), Espírito Santo Bank, BES Oriente, BES Vénétie, Espírito Santo Activos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Activos; (5) Mercados e Participações Estratégicas; e (6) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se encontram directa e indirectamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja actividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa óptica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua actividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a actividade e resultados que é objecto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

4.1. Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes actividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca Comercial Nacional

Este Segmento Operacional inclui toda a actividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

- a) **Retalho:** corresponde a toda a actividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, rede de agentes e canais electrónicos. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento à actividade dos clientes Negócios, os depósitos à ordem e a prazo, os PPR e outros produtos de seguros para particulares,

as comissões de gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento e de compra e venda de títulos e de custódia.

- b) **Empresas e Institucionais:** congrega a actividade do BES em Portugal com as Pequenas, Médias e Grandes Empresas, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 24 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municipais. De entre os produtos envolvidos destacamos o crédito sob a forma de descontos, leasing, factoring e empréstimos de curto e longo prazo; inclui os depósitos e ainda as garantias prestadas, serviços de custódia, créditos documentários, gestão de meios de pagamento e serviços diversos.
- c) **Private Banking:** agrega a actividade *private* do BES integrando todos os proveitos, custos e elementos activos e passivos associados aos clientes classificados como tal pelo BES. De entre os produtos abrangidos destacam-se os depósitos, a gestão discricionária, a colocação de fundos de investimento, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e produtos de seguros.

Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja actividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de activos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais de Espanha, Londres e Nova Iorque do BES. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

Banca de Investimento

Inclui essencialmente os activos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual reúne a actividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da actividade bancária por grosso de crédito, de depósitos e de outras formas de captação, inclui os serviços de consultoria de *Project Finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de acções, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

Gestão de Activos

Segmento que agrega a actividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola, Luxemburgo e Reino Unido). A oferta da ESAF abrange todo o tipo de fundos – Fundos de Investimento Mobiliário, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Pensões – para além de prestar os serviços de gestão discricionária e gestão de carteiras.

Mercados e participações estratégicas

Neste segmento inclui-se a actividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (acções e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a actividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transaccionados.

Centro corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função Compliance, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

4.2. Critérios de imputação da actividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adoptados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada *per se* atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, activos, passivos, capital próprio afecto, proveitos e custos.

Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A actividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objecto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos activos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada para os produtos não massa directamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos directos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indirectos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Actividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afectação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e participações estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respectiva actividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Juros activos e passivos

Sendo a actividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus activos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a actividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da actividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afectas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Activos não correntes

Os activos não correntes, na óptica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros activos tangíveis e os Activos intangíveis. No BES estes activos encontram-se afectos ao segmento de Mercados e participações estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Impostos sobre lucros

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afecta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os activos e passivos por impostos diferidos estão afectos ao segmento Mercados e participações estratégicas.

Activos por benefícios pós-emprego

Os activos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos diferidos, sendo afectos ao segmento Mercados e participações estratégicas. Atendendo a que os factores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos activos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à actuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja actividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espírito Santo Bank, Espírito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque e de Cabo Verde e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAF.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respectivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)									
Período de seis meses findo em									
30.06.2010									
	Retailo	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	180 543	134 856	7 386	192 057	41 604	243	(10 348)	-	546 341
Outros proveitos operacionais	122 969	112 259	14 932	51 895	81 364	28 380	162 692	-	574 491
Proveitos operacionais totais	303 512	247 115	22 318	243 952	122 968	28 623	152 344	-	1 120 832
Custos operacionais	235 554	88 214	12 006	124 465	84 858	12 135	128 023	116 846	802 101
<i>Dos quais:</i>									
<i>Provisões/Imparidade</i>	19 669	56 720	1 217	34 969	21 610	(48)	104 636	-	238 773
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas	-	-	-	-	4 886	-	15 873	-	20 759
Resultado antes de impostos e minoritários	67 958	158 901	10 312	119 487	42 996	16 488	40 194	(116 846)	339 490
Proveitos operacionais intersegmentos	1 185	18 399	94	(11 198)	3 756	(11 330)	34 023	-	34 929

(milhares de euros)									
Período de seis meses findo em									
30.06.2009									
	Retailo	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de activos	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	189 793	155 981	7 939	158 296	32 313	465	105 380	-	650 167
Outros proveitos operacionais	123 073	94 919	11 503	68 984	72 023	23 952	99 904	-	494 358
Proveitos operacionais totais	312 866	250 900	19 442	227 280	104 336	24 417	205 284	-	1 144 525
Custos operacionais	222 733	146 026	12 733	141 478	71 577	11 265	124 479	107 154	837 445
<i>Dos quais:</i>									
<i>Provisões/Imparidade</i>	18 099	116 472	1 573	65 955	22 481	(9)	100 557	-	325 128
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	-	832	-	832
Resultados de associadas	-	-	-	-	1 137	-	12 048	-	13 185
Resultado antes de impostos e minoritários	90 133	104 874	6 709	85 802	33 896	13 152	93 685	(107 154)	321 097
Proveitos operacionais intersegmentos	5 652	17 210	475	(28 983)	(971)	(10 839)	52 948	-	35 492

O reporte efectuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

(milhares de euros)											
30.06.2010											
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	186 077	8 077	3 240	41 388	5 480	10 371	28 794	1 165	886	(3 300)	282 178
Activo líquido	59 010 463	5 722 263	76 178	8 997 947	2 393 147	2 340 502	5 520 775	116 431	258 334	437 545	84 873 585
Investimentos em activos tangíveis	14 361	157	-	82	15	-	66 992	1 366	17	-	82 990
Investimentos em activos Intangíveis	27 369	398	-	3 587	-	-	129	14	-	-	31 497

(milhares de euros)											
30.06.2009											
	Portugal	Espanha	França / Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	161 385	(1 863)	3 324	28 625	(59)	14 885	35 921	1 359	2 628	-	246 205
Activo líquido ^(a)	55 762 854	6 718 909	72 792	10 962 612	2 345 792	1 638 913	4 462 498	125 575	201 980	5 275	82 297 200
Investimentos em activos tangíveis ^(a)	19 076	426	-	87	13	-	23 170	1	1	-	42 774
Investimentos em activos Intangíveis ^(a)	15 876	525	-	517	-	-	907	-	-	-	17 825

^(a) Informação a 31 de Dezembro de 2009

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	953 146	1 225 731
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	154 752	171 410
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	35 888	61 616
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	156 435	99 143
Juros de derivados para gestão de risco	501 077	502 054
Juros de activos detidos até à maturidade	52 988	43 963
Outros juros e proveitos similares	7 120	9 348
	1 861 406	2 113 265
Juros e custos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	467 879	446 591
Juros de recursos de clientes	193 060	289 229
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	138 537	149 374
Juros de derivados para gestão de risco	454 707	505 711
Juros de passivos subordinados	59 451	72 193
Outros juros e custos similares	1 431	-
	1 315 065	1 463 098
	546 341	650 167

Incluído em juros de crédito encontra-se o valor de 10 815 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 10 813 milhares de euros) relativo às alterações do montante das provisões para perdas por imparidade do crédito atribuíveis ao efeito do desconto (ver nota 21).

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	249 191	236 478
Por garantias prestadas	85 837	63 201
Por operações realizadas com títulos	21 353	14 888
Por compromissos perante terceiros	21 375	12 991
Outros rendimentos de serviços e comissões	48 895	51 236
	426 651	378 794
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	34 663	32 165
Por operações realizadas com títulos	10 381	8 829
Por garantias recebidas	1 659	598
Outros encargos com serviços e comissões	9 237	5 520
	55 940	47 112
	370 711	331 682

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2010			30.06.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	106 587	17 292	89 295	46 221	34 366	11 855
De outros emissores	18 743	16 154	2 589	16 503	23 457	(6 954)
Acções	44 976	70 747	(25 771)	74 542	44 117	30 425
Outros títulos de rendimento variável	763	5 319	(4 556)	2 498	1 016	1 482
	171 069	109 512	61 557	139 764	102 956	36 808
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 260 095	1 369 961	(109 866)	2 211 382	2 375 325	(163 943)
Contratos sobre taxas de juro	3 063 449	3 104 064	(40 615)	4 401 602	4 241 495	160 107
Contratos sobre acções/índices	736 975	740 166	(3 191)	766 626	903 151	(136 525)
Contratos sobre créditos	201 530	211 567	(10 037)	312 921	288 439	24 482
Outros	225 435	227 837	(2 402)	316 176	136 727	179 449
	5 487 484	5 653 595	(166 111)	8 008 707	7 945 137	63 570
	5 658 553	5 763 107	(104 554)	8 148 471	8 048 093	100 378
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	152 630	81 337	71 293	133 079	77 432	55 647
Acções	79	1 793	(1 714)	1 824	6	1 818
Outros títulos de rendimento variável	73 000	89 854	(16 854)	63 445	155 267	(91 822)
	225 709	172 984	52 725	198 348	232 705	(34 357)
Outros Activos financeiros ⁽¹⁾	87 379	96 220	(8 841)	137 783	221 489	(83 706)
Passivos financeiros ⁽¹⁾	147 482	136 657	10 825	224 494	207 048	17 446
	460 570	405 861	54 709	560 625	661 242	(100 617)
	6 119 123	6 168 968	(49 845)	8 709 096	8 709 335	(239)

(1) inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 30 de Junho de 2010, esta rubrica inclui um efeito positivo de 60,5 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da entidade (30 de Junho de 2009: efeito positivo de 0,2 milhões de euros).

NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2010			30.06.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	16 209	18 600	(2 391)	2 453	-	2 453
De outros emissores	30 234	8 630	21 604	8 921	7 652	1 269
Acções	184 131	39 523	144 608	81 460	81 111	349
Outros títulos de rendimento variável	2 165	283	1 882	463	361	102
	232 739	67 036	165 703	93 297	89 124	4 173

Durante o primeiro semestre 2010, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 22,5 milhões de acções do Bradesco, 24 milhões de acções do Bank of America e 129,3 milhões de acções do Citigroup, tendo obtido no conjunto uma mais valia de 159,6 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2010			30.06.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	654 274	636 870	17 404	733 164	733 706	(542)
	654 274	636 870	17 404	733 164	733 706	(542)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Serviços informáticos	3 379	477
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Nota 35)	4 251	106 662
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	9 817	9 067
Serviços não recorrentes de consultoria	3 359	2 380
Impostos directos e indirectos	(5 167)	(10 015)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(2 741)	(2 264)
Quotizações e donativos	(3 991)	(3 644)
Penalidades por incumprimentos contratuais	-	(4 281)
Perdas em contratos de recursos de clientes	(4 092)	(12 486)
Outros	42	16 425
	4 857	102 321

NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Vencimentos e salários	218 889	195 211
Remunerações	216 456	193 599
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	2 433	1 612
Encargos sociais obrigatórios	31 982	30 510
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 12)	40 096	42 316
Outros custos	7 992	8 831
	298 959	276 868

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 181 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 181 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA) e 2 150 milhares de euros relativo ao Plano de pagamento de remuneração variável – PPRV (30 de Junho de 2009: 2 150 milhares de euros), conforme política contabilística descrita na Nota 2.15. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 12.

Em 30 de Junho de 2010 e 2009, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	30.06.2010	30.06.2009
Colaboradores do BES	6 943	6 767
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	3 065	2 453
Total colaboradores do Grupo	10 008	9 220

NOTA 12 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Os principais pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2010	31.12.2009
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	6,00%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens	TV 73/77 <small>(ajustada)</small>	
Mulheres	TV 88/90	
Métodos de valorização actuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	30.06.2010	31.12.2009
Activos	6 262	6 248
Reformados e sobreviventes	5 663	5 655
TOTAL	11 925	11 903

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

	<small>(milhares de euros)</small>	
	30.06.2010	31.12.2009
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(1 297 910)	(1 278 006)
Activos	(778 989)	(738 793)
	(2 076 899)	(2 016 799)
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(70 308)	(68 869)
Activos	(41 892)	(39 534)
	(112 200)	(108 403)
Total de responsabilidades	(2 189 099)	(2 125 202)
Coberturas		
Saldo dos Fundos	2 105 691	2 198 280
Excesso de cobertura/ valores a entregar ao fundo	(83 408)	73 078
Desvios actuariais diferidos	960 456	839 063
Activos líquidos em balanço	877 048	912 141

Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 28).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.15 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do período	2 016 799	108 403	2 125 202	1 958 118	106 756	2 064 874
Custo do serviço corrente	18 635	1 066	19 701	38 569	2 197	40 766
Custo dos juros	53 462	2 931	56 393	108 907	5 947	114 854
Contribuições dos participantes	1 569	-	1 569	3 198	1	3 199
(Ganhos) e perdas actuariais no período:						
- Alteração de pressupostos	-	-	-	(40 867)	(2 285)	(43 152)
- (Ganhos) e perdas de experiência	37 899	2 897	40 796	50 034	1 549	51 583
Pensões pagas pelo fundo	(52 175)	(2 941)	(55 116)	(104 069)	(5 831)	(109 900)
Benefícios pagos pelo Grupo	-	-	-	-	(34)	(34)
Diferenças cambiais e outros	710	(156)	554	2 909	103	3 012
Responsabilidades no final do período	2 076 899	112 200	2 189 099	2 016 799	108 403	2 125 202

Em 30 de Junho de 2010, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 17,3 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 16,4 milhões de euros), e um acréscimo no custo anual do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo dos fundos no início do período	2 198 280	2 056 627
Rendimento real do fundo	(44 392)	210 935
Contribuições do Grupo	3 698	34 209
Contribuições dos empregados	1 569	3 199
Pensões pagas pelo fundo	(55 116)	(109 900)
Diferenças cambiais e outros	1 652	3 210
Saldo dos fundos no final do período	2 105 691	2 198 280

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Acções	710 080	705 821
Obrigações	619 628	748 773
Imóveis	463 423	447 515
Outros	312 560	296 171
Total	2 105 691	2 198 280

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Acções	35 396	46 859
Obrigações	11 817	3 776
Imóveis	172 110	170 331
Total	219 323	220 966

Em 30 de Junho de 2010, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 10,9 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2009: 10,3 milhões de acções do BES).

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Desvios actuariais diferidos no início do período	839 063	971 172
(Ganhos) e perdas actuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	-	(43 152)
- (Ganhos) e perdas de experiência	142 435	(39 411)
Amortização do período	(21 249)	(49 638)
Outros	207	92
Desvios actuariais diferidos no final do período	960 456	839 063
Dos quais:		
Dentro do corredor	217 894	219 459
Fora do corredor	742 562	619 604

A evolução dos montantes do excesso de cobertura ou dos valores a entregar ao fundo pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Activos / (passivos) no início do período	73 078	(8 247)
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(40 796)	(8 431)
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(101 639)	90 994
Encargos do período:		
- Custo do serviço corrente	(19 701)	(40 766)
- Custo dos juros	(56 393)	(114 854)
- Rendimento esperado do fundo	57 247	119 941
- Outros	1 098	198
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pelo Grupo	3 698	34 243
Activos / (passivos) no final do período	(83 408)	73 078

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Custo do serviço corrente	19 701	40 766	21 010
Custo dos juros	56 393	114 854	57 623
Rendimento esperado do fundo	(57 247)	(119 941)	(61 765)
Amortização do período	21 249	49 638	25 448
Custos com pessoal	40 096	85 317	42 316

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
No início do período	912 141	962 925
Custo do período	(40 096)	(85 317)
Contribuições efectuadas no período e pensões pagas pelo Grupo	3 698	34 243
Outros	1 305	290
No final do período	877 048	912 141

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(2 076 899)	(2 016 799)	(1 958 118)	(1 970 365)	(1 891 647)
Benefícios de saúde	(112 200)	(108 403)	(106 756)	(110 675)	(109 797)
	(2 189 099)	(2 125 202)	(2 064 874)	(2 081 040)	(2 001 444)
Saldo dos fundos	2 105 691	2 198 280	2 056 627	2 233 823	2 028 780
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(83 408)	73 078	(8 247)	152 783	27 336
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	37 899	50 034	23 491	42 590	3 460
Benefícios de saúde	2 897	1 549	19	(1 881)	(11 577)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	101 639	(90 994)	727 214	(157 635)	(140 990)

SIBA

No exercício de 2000, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao BES pelo seu custo de aquisição.

As principais características do plano em vigor são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início de cada plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 30.06.2010 ⁽¹⁾	Cobertura por acções
Plano de 2004					
1º lote	Expirado (Dez-09)	541 599	13,54	-	-
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 246 712	100%

⁽¹⁾ - Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006.

O movimento das acções subjacentes aos planos em vigor, durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi como segue:

	30.06.2010		31.12.2009	
	Número de acções	Valor (milhares de euros)	Número de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do exercício	1 276 261	25 083	2 479 081	29 838
Acções alienadas ⁽¹⁾	(29 549)	(112)	(1 202 820)	(4 755)
Saldo no final do exercício	1 246 712	24 971	1 276 261	25 083

⁽¹⁾ Inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial do plano em vigor foram os seguintes:

	Plano 2004
Prazo	
1º lote	24 meses
2º lote	60 meses
Volatilidade	12%
Taxa de juro sem risco	
1º lote	3,04%
2º lote	3,22%
Dividendo	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305

O total de custos reconhecidos com os planos nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2010 e 2009 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, é como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	181	362	181

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.15.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No primeiro semestre de 2008 e na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos	5 000 000	8 285 626
Preço de referência (euros)	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	12 902	

^(a) Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.15, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 12 902 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base, durante o primeiro semestre de 2010 o Grupo reconheceu em custos com pessoal o valor de 2 150 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 2 150 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 30 de Junho de 2010 de 4 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 394 milhares de euros).

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.15, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 29 275 milhares de euros e 28 602 milhares de euros respectivamente (ver Nota 36). Os custos reconhecidos no primeiro semestre de 2010 com os prémios por antiguidade foram de 2 433 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 1 612 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 13 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Rendas e alugueres	34 512	31 749
Publicidade e publicações	19 205	18 449
Comunicações e expedição	19 983	19 242
Conservação e reparação	8 531	7 527
Deslocações e representação	17 927	13 874
Transporte de valores	4 765	5 366
Seguros	3 584	3 562
Serviços de informática	30 644	24 376
Trabalho independente	4 466	3 588
Mão de obra eventual	3 762	3 349
Sistema electrónico de pagamentos	6 684	6 351
Estudos e consultas	7 259	4 745
Serviços judiciais, contencioso e notariado	11 062	6 642
Consultores e auditores externos	3 874	4 270
Água, energia e combustíveis	5 054	4 832
Material de consumo corrente	2 886	3 459
Outros custos	29 695	30 553
	213 893	191 934

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

Nota 14 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o período.

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas do Banco ⁽¹⁾	265 438	488 634	229 465
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	1 166 667	1 000 000	833 333
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	1 253	1 826	2 265
Número médio ponderado de acções ordinárias em circulação (milhares)	1 165 414	998 174	831 068
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do BES (em euros)	0,23	0,49	0,28

⁽¹⁾ Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das acções preferenciais, o qual é registado como um movimento de reservas

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor.

NOTA 15 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Caixa	202 099	218 595
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	766 327	931 906
Outros bancos centrais	974 575	1 041 816
	1 740 902	1 973 722
	1 943 001	2 192 317

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 596 816 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 641 802 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2010 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1,00% (31 de Dezembro de 2009: 1,27%).

NOTA 16 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	143 585	213 172
Depósitos à ordem	57 300	60 561
	200 885	273 733
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	136 745	159 660
Cheques a cobrar	4 803	825
Outras disponibilidades	158 425	176 356
	299 973	336 841
	500 858	610 574

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 17 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3 459 530	2 379 701
De outros emissores	70 343	83 083
Acções	127 159	70 559
	3 657 032	2 533 343
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 309 190	1 926 141
	5 966 222	4 459 484
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2 168 651	1 561 143
Vendas a descoberto	620	-
	2 169 271	1 561 143

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 39.

Os instrumentos financeiros derivados em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 são analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2010			31.12.2009		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
	Activo	Passivo		Activo	Passivo	
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 666 013	47 652	19 301	1 055 945	14 802	7 244
- vendas	1 287 312			946 493		
Currency Swaps						
- compras	3 968 758	12 130	16 830	1 336 825	3 230	2 325
- vendas	3 926 266			1 331 185		
Currency Futures	408 767	-	-	52 604	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 707 998	47 218	37 670	1 355 584	196 850	186 836
- vendas	1 679 905			1 336 190		
Currency Options	7 650 804	144 237	202 596	5 131 966	131 597	120 811
	22 295 823	251 237	276 397	12 546 792	346 479	317 216
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	1 320 000	128	52	215 189	16	58
Interest Rate Swaps	43 991 403	1 770 836	1 423 344	39 146 226	1 333 495	985 972
Swaption - Interest Rate Options	3 535 749	6 983	112 389	7 623 745	12 835	11 678
Interest Rate Caps & Floors	7 709 679	67 850	48 266	9 389 755	75 835	45 483
Interest Rate Futures	-	-	-	5 000	-	-
Interest Rate Options	6 836 105	-	-	4 426 549	816	358
Future Options	36 191 850	1 474	838	63 730	-	-
	99 584 786	1 847 271	1 584 889	60 870 194	1 422 997	1 043 549
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	1 001 571	36 875	65 812	963 363	34 219	41 627
Equity / Index Options	3 793 934	123 282	183 093	2 273 747	84 791	124 241
Equity / Index Futures	260 023	-	-	362 071	-	-
Future Options	2 348 830	-	-	153 984	-	-
	7 404 358	160 157	248 905	3 753 165	119 010	165 868
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	3 399 154	50 525	58 460	2 971 504	37 655	34 510
Total	132 684 121	2 309 190	2 168 651	80 141 655	1 926 141	1 561 143

NOTA 18 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	829 757	780 466
Acções	14 602	12 821
Outros títulos	766 907	209 014
	1 611 266	1 002 301

A opção do Grupo em designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

NOTA 19 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
(milhares de euros)					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	3 058 804	1 827	(16 928)	-	3 043 703
De outros emissores	4 454 548	12 850	(44 524)	(27 303)	4 395 571
Acções	1 896 967	328 821	(136 756)	(78 268)	2 010 764
Outros títulos de rendimento variável	700 854	12 078	(14 159)	(34 017)	664 756
Saldo a 30 de Junho de 2010	10 111 173	355 576	(212 367)	(139 588)	10 114 794
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 104 239	1 260	(41)	-	2 105 458
De outros emissores	3 221 054	14 506	(17 044)	(32 219)	3 186 297
Acções	2 274 334	441 691	(52 733)	(78 445)	2 584 847
Outros títulos de rendimento variável	681 048	9 957	(8 781)	(27 226)	654 998
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	8 280 675	467 414	(78 599)	(137 890)	8 531 600

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 39.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	137 890	125 374	106 160
Dotações	3 202	15 228	15 742
Utilizações	(6 095)	(23 348)	(6 390)
Reversões	(3 589)	(1 809)	(292)
Diferenças de câmbio e outras	8 180	22 445 ^(a)	10 154
Saldo final	139 588	137 890	125 374

^(a) Em 31 de Dezembro de 2009 inclui 21 214 milhares de euros relacionados com a conversão de operações de crédito em títulos.

As principais posições em acções, com referência a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, são as seguintes:

(milhares de euros)

Descrição	30.06.2010				
	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	599 154	185 127	-	-	784 281
Portugal Telecom	521 606	46 532	-	-	568 138
EDP	345 589	-	(74 749)	-	270 840
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	6 029	-	(682)	7 827
	1 468 829	237 688	(74 749)	(682)	1 631 086

(milhares de euros)

Descrição	31.12.2009				
	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Banco Bradesco	696 267	316 762	-	-	1 013 029
Portugal Telecom	493 639	67 361	-	-	561 000
EDP	345 589	-	(601)	-	344 988
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	7 309	-	(682)	9 107
	1 537 975	391 432	(601)	(682)	1 928 124

Durante o primeiro semestre de 2010 o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 22,5 milhões de acções do Banco Bradesco, tendo registado uma mais-valia de cerca de 107,5 milhões de euros (ver Nota 8).

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

NOTA 20 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Aplicações em instituições de crédito		
no país		
Mercado monetário interbancário	14	20 826
Depósitos	22 042	4 081 424
Empréstimos	125 212	114 621
Aplicações de muito curto prazo	43 119	26 504
Operações com acordo de revenda	71 556	66 596
Outras aplicações	4 412	1 481
	266 355	4 311 452
Aplicações em instituições de crédito		
no estrangeiro		
Depósitos	1 743 541	1 307 458
Aplicações de muito curto prazo	75 074	736 848
Empréstimos	324 413	413 675
Operações com acordo de revenda	906 948	1 188 543
Outras aplicações	253 653	40 247
	3 303 629	3 686 771
Perdas por imparidade	(246)	(416)
	3 569 738	7 997 807

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho de 2010, venciam juros à taxa média anual de 1,36% (31 de Dezembro de 2009: 1,44%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Grupo opera.

Em 30 de Junho de 2010 o saldo da rubrica Depósitos em instituições de crédito no país incluía depósitos no Sistema Europeu de Bancos Centrais no valor 425 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 3 750 705 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	416	285	1 022
Dotações	34	179	231
Reversões	(267)	(509)	(1 002)
Diferenças de câmbio e outras	63	461	34
Saldo final	246	416	285

NOTA 21 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica em 30 de Junho e 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	13 172 710	13 009 107
Créditos em conta corrente	5 084 652	5 036 175
Locação financeira	3 227 989	3 235 795
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	569 329	684 152
<i>Factoring</i>	1 534 825	1 551 064
Descobertos	109 450	51 705
Outros créditos	224 279	173 276
A particulares		
Habitação	11 164 849	10 762 226
Consumo e outros	2 356 444	2 404 614
	37 444 527	36 908 114
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	9 133 822	7 603 437
Créditos em conta corrente	2 374 977	2 041 724
Locação financeira	326 764	250 012
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	177 011	197 423
<i>Factoring</i>	49 498	50 929
Descobertos	364 942	211 558
Outros créditos	1 658 317	1 556 885
A particulares		
Habitação	478 041	505 036
Consumo e outros	335 808	312 573
	14 899 180	12 729 577
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	102 148	82 852
De 3 meses a 1 ano	255 667	290 551
De 1 a 3 anos	454 789	353 038
Há mais de 3 anos	198 807	167 022
	1 011 411	893 463
	53 355 118	50 531 154
Perdas por imparidade	(1 681 539)	(1 552 307)
	51 673 579	48 978 847

Em 30 de Junho de 2010, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 4 214,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 4 346,4 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 42). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 32 e 42).

Em 30 de Junho de 2010, o crédito vivo inclui 4 038 230 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2009: 4 053 833 milhares de euros) (ver Nota 32).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	1 552 307	1 364 580	1 148 065
Dotações	281 470	303 104	295 861
Utilizações	(47 812)	(46 914)	(38 448)
Reversões	(106 944)	(37 292)	(21 732)
Efeito do desconto	(10 815)	(7 813)	(10 813)
Diferenças de câmbio e outras	13 333	(23 358)	(8 353)
Saldo final	1 681 539	1 552 307	1 364 580

O efeito do desconto reflecte o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 Dezembro de 2009, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)						
	30.06.2010						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	8 153 727	925 447	30 668 940	371 374	38 822 667	1 296 821	37 525 846
Crédito a particulares - Habitação	1 238 896	194 257	10 499 730	26 265	11 738 626	220 522	11 518 104
Crédito a particulares - Outro	486 866	126 498	2 306 959	37 698	2 793 825	164 196	2 629 629
Total	9 879 489	1 246 202	43 475 629	435 337	53 355 118	1 681 539	51 673 579

(milhares de euros)

31.12.2009							
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base portfolio		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	7 369 360	868 557	28 991 907	315 299	36 361 267	1 183 856	35 177 411
Crédito a particulares - Habitação	1 209 501	187 197	10 143 077	25 336	11 352 578	212 533	11 140 045
Crédito a particulares - Outro	503 404	118 710	2 313 905	37 208	2 817 309	155 918	2 661 391
Total	9 082 265	1 174 464	41 448 889	377 843	50 531 154	1 552 307	48 978 847

O crédito com imparidade calculada em base individual inclui créditos correntes com sinais de imparidade, créditos vencidos há mais de 90 dias e o crédito renegociado.

Em 30 de Junho de 2010 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 98 243 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2009: 103 197 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

O juro reconhecido na conta de exploração do semestre relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 178,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 395,6 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido com imparidade.

NOTA 22 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	925 150	583 578
De outros emissores	1 893 949	1 992 816
	2 819 099	2 576 394
Perdas por imparidade	(61 648)	(34 565)
	2 757 451	2 541 829

Durante o primeiro semestre de 2010 e o exercício de 2009 o Grupo não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	34 565	6 746	-
Dotações	56 599	42 027	7 154
Utilizações	(4 809)	(8 140)	-
Reversões	(23 875)	(5 074)	-
Diferenças de câmbio e outras	(832)	(994)	(408)
Saldo final	61 648	34 565	6 746

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 39.

NOTA 23 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	30.06.2010			31.12.2009		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - activo	329 051	203 501	532 552	291 678	163 437	455 115
Derivados para gestão do risco - passivo	(84 400)	(156 904)	(241 304)	(92 843)	(160 305)	(253 148)
	244 651	46 597	291 248	198 835	3 132	201 967
Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros						
Aplicações em instituições de crédito	-	86	86	-	225	225
Crédito a clientes	2 222	34 215	36 437	2 227	27 050	29 277
	2 222	34 301	36 523	2 227	27 275	29 502
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	(39 166)	261	(38 905)	(23 805)	(7 720)	(31 525)
Recursos de clientes	(5 001)	(7 644)	(12 645)	(5 549)	15 468	9 919
Responsabilidades representadas por títulos	(81 891)	(18 810)	(100 701)	(72 255)	(45 858)	(118 113)
Passivos subordinados	(8 675)	-	(8 675)	2 566	-	2 566
	(134 733)	(26 193)	(160 926)	(99 043)	(38 110)	(137 153)
	(132 511)	8 108	(124 403)	(96 816)	(10 835)	(107 651)

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritos e aos respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 30 de Junho de 2010, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 0,2 milhões de euros (30 de Junho de 2009: custo de 15,3 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Grupo, ascende em 30 de Junho de 2010 a 129 236 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2009: 68 755 milhares de euros de proveitos) e 60 481 milhares de euros de proveitos gerados no primeiro semestre de 2010 (30 de Junho de 2009: 207 milhares de euros de proveitos no período).

NOTA 24 – ACTIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Activos / passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	77 447	35 217	36 484	21 609
Imóveis	470 464	-	421 704	-
Equipamento	1 520	-	2 063	-
	471 984	-	423 767	-
Perdas por imparidade	(63 062)	-	(52 666)	-
	408 922	-	371 101	-
	486 369	35 217	407 585	21 609

Os valores apresentados referem-se a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo, e a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda.

Em 30 de Junho de 2010 o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 36 729 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 558 milhares de euros), tendo o Grupo registado uma perda por imparidade no valor de 9 544 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2009: 8 764 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	52 666	37 586	31 379
Dotações	18 737	25 209	11 751
Utilizações	(8 127)	(10 107)	(5 521)
Reversões	(206)	(16)	(22)
Outros	(8)	(6)	(1)
Saldo final	63 062	52 666	37 586

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o primeiro semestre de 2010 e o exercício de 2009 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo inicial	460 251	302 267
Entradas	188 525	399 959
Vendas	(100 332)	(242 540)
Outros movimentos	987	565
Saldo final	549 431	460 251

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Imóveis		
De serviço próprio	437 716	425 429
Beneficiações em edifícios arrendados	231 932	230 473
Outros	589	570
	670 237	656 472
Equipamento		
Equipamento informático	281 622	267 317
Instalações interiores	130 667	128 045
Mobiliário e material	122 265	121 645
Equipamento de segurança	35 228	34 203
Máquinas e ferramentas	35 172	34 433
Material de transporte	9 974	6 212
Outros	5 314	5 470
	620 242	597 325
Outras imobilizações	884	825
	1 291 363	1 254 622
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 935	2 160
Imóveis	193 774	116 675
Equipamento	7 247	4 790
Outros	187	299
	203 143	123 924
	1 494 506	1 378 546
Depreciação acumulada	(748 104)	(719 773)
	746 402	658 773

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	631 782	570 164	895	113 936	1 316 777
Adições	2 012	7 510	-	33 252	42 774
Abates / vendas	(586)	(2 329)	-	-	(2 915)
Transferências (a)	(1 142)	3 104	-	(7 186)	(5 224)
Variação cambial e outros movimentos	(1 493)	(78)	(17)	(4 581)	(6 169)
Saldo a 30 de Junho de 2009	630 573	578 371	878	135 421	1 345 243
Adições	5 105	14 558	-	37 060	56 723
Abates / vendas	(1 634)	(2 387)	(2)	-	(4 023)
Transferências (b)	26 810	9 079	-	(36 582)	(693)
Variação cambial e outros movimentos	(4 382)	(2 296)	(51)	(11 975)	(18 704)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	656 472	597 325	825	123 924	1 378 546
Concentração de actividades empresariais	6 535	8 704	-	-	15 239
Adições	3 061	9 631	-	70 298	82 990
Abates / vendas	(3 505)	(4 216)	-	-	(7 721)
Transferências (c)	1 484	2 961	6	(6 143)	(1 692)
Variação cambial e outros movimentos	6 190	5 837	53	15 064	27 144
Saldo a 30 de Junho de 2010	670 237	620 242	884	203 143	1 494 506
Depreciações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	243 854	434 136	300	-	678 290
Depreciações do período	9 472	16 618	77	-	26 167
Abates / vendas	(586)	(2 321)	-	-	(2 907)
Transferências (a)	(1 113)	(80)	-	-	(1 193)
Variação cambial e outros movimentos	(74)	122	(73)	-	(25)
Saldo a 30 de Junho de 2009	251 553	448 475	304	-	700 332
Depreciações do período	9 268	16 688	78	-	26 034
Abates / vendas	(1 628)	(2 375)	(2)	-	(4 005)
Transferências (b)	(515)	(18)	-	-	(533)
Variação cambial e outros movimentos	(487)	(1 467)	(101)	-	(2 055)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	258 191	461 303	279	-	719 773
Depreciações do período	11 797	19 818	15	-	31 630
Abates / vendas	(3 505)	(3 716)	-	-	(7 221)
Transferências (c)	(504)	(17)	-	-	(521)
Variação cambial e outros movimentos	1 433	2 985	25	-	4 443
Saldo a 30 de Junho de 2010	267 412	480 373	319	-	748 104
Saldo líquido a 30 de Junho de 2010	402 825	139 869	565	203 143	746 402
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	398 281	136 022	546	123 924	658 773
Saldo líquido a 30 de Junho de 2009	379 020	129 896	574	135 421	644 911

(a) Inclui 5 224 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 1 193 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda.

(b) Inclui 693 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 533 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda.

(c) Inclui 1 692 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 521 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Activos não correntes detidos para venda.

NOTA 26 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Goodwill	30 993	17 287
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	30 370	28 479
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	530 744	517 338
Outras	1 396	1 301
	532 140	518 639
Imobilizações em curso	38 166	27 549
	631 669	591 954
Amortização acumulada	(477 181)	(452 326)
Perdas por imparidade	(1 725)	(1 743)
	152 763	137 885

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.13).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	<i>Goodwill</i>	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	15 465	504 322	1 025	21 210	542 022
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	3 751	3 751
Adquiridas a terceiros	2 371	2 030	63	9 610	14 074
Transferências	-	9 889	154	(10 043)	-
Variação cambial e outros movimentos	1	31	(5)	-	27
Saldo a 30 de Junho de 2009	17 837	516 272	1 237	24 528	559 874
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	4 870	4 870
Adquiridas a terceiros	3 130	9 123	52	20 324	32 629
Abates / vendas (a)	(3 691)	(2)	-	-	(3 693)
Transferências	-	22 145	21	(22 166)	-
Variação cambial e outros movimentos	11	(1 721)	(9)	(7)	(1 726)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	17 287	545 817	1 301	27 549	591 954
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	4 673	4 673
Adquiridas a terceiros (b)	13 475	1 341	69	11 939	26 824
Abates / vendas	-	(79)	(36)	-	(115)
Transferências	-	5 974	-	(5 974)	-
Variação cambial e outros movimentos	231	8 061	62	(21)	8 333
Saldo a 30 de Junho de 2010	30 993	561 114	1 396	38 166	631 669
Amortizações					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	-	416 916	890	-	417 806
Amortizações do período	-	17 254	94	-	17 348
Variação cambial e outros movimentos	-	(268)	(7)	-	(275)
Saldo a 30 de Junho de 2009	-	433 902	977	-	434 879
Amortizações do período	-	17 652	60	-	17 712
Abates / vendas	-	(1)	-	-	(1)
Variação cambial e outros movimentos	-	(255)	(9)	-	(264)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	-	451 298	1 028	-	452 326
Amortizações do período	-	18 780	66	-	18 846
Abates / vendas	-	-	(35)	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-
Variação cambial e outros movimentos	-	5 984	60	-	6 044
Saldo a 30 de Junho de 2010	-	476 062	1 119	-	477 181
Imparidade					
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-
Perdas por imparidade (c)	929	-	-	-	929
Variação cambial e outros movimentos	678	-	-	-	678
Saldo a 30 de Junho de 2009	1 607	-	-	-	1 607
Perdas por imparidade (c)	27	-	-	-	27
Variação cambial e outros movimentos	109	-	-	-	109
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	1 743	-	-	-	1 743
Variação cambial e outros movimentos	(18)	-	-	-	(18)
Saldo a 30 de Junho de 2010	1 725	-	-	-	1 725
Saldo líquido a 30 de Junho de 2010	29 268	85 052	277	38 166	152 763
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	15 544	94 519	273	27 549	137 885
Saldo líquido a 30 de Junho de 2009	16 230	82 370	260	24 528	123 388

(a) No âmbito da liquidação da ES Data, foi imputado a custos do exercício o valor do goodwill de 3 691 milhares de euros

(b) No âmbito da aquisição do Aman Bank, foi registado um goodwill de 13 326 milhares de euros (ver Nota 45)

(c) Imparidade do goodwill da Concordia

NOTA 27 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Activo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido		Custo da participação	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
BES VIDA	8 336 945	8 066 515	8 145 907	7 853 653	191 038	212 862	780 643	149 455	17 191	18 022	474 997	474 997
ES VÉNÉTIE	1 678 892	1 299 980	1 523 764	1 149 362	155 128	150 618	29 447	32 302	3 038	3 850	42 293	42 293
LOCARENT	341 603	323 156	341 018	316 734	585	6 422	37 565	50 210	675	700	2 967	2 517
BES SEGUROS	122 739	127 345	100 240	99 903	22 499	27 442	32 606	31 669	1 412	2 000	3 749	3 749
ESEGUR	51 272	50 321	39 832	39 758	11 440	10 563	19 383	29 683	1 000	805	9 634	9 634
EUROP ASSISTANCE	41 009	41 694	31 539	31 549	9 470	10 145	16 781	17 973	1 200	1 045	1 147	1 147
FUNDO ES IBERIA	22 726	24 109	188	2 235	22 538	21 874	30	(223)	(311)	(551)	10 496	10 496
SCI GEORGES MANDEL	13 144	12 802	1 105	1 010	12 039	11 792	391	553	247	300	2 401	2 401
BRB INTERNACIONAL	12 569	11 081	11 063	10 418	1 506	663	2 526	4 292	242	(4 309)	10 034	10 034
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	396 403	311 049	225 229	171 882	171 174	139 167	-	-	-	-	35 056	35 056
LUSOSCUIT COSTA DE PRATA	558 792	565 404	508 135	519 510	50 657	45 894	14 918	19 881	2 967	6 006	10 442	10 061
LUSOSCUIT BEIRA LITORAL E ALTA	956 106	991 576	830 875	891 095	125 231	100 481	27 864	38 105	4 071	4 573	23 093	23 093
LUSOSCUIT GRANDE PORTO	696 395	703 216	635 757	659 879	60 638	43 337	16 530	22 756	1 266	1 876	25 165	25 165
ASCENDI	38 827	33 553	36 885	32 053	1 942	1 500	-	-	-	(285)	2 400	2 400
EMPARK	711 340	666 468	584 751	533 831	126 589	132 637	-	-	-	-	61 413	-
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	239 090	-	197 273	-	41 817	-	6 883	-	656	-	43 458	-
UNICRE	298 563	-	185 197	-	113 366	-	-	-	-	-	11 497	-
RODI SINKS & IDEAS	43 682	43 682	26 015	26 015	17 667	17 667	16 719	27 208	902	864	1 240	1 240
Outras											99 013	82 366
											870 495	736 649

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação

(milhares de euros)

	Interesse económico			Valor de balanço			Resultados de associadas atribuível ao Grupo		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
BES VIDA b)	50,00%	50,00%	50,00%	408 011	420 521	373 684	6 998	17 182	7 224
ES VÉNÉTIE	42,69%	42,69%	42,69%	66 365	64 439	66 022	1 297	1 728	1 643
LOCARENT	50,00%	50,00%	45,00%	603	3 521	2 786	338	544	315
BES SEGUROS	25,00%	25,00%	25,00%	5 623	6 858	5 590	353	1 385	500
ESEGUR	44,00%	44,00%	44,00%	11 877	11 491	11 713	440	792	354
EUROP ASSISTANCE	23,00%	23,00%	23,00%	2 178	2 333	1 935	276	433	240
FUNDO ES IBERIA	38,69%	38,69%	38,69%	8 453	8 799	8 687	(346)	(366)	(477)
SCI GEORGES MANDEL	22,50%	22,50%	22,50%	2 709	2 653	2 586	56	135	68
BRB INTERNACIONAL	24,93%	24,93%	24,93%	345	157	-	188	(505)	(37)
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA a)	8,19%	8,19%	8,19%	32 466	27 834	30 155	-	-	-
LUSOSCUIT COSTA DE PRATA a)	9,17%	9,17%	9,17%	22 592	22 210	19 357	476	3 513	1 093
LUSOSCUIT BEIRA LITORAL E ALTA a)	9,17%	9,17%	9,17%	43 651	45 497	43 256	543	3 658	511
LUSOSCUIT GRANDE PORTO a)	9,17%	9,17%	9,17%	19 374	21 062	21 036	(21)	21	(46)
ASCENDI a)	16,38%	16,38%	16,38%	1 177	1 000	1 337	-	(1 371)	(1 034)
EMPARK a)	11,77%	11,77%	-	59 677	61 424	-	-	-	-
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	20,48%	-	-	43 556	-	-	-	-	-
UNICRE	17,50%	-	-	19 754	-	-	8 260	-	-
RODI SINKS & IDEAS	25,29%	25,29%	25,29%	6 096	6 096	6 023	-	323	250
Outras				97 359	87 920	77 429	1 901	2 505	2 581
				851 866	793 815	671 596	20 759	29 977	13 185

a) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

b) Inclui *goodwill* no valor de 267 440 milhares de euros e *value-in-force* no valor de 45 052 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 46 651 milhares de euros).

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	793 815	671 596	644 506
Alienações	-	(1 000)	(4 149)
Aquisições	65 084	75 169	23 659
Resultado de associadas	20 759	16 792	13 185
Reserva de justo valor de associadas (a)	(19 580)	37 449	(790)
Dividendos recebidos	(1 782)	(2 327)	(1 422)
Diferenças de câmbio e outras	(6 430)	(3 864)	(3 393)
Saldo final	851 866	793 815	671 596

(a) Correspondente essencialmente à variação de reservas de justo valor da BES Vida

NOTA 28 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010	31.12.2009
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de opções	334 722	258 096
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	69 747	68 087
Outras contas caução	626 190	479 089
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	38 727	34 328
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	129 614	128 903
Sector público administrativo	106 260	84 419
Outros devedores diversos	306 710	253 829
	<u>1 611 970</u>	<u>1 306 751</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(22 050)	(18 733)
	<u>1 589 920</u>	<u>1 288 018</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	12 851	12 927
Outros activos	78 496	70 866
	<u>91 347</u>	<u>83 793</u>
Proveitos a receber	43 583	66 257
Despesas com custo diferido	113 808	102 326
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	163 824	161 309
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	465 365	291 991
Outras operações a regularizar	359 961	414 633
	<u>989 150</u>	<u>867 933</u>
Pensões de reforma e benefícios de saúde	877 048	912 141
	<u>3 704 856</u>	<u>3 320 468</u>

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 110 000 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2010, o montante de 57 266 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 65 613 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o sector bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	18 733	16 782	16 948
Dotações	1 371	4 133	4 063
Utilizações	-	(1)	(3 473)
Reversões	(564)	(1164)	(1112)
Outros	2 510	(1 017)	356
Saldo final	22 050	18 733	16 782

NOTA 29 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	131 735	5 438
Outros recursos	6 730 000	2 000 000
	6 861 735	2 005 438
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	1 812 486	1 373 076
Operações com acordo de recompra	321 522	439 129
	2 134 008	1 812 205
	8 995 743	3 817 643

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais – Outros recursos, no valor de 6 730 milhões de euros e 2 000 milhões de euros, respectivamente, encontrava-se colateralizado por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 39).

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 862 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola (31 de Dezembro de 2009: 1 083 milhões de euros).

NOTA 30 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
No país		
Mercado monetário interbancário	25 773	20 640
Depósitos	327 294	180 660
Recursos a muito curto prazo	238 207	103 987
Outros recursos	735	2 561
	592 009	307 848
No estrangeiro		
Depósitos	2 730 050	3 802 460
Empréstimos	1 761 495	1 814 972
Recursos a muito curto prazo	1 241 161	427 877
Operações com acordo de recompra	591 761	333 489
Outros recursos	195 962	209 074
	6 520 429	6 587 872
	7 112 438	6 895 720

NOTA 31 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	7 973 881	7 387 751
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	14 762 164	14 724 529
Outros	152 567	109 614
	14 914 731	14 834 143
Depósitos de poupança		
Reformados	43 250	57 381
Outros	1 983 819	1 826 196
	2 027 069	1 883 577
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	461 416	785 275
Outros	704 976	555 704
	1 166 392	1 340 979
	26 082 073	25 446 450

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	11 318 389	11 875 102
Certificados de depósitos	5 834 102	9 277 165
Obrigações ^{a)}	5 641 768	6 203 876
Obrigações hipotecárias	3 600 204	3 649 359
Outras responsabilidades	3 056 811	2 095 597
	29 451 274	33 101 099

a) Em 30 de Junho de 2010, inclui 1 548 milhões de euros de obrigações emitidas com garantia do Estado Português (31 de Dezembro de 2009: 1 565 milhões de euros)

Durante os exercícios de 2009 e 2008, o Grupo BES procedeu à emissão de obrigações hipotecárias no valor de 1 000 milhões de euros e 2 500 milhões de euros, respectivamente, no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As

condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução nº13 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 25/01/2011	1 250 000	1 295 652	25-01-2008	25-01-2011	Anual	4,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2010	1 250 000	1 318 137	21-07-2008	21-07-2010	Anual	5,50%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	986 415	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	AAA

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 30 de Junho de 2010 a 4 038 230 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 4 053 833 milhares de euros) (ver Nota 21).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2010 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2009	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 30.06.2010
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	11 875 102	2 994 621	(3 208 056)	(413 275)	69 997	11 318 389
Certificados de depósitos	9 277 165	-	(3 462 397) ^{b)}	-	19 334	5 834 102
Obrigações	6 203 876	-	(531 626)	(210 929)	180 447	5 641 768
Obrigações hipotecárias	3 649 359	-	-	(21 955)	(27 200)	3 600 204
Outras responsabilidades	2 095 597	2 875 604	(2 091 184)	(69 462)	246 256	3 056 811
	33 101 099	5 870 225	(9 293 263)	(715 621)	488 834	29 451 274

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

^{b)} No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados.

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2010 são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição	30.06.2010			Taxa de Juro
		Moeda	Valor de balanço	Maturidade	
BES - Sede	BES DUE 3,875%	EUR	737 728	2015	Taxa fixa 3,875%
BES - Sede	BES DUE MAR.12	EUR	150 017	2012	Euribor 3 Meses + 0,94%
BESFIN	Exchangeable Bonds (Bradesco)	USD	724 387	2013	Taxa fixa 1,625%
BESFIN	Exchangeable Bonds (EDP)	EUR	449 202	2019	Taxa fixa 3%
BESFIN	EMTN 65	EUR	170 242	2040	Taxa fixa 3% o)
BESFIN	EMTN 66	EUR	160 481	2041	Taxa fixa 3% p)
BESFIN	EMTN 67	EUR	161 546	2041	Taxa fixa 3% q)
BESFIN	EMTN 68	EUR	21 327	2015	Taxa fixa 4,25%
BESFIN	EMTN 69	EUR	211 782	2042	Taxa fixa 3% r)
BESFIN	EMTN 70	EUR	214 695	2042	Taxa fixa 3% s)
BESFIN	EMTN 71	EUR	212 236	2043	Taxa fixa 3% t)
BESFIN	EMTN 72	EUR	192 999	2044	Taxa fixa 3% u)
GBESI	ESIP DEC2010 BCP LINKED	EUR	823	2010	Indexado a BCP
GBESI	ESIP BRAZIL EQL JAN2015	a)	1 565	2015	b)
GBESI	ESIP JAN2011 BASKET BRAZIL LKD	a)	3 010	2011	d)
GBESI	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB2014	a)	4 494	2014	c)
GBESI	ESIP SXSE LINKED FEB2013	a)	2 237	2013	Indexada a DJ Eurostoxx 50
GBESI	ESIP FEB2011 SAN BNP BARC LINKED	a)	1 545	2011	e)
GBESI	ESIP WORST SOFT CMTD MAR2013	a)	1 361	2013	f)
GBESI	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR2015	a)	2 489	2015	Indexado a iShares DJ US Real Estate Fund
GBESI	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR2013	a)	2 880	2013	g)
GBESI	ESIP AUTOCAL METAL CMTD MAR2015	a)	2 827	2015	h)
GBESI	ESIP USDEUR FX LKD MAY2015	a)	205	2015	Indexada a câmbio EUR/USD
GBESI	BES INVEST BRASIL 5.625% MAR2015	USD	404 362	2015	Taxa Fixa - 5,625%
GBESI	BES INVEST BRASIL	USD	465	2013	Taxa Fixa -11,53%
GBESI	ESIP TOTAL FRTELECOM LKD AUG2020	a)	1 052	2010	i)
GBESI	ESIP CRDAGRI CL EUR6M+1,15 JUN15	a)	2 761	2015	Taxa Fixa 4,20% e Eur6M +115bp
GBESI	ESIP BASKET LKD MAY2015	a)	5 556	2015	j)
GBESI	ESIP EDP BCP PT LKD JUN2013	a)	1 433	2013	k)
GBESI	ESIP FTD CRD LINKED JUN2015	a)	4 575	2015	Taxa fixa 6.5%
GBESI	ESIP BRAZIL EQL MAY2016	a)	2 908	2016	l)
GBESI	ESIP SXSE MAY14 EQL	a)	1 388	2014	Indexado a Eurostoxx 50 Price Index
GBESI	ESIP JUN2013 BASKET LINKED	EUR	3 406	2013	Taxa fixa 5,70%
GBESI	ESIP BASKET BRAZIL LKD MAY2011	a)	3 917	2011	m)
GBESI	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN2013	a)	18 412	2013	Taxa fixa 5%
GBESI	ESIP TELECOM LKD JUL 2013	a)	9 094	2013	n)
GBESI	ESIP FX EURUSD LINKD JUL 2010	a)	972	2010	Indexada ao Câmbio Eur/USD
GBESI	49-LCA - Letra	BRL	18 119	2010	92% do CDI
ESPLC	BES0710_1E BESESPLC26/07/2010	EUR	225 225	2010	Taxa fixa 1,03%
ESPLC	BES1010_2E BESESPLC06/10/2010	EUR	21 017	2010	Taxa fixa 1,295%
ESPLC	BES0910_3E BESESPLC27/09/2010	EUR	9 974	2010	Taxa fixa 1,09%
BESNAC	PAPEL COMERCIAL	USD	170 216	2010	Taxa fixa 0,55% - 1,07%

- a) emissões com derivativos embutidos ou ao fair value option
b) Indexado a cabaz de ações: Petrobras, Companhia Siderurgica Nacional, Vale, Itau Unibanco, Banco Bradesco
c) Indexada a cabaz de ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi, ABB
d) Indexada a cabaz de ações Petróleo Brasileiro SA, Itau Unibanco Holding SA, Vale
e) Indexado a cabaz de ações: Santander, BNP e Barclays
f) Indexada a cabaz de commodities Milho, trigo e soja
g) Indexada a cabaz de commodities Milho, trigo e açúcar
h) Indexada a cabaz de commodities cobre, níquel, zinco e platina
i) Indexada a cabaz de ações Total e France Telecom
j) Indexada a cabaz de ações Amazon, Apple, FedEx, United Parcel Service
k) Indexada a cabaz de ações EDP, BCP e PT
l) Indexada a cabaz de ações Petrobras, Gerdau, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco
m) Indexada a cabaz de ações Petróleo Brasileiro, Itau Unibanco, Vale SA
n) Indexada a cabaz de ações Telefonica, Deutsche Telecom, France Telecom, Vodafone
o) a taxa efectiva da emissão é de 6,40%
p) a taxa efectiva da emissão é de 6,70%
q) a taxa efectiva da emissão é de 6,62%
r) a taxa efectiva da emissão é de 6,66%
s) a taxa efectiva da emissão é de 6,55%
t) a taxa efectiva da emissão é de 6,55%
u) a taxa efectiva da emissão é de 7,06%

NOTA 33 – PROVISÕES

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)		
	Provisão para reestruturação	Outras Provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	7 840	123 371	131 211
Reforços / (reposições)	-	13 557	13 557
Utilizações	(4 851)	-	(4 851)
Diferenças de câmbio e outras	-	4 720	4 720
Saldo a 30 de Junho de 2009	2 989	141 648	144 637
Reforços / (reposições)	-	39 603	39 603
Utilizações	(1 460)	-	(1 460)
Diferenças de câmbio e outras	-	(2 929)	(2 929)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	1 529	178 322	179 851
Reforços / (reposições)	-	12 805	12 805
Utilizações	(136)	(10 794)	(10 930)
Diferenças de câmbio e outras	-	(2 154)	(2 154)
Saldo a 30 de Junho de 2010	1 393	178 179	179 572

As outras provisões, cujo valor ascende a 178 179 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 178 322 milhares de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 61,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 56,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 30 de Junho de 2010 a cerca de 23,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 24,0 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Grupo mantém provisões de 62,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 60,8 milhões de euros);

- O valor remanescente, de 30,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 37,1 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da actividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 34 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2009 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O imposto corrente e diferido relativo ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Instrumentos financeiros	64 593	43 227	(153 096)	(166 718)	(88 503)	(123 491)
Crédito a clientes	254 847	212 717	-	-	254 847	212 717
Outros activos tangíveis	-	-	(9 325)	(11 498)	(9 325)	(11 498)
Activos intangíveis	112	111	-	-	112	111
Investimentos em subsidiárias e associadas	14 480	31 583	(52 264)	(31 587)	(37 784)	(4)
Provisões	36 615	29 890	(1 587)	(119)	35 028	29 771
Pensões	23 960	23 257	(45 851)	(43 772)	(21 891)	(20 515)
SAMS	18 623	30 282	-	-	18 623	30 282
Prémios de antiguidade	8 109	7 267	-	-	8 109	7 267
Débitos representados por títulos	-	-	(22 664)	(24 226)	(22 664)	(24 226)
Outros	9 368	8 737	(6 379)	(5 813)	2 989	2 924
Créditos fiscais resultantes de dupla tributação	-	-	-	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	5 557	5 317	-	-	5 557	5 317
Imposto diferido activo/(passivo)	436 264	392 388	(291 166)	(283 733)	145 098	108 655
Compensação de activos/passivos por impostos diferidos	(199 084)	(204 517)	199 084	204 517	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	237 180	187 871	(92 082)	(79 216)	145 098	108 655

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses	
	Período de seis meses findo em 30.06.2010	Exercício findo em 31.12.2009
Saldo inicial	108 655	104 305
Reconhecido em resultados	19 899	68 862
Reconhecido em reservas de justo valor ⁽¹⁾	24 132	(84 440)
Reconhecido em outras reservas	(6 882)	18 970
Variação cambial e outros	(706)	958
Saldo final (Activo / (Passivo))	145 098	108 655

⁽¹⁾ O valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 5 481 milhares de euros de custos (31 de Dezembro de 2009: 12 545 milhares de euros de proveitos).

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e o exercício de 2009 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	(10 856)	(24 132)	153	84 440
Crédito a clientes	(42 130)	-	(63 105)	-
Outros activos tangíveis	(2 173)	-	568	-
Activos intangíveis	(1)	-	47	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	29 476	8 304	(8 112)	(13 767)
Provisões	(5 257)	-	(11 312)	-
Pensões	2 290	(914)	(4 097)	(1 671)
SAMS	11 659	-	(3 106)	-
Prémios de antiguidade	(842)	-	(302)	-
Débitos representados por títulos	(1 562)	-	16 822	-
Outros	(263)	(508)	2 582	(3 532)
Prejuízos fiscais reportáveis	(240)	-	1 000	-
Imposto Diferido	<u>(19 899)</u>	<u>(17 250)</u>	<u>(68 862)</u>	<u>65 470</u>
Impostos Correntes	41 415	-	178 681	944
Total do imposto reconhecido (proveito) / custo	21 516	(17 250)	109 819	66 414

O imposto corrente de 944 milhares de euros reconhecido em reservas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 inclui as seguintes parcelas: (i) proveito de 823 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital, e (ii) custos de 1 671 milhares de euros relativo a pensões de reforma e de 96 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções. No período findo em 30 de Junho de 2010, os impostos correntes reconhecidos em reservas tiveram um valor nulo, decorrente das seguintes componentes: (i) proveito de 966 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital realizado em 2009, e (ii) custos de 914 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 52 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de Impostos e Interesses Minoritários		339 490		684 911
Taxa de Imposto do BES	29.0		26.5	
Imposto apurado com base na taxa de Imposto do BES		98 452		181 501
Diferença na taxa de Imposto das subsidiárias	(0.5)	(1 563)	(2.3)	(15 922)
Dividendos excluídos de tributação	(5.1)	(17 366)	(2.2)	(14 864)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(7.0)	(23 632)	(5.7)	(38 869)
(Mals-vallas parcialmente não tributadas) Menos vallas tributadas	(7.4)	(25 234)	(3.9)	(26 593)
Alterações de estimativas	0.0	-	(0.0)	(56)
Imposto diferido activo não reconhecido sobre prejuízos fiscais gerados no período	1.0	3 415	0.2	1 382
Resultado de associadas não sujeitos a tributação	(1.8)	(6 022)	(1.1)	(7 944)
Custos não dedutíveis	3.7	12 494	4.5	31 118
Efeito da introdução da taxa de derrama estadual	(5.0)	(17 001)	-	-
Outros	(0.6)	(2 027)	-	66
	6.3	21 516	16.0	109 819

NOTA 35 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Obrigações	1 259 438	1 589 331
Empréstimos	284 375	222 645
Obrigações perpétuas	761 778	827 095
	2 305 591	2 639 071

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como seguem:

		(milhares de euros)					
		30.06.2010					
Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES (sucursal de Caimão)	Empréstimos subordinados	JPY	2005	213 068	284 375	3,95%	2015
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2001	400 000	402 883	6,25%	2011
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	500 000	460 721	6,63%	2012 a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	500 000	286 046	4,50%	2015 a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 037	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	2 325	1,30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	24 930	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	14 005	1,30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	46 267	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	10 661	5,50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2001	7 000	503	Euribor 6M + 1,25%	2011
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	25 107	Euribor 6M + 1,25%	2014
BES	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2005	15 000	15 011	Euribor 3M + 2,25%	2015 a)
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	24 331	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	638 328	Euribor 3M + 1%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 061	Euribor 3M + 1,05%	2018
				2 512 984	2 305 591		

a) Data da *call option*

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2010 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2009	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 30.06.2010
Obrigações	1 589 331	-	(300 000)	-	(29 893)	1 259 438
Empréstimos	222 645	-	-	-	61 730	284 375
Obrigações perpétuas ^{b)}	827 095	4 279	-	(40 449)	(29 147)	761 778
	2 639 071	4 279	(300 000)	(40 449)	2 690	2 305 591

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

^{b)} Nas emissões foram considerados os valores correspondentes a recolocações de dívida anteriormente adquirida pelo Grupo.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respectivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efectuadas até 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o Grupo reconheceu um ganho de 4,2 milhões de euros e 110,5 milhões de euros, respectivamente (ver Nota 10).

NOTA 36 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	44 529	44 630
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	34 190	28 197
Contas caução	128 839	120 886
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	191 124	119 978
Credores por fornecimento de bens	56 167	82 000
Credores por contratos de <i>factoring</i>	2 786	3 670
Outros credores	271 286	222 167
	728 921	621 528
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	29 275	28 602
Outros custos a pagar	156 675	143 187
	185 950	171 789
Receitas com proveito diferido	33 570	32 978
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	167 425	226 014
Operações cambiais a liquidar	-	73 608
Outras operações a regularizar	81 520	103 834
	248 945	403 456
	1 197 386	1 229 751

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

NOTA 37 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, ACÇÕES PRÓPRIAS E ACÇÕES PREFERENCIAIS*Acções ordinárias*

Em 30 de Junho de 2010, o capital social do Banco, no valor de 3 500 milhões de euros encontrava-se representado por 1 166 666 666 de acções, com um valor nominal de 3 euros cada, as quais se encontram totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam:

	% Capital	
	30.06.2010	31.12.2009
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	40,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	6,05%	6,05%
Fundos de Pensões cujos associados são empresas do Grupo Portugal Telecom ⁽²⁾	2,62%	2,62%
Silchester International Investors Limited ⁽³⁾	3,01%	-
Outros	37,51%	40,52%
	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ - Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

⁽²⁾ - Fundos geridos pela Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

⁽³⁾ - Informação recebida pelo BES da Silchester em 5 de Julho de 2010 e comunicada pelo BES ao mercado na mesma data

Acções preferenciais

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de acções preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em Julho de 2003. Em Março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de acções preferenciais, formando uma única emissão com as acções emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas acções têm um valor nominal de 1 000 euros e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de Julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal.

Estas acções preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de Julho de cada ano, com início em 2 de Julho de 2004 e fim a 2 de Julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das acções preferenciais a 2 de Julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de Janeiro, 2 de Abril, 2 de Julho e 2 de Outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das acções são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

A 30 de Junho de 2010, o Grupo reconheceu como uma dedução a reservas o montante de 33 480 milhares de euros relativos aos dividendos declarados pelo Conselho de Administração da emitente em 13 de Maio de 2010, cuja liquidação ocorreu em 2 de Julho de 2010.

Estas acções são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer acções preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de emissão

Em 30 de Junho de 2010, os prémios de emissão totalizavam 1 085 396 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções (ver Nota 2.15). No âmbito da execução deste programa, encontram-se mobilizadas, à data de 30 de Junho de 2010, cerca de 1 247 mil acções do BES, representativas de 0,11% do capital social (31 de Dezembro de 2009: 1 276 mil acções, representativas de 0,11%) no valor total de 25,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 25,1 milhões de euros), as quais, no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.15, são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	Período de seis meses findo em		Exercício findo em	
	30.06.2010		31.12.2009	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do período/ exercício	1 276 261	25 083	2 479 081	29 838
Acções alienadas ⁽¹⁾	(29 549)	(112)	(1 202 820)	(4 755)
Saldo no final do período/ exercício	1 246 712	24 971	1 276 261	25 083

⁽¹⁾ Inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

NOTA 38 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS E INTERESSES MINORITÁRIOS

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses minoritários.

Durante o período findo em 30 de Junho de 2010 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Diferenças Cambiais	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(298 538)	32 204	(266 334)	228 663	7 526	388 283	624 472
Aumento de capital	-	-	-	(228 663)	-	-	(228 663)
- <i>Redução de capital</i>	-	-	-	-	-	2 000 000	2 000 000
- <i>Incorporação reservas especial e legal</i>	-	-	-	(228 663)	-	(2 000 000)	(2 228 663)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	133	133
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	280 837	(45 058)	235 779	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(18 965)	-	(18 965)
Constituição de reservas	-	-	-	22 000	-	300 628	322 628
Saldo em 30 de Junho de 2009	(17 701)	(12 854)	(30 555)	22 000	(11 439)	655 564	666 125
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	133	133
Alterações de justo valor	383 024	(51 636)	331 388	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	5 805	-	5 805
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	365 323	(64 490)	300 833	22 000	(5 634)	655 697	672 063
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	-	129	129
Dividendos de acções preferenciais	-	-	-	-	-	(33 480)	(33 480)
Alterações de justo valor	(270 233)	29 103	(241 130)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	25 437	-	25 437
Constituição de reservas	-	-	-	37 000	-	321 936	358 936
Saldo em 30 de Junho de 2010	95 090	(35 387)	59 703	59 000	19 803	944 282	1 023 085

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses minoritários, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	30.06.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	300 833	(266 334)
Varição de justo valor	(104 143)	824 231
Alienações do período	(165 703)	(189 239)
Imparidade reconhecida no período	(387)	28 869
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas	29 103	(96 694)
Saldo no final do período	59 703	300 833

Interesses minoritários

O detalhe da rubrica de Interesses minoritários por subsidiária é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
ES CONCESSÕES	10 513	(5 539)	19 372	1 170
BES ANGOLA	190 151	36 910	133 245	39 958
AMAN BANK	41 573	(914)	-	-
ESAF	17 882	1 664	16 798	2 959
BES AÇORES	15 353	334	15 402	1 792
BEST	10 624	1 109	9 502	1 504
BES Investimento do Brasil	22 179	869	16 521	2 747
BES Securities	21 976	1 385	19 613	4 021
FCR VENTURES II	22 824	(254)	23 269	(931)
FCR VENTURES III	7 877	(348)	1 726	(919)
FCR PME/BES	13 284	(123)	11 323	217
Fundo Multimercado	12 065	462	12 975	175
Fundo Absolute Return	173	1	180	261
Outros	3 114	240	3 631	24
	389 588	35 796	283 557	52 978

O movimento de interesses minoritários em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Interesses minoritários no início do período	283 557	186 856	153 509
Alterações de perímetro de consolidação	42 448	27 588	5 946
Aumentos de capital de subsidiárias	9 322	51 240	175
Dividendos distribuídos	(1 063)	(3 653)	(979)
Variação da reserva de justo valor	(5 432)	650	1 037
Variação cambial e outros	24 960	(10 478)	5 544
Resultado líquido do período	35 796	31 354	21 624
Interesses minoritários no final do período	389 588	283 557	186 856

NOTA 39 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	8 179 256	6 983 166
Activos financeiros dados em garantia	8 226 082	3 789 253
Créditos documentários abertos	3 556 099	3 016 076
Outros	230 370	158 296
	20 191 807	13 946 791
Compromissos		
Compromissos revogáveis	7 222 180	8 612 423
Compromissos irrevogáveis	5 832 069	5 338 345
	13 054 249	13 950 768

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 141 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 152 milhões de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 6 730 milhões de euros, sendo que o total de títulos disponíveis para redesconto e depositados junto do Banco Central Europeu ascendia a 7 574 milhões de euros em 30 de Junho de 2010;
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 18 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 19 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 63 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 62 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 522 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 522 milhões de euros).

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Grupo, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Depósito e guarda de valores	71 728 221	72 080 912
Valores recebidos para cobrança	246 576	286 509
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	3 242 257	3 426 539
Outras responsabilidades por prestação de serviços	7 703 946	7 974 169
	82 921 000	83 768 129

NOTA 40 – DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o valor dos activos sob gestão geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Fundos de investimento mobiliário	4 708 844	5 530 986
Fundos de investimento imobiliário	1 439 235	1 263 209
Fundos de pensões	2 638 834	2 721 960
Bancasseguros	5 715 936	5 511 442
Gestão de carteiras	2 028 146	2 560 866
Outros activos sob gestão	1 474 651	1 533 897
	18 005 646	19 122 360

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

NOTA 41 – TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo BES**Empresas**

Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, SA
 Polish Hotel Company, SP
 Polish Hotel Capital SP
 Polish Hotel Management Company, SP
 SES Iberia
 Hlc - Centrais de Cogeração, SA
 Coporgest
 Neumáticos Andrés, Investment, SA
 Synergy Industry and Technology, S.A.
 Salgar Investments
 Só Peso - Restauração e Hotelaria, SA
 Apolo Films SL
 Brb Internacional, S.A.
 Prosport, SA
 S.G.P.I.C.E.-Soc. de Serviços de Gestão de Portais na Internet e Consultoria de Empresas, S.A.
 Banque Espirito Santo et de la Vénétie, SA
 E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, SA
 Esiam - Espirito Santo International Asset Management, Ltd
 Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, SA
 Fiduprivate - Sociedade de Serviços, Consultadoria e Administração de Empresas, SA
 Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, SA
 Societé 45 Avenue Georges Mandel, SA
 BES, Companhia de Seguros, SA
 BES-Vida, Companhia de Seguros, SA
 Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA
 Esegur - Empresa de Segurança, SA
 Empark Aparcamientos y Servicios SA
 Concessionaria Autopista Perote-Xalapa, CV
 Ascendi - Concessões de Transportes, SGPS, SA
 Lusoscut - Auto-Estradas da Costa de Prata, S.A.
 Lusoscut - Auto-Estradas das Beiras Litoral e Alta, S.A.
 Lusoscut - Auto-Estradas do Grande Porto, S.A.
 Autovia De Los Vinedos, SA
 MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA
 SOUSACAMP, SGPS, SA
 GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SG.PS, SA
 OUTSYSTEMS, SA
 Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA
 Multivave Photonics, SA
 BIO-GENESIS
 Ydreams - Informática, SA
 AQUASPY Group Pty Limited
 Nutrigreen, S.A.
 Advance Ciclone Systems, SA
 Mobile World - Comunicações, SA
 Soprattutto Café, SA
 Enkrott SA
 Rodi Sinks & Ideas, SA
 CORTINOVADOR, SA
 Nova Figfort - Têxteis, Lda
 Bando Delle Tre Venezie, SPA
 Nanium, SA
 Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, SA
 Aenor Douro Estradas do Douro Interior, SA
 Unicre - Cartão Internacional de Crédito, SA

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**Empresas**

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 Banque Privée Espirito Santo
 Banque Privée Espirito Santo Sucursal Portugal
 ES Bank (Panama), SA
 ES Bankers (Dubai) Limited
 Espirito Santo Financial (Portugal), SGPS, SA
 Espirito Santo Financial Group, SA
 ESFG International, Ltd
 Esfil - Espirito Santo Financière, S.A. (Luxemburgo)
 Espirito Santo International SA
 Mandel Partners
 Espirito Santo Saúde SGPS, S.A.
 Clínica Parque dos Poetas, SA
 Cliria - Hospital Privado de Aveiro, SA
 ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.
 Espirito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
 Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, SA
 HCI - Health Care International, Inc
 HME Gestão Hospitalar
 Hospital da Arrábida - Gaia, SA
 Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, SA
 Hospital da Luz, SA
 Hospor - Hospitais Portugueses, SA
 Instituto de Radiologia Dr. Idálio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.
 RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, SA
 Surgicare - Unidades de Saúde, SA
 Vila Lusitano - Unidades de Saúde, SA
 Key Space Investments LLC
 Marignan Courtage, SA
 Marignan Gestion, SA
 Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, SA
 Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 Societé Antillaise de Gestion Financière, S.A. - SAGEFI
 Seguros Logo, SA
 Societé Lyonnaise de Marchands de Biens
 T - Vida, Companhia de Seguros, SA
 Companhia de Seguros Tranquilidade, SA
 The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, SA
 Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, SA

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG**Empresas**

Escom Afrique Central, Lda
 Escom Agro Industries Investments Assets Ltd
 Escom Alluviais, Ltd
 Escom Investments BV
 Escom Capital Development Ltd
 Escom - Congo, SARL
 Escom Energy, Ltd
 Escom - Espirito Santo Imobiliária, SARL
 Escom Infrastructures BV
 Escom Investimentos e Participações, SA
 Escom Kimberlities, Ltd
 Escom Management, Ltd
 Escom Mining Chimbongo, Ltd
 Escom Mining Development Co, Ltd
 Escom Mining Inc
 Escom Mining Services, Ltd
 Escom Natural Resources BV
 Escom Opca África Contractors BV
 ESCOM - Promoção Imobiliária, Lda.
 Espirito Santo Commerce RDC, SFRL
 Escom Real Estate Ltd
 Escom - Espirito Santo Commerce, SA
 Escom Trading & Marketing, Ltd
 Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA
 ESDI Administração e Participações Ltda
 Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, SA
 Espirito Santo International (BVI), SA
 E.S. International Overseas, Ltd.
 Esim - Espirito Santo Imobiliário, SA
 E.S. - Espirito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.
 Espirito Santo Property SA
 Espirito Santo Property Holding, SA
 Espirito Santo Property España, S.L.
 Espart Madeira SGPS, Unipessoal, Lda
 Espart - Espirito Santo Participações Financeiras, SGPS, SA
 Espirito Santo Resources, Ltd
 Espirito Santo Resources (Portugal), SA
 E.S. Resources Overseas, Ltd
 Espirito Santo Resources SA
 Estoril Inc
 Euroamerican Finance Corporation, Inc.
 Euroamerican Finance SA
 Euroatlantic, Inc.
 Europeia - Agência Turística, SA
 Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, SA
 Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA
 Fisheries Co Limited
 GES Finance Limited
 Gesfimo - Espirito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, SA
 Gestres - Gestão Estratégica Espirito Santo, SA
 Goggles Marine, Ltd
 Sociedad Agricola Golondrina, S/A
 GTD - Goods Trading and Distribution Inc.
 GTD - Logística e Serviços, Lda
 GTD South Africa (Property) Ltd
 HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, SA
 Hélios Diamond, Ltd
 Herdade da Boia - Sociedade Agrícola, SA
 Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, SA
 Hotéis Tivoli, SA
 Hotelagos, SA
 Hospital Residencial do Mar, SA
 I.A.C. UK, Limited
 Rioforte Investment Holding Brasil S/A (ex-IASA)
 Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, SA
 Imopca, SA
 Lote Dois - Empreendimentos Turísticos SA
 Lupiri - Sociedade de Investimentos e Participações
 Luzboa, SA
 Luzboa Um, SA
 Luzboa Dois, SA
 Luzboa Três, SA
 Luzboa Quatro, SA
 BEMS, SGPS, SA
 Margrimar - Mármore e Granitos, SA
 Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hotéis, SA
 Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, SA
 Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda
 Moldebetão - Sociedade de Betões, SA
 Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, SA
 Multiples - Espirito Santo Services, Ltd
 Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA
 Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, SA
 New Horizon Diamonds, Ltd
 New Media Investments Assets Ltd
 Novagest Assets Management, Ltd
 Opca Angola, SA
 Opca Moçambique, Lda
 Opccatelecom - Infraestruturas de Comunicação, SA
 OPWAY - Engenharia, SA
 OPWAY Imobiliária, SA
 OPWAY - SGPS, SA
 Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.
 Pavicentro - Pré-Fabricação, SA
 Pavillis - Pré-Fabricação, SA
 Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, SA
 Pavitel, SARL
 Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, SA

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG	Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG
Empresas	Empresas
Africa Natural Resources Ltd	Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda
Africa Net Oil & Gás Ltd	Pojuca Administração, SA
Africa Resources Ltd	Pojuca, SA
Agribahia, S/A	Pontave - Construções, SA
Angola Diamonds International, Ltd	Agência Receptivo Praia do Forte, Ltda
Angola Mining Finance, Ltd	Praia do Forte Operadora de Turismo, Ltda
Angola Mining Services, Ltd	Progest Congo, SARL
Angola Technical Services, Ltd	Proistemas - Consultores de Engenharia, SA
Atr - Actividades Turísticas e Representações, Lda	Proistemas Ambiente - Engenharia e Gestão, SA
Aveiro Incorporated	Grupo Projectos y Servicios Sarrion, SA
Beach Heath Investments, Ltd	Quinray Technologies Corp.
Sunset Diamonds Limited	Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, SA
Companhia Agricola Botucatu, SA	Sociedade Agricola Quinta D. Manuel I, SA
Casas da Cidade - Residências Sénior, SA	Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, SA
Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, SA	Recigroup - Industrias de Reciclagem, SGPS, SA
Cimenta - Empreendimentos Imobiliários, SA	Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda
Cidadeplatina - Construção SA	Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Peneus, Lda
Clarendon Properties, Inc.	Rushton Business Consultants, Ltd
Clear Sky Diamonds, Ltd	Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, SA
Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda	Saramagos S/A Empreendimentos e Participações
Club de Campo Villar Ollala, SA	Savannah Diamonds, Ltd
Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, SA	Opway Congo SARL
Clube Residencial da Boavista, SA	Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, SA
Companhia Brasileira de Agropecuária Cobreape	Sociedade Gestora do Hospital de Loures, SA
Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.	Société Immobilière du Congo, SARL
Construccion Sarrion, SL	SIM - Société D' Investissement Minier, SARL
Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A	Sintra Empreendimentos Imobiliários, Ltda
Condomínio Residencial Bela Vista Lda	Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia
E.S.B. Finance Ltd	Société Congolaise de Carriers et des Mines, SARL
Eastelco - Consultoria e Comunicação, SA	Soguest - Sociedade Imobiliária, SA
EGIA - Empresa de Gestão Imobiliária de Angola, SARL	Solférias - Operadores Turísticos, Lda
Eichenberg, GmbH	Soltrade International Limited
Equatorial Diamonds Ltd	Sopul - Concessões, SGPS, SA
E.S. Asset Administration, Ltd.	Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comércio e Excursiones, SA
ES Comercial Agrícola, Ltda	Sullgior - Imobiliária do Sul, SA
Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Sunrise Diamonds, Ltd
ES Holding Administração e Participações, S/A	TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, SA
Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA	Agência de Viagens Tagus, S.A.
Espírito Santo Industrial (BVI), SA	Construtora do Tamega Madeira SA
Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Construtora do Tamega Madeira SGPS SA
Espírito Santo Industrial, SA	Terras de Bragança Participações, Ltda
Espírito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, SA	Timeantube Comércio e Serviços de Confeccões, Ltda
Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Espírito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário Ltda	TOP A DMC Viajes, SA
Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Top Atlântico - Viagens e Turismo, SA
ES Private Equity, Ltd	Top Atlântico DMC, SA
Espírito Santo Property (Brasil) S/A	Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, SA
Espírito Santo Services, SA	Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, SA
Espírito Santo Tourism, Ltd	Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, SA
Espírito Santo Tourism (Europe), SA	Ushuaia - Gestão e Trading Internacional Limited
Espírito Santo Venture Ltd	Sociedade Agricola Turistica e Imobiliária Várzea Lagoa, SA
Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA	Vértice Serviços, Lda
ES Viagens e Turismo, Lda	Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda
Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, SA	Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis Imóveis, S.A.
Esai - Espírito Santo Activos Imobiliários, Ltda (Brasil)	Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens,S.A.
ESAP Brasil Agro-Pecuária, Ltda	Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.
Espírito Santo BVI Participation, Ltd	Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda
Escae Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda	Sociedade de Administração de Bens - Pedra da Nau, S.A.
Escom Investments Group Limited	Ribeira do Marchante, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.
Escom Alrosa Limited	Campeque - Compra e Venda de Propriedades, Lda.
Escom Espírito Santo Commerce (UK), Limited	Le Clos Barrois, SARL
Construccion Sarrion, SL	Acro, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

O valor das transacções do Grupo com partes relacionadas no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

	30.06.2010					31.12.2009				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
ESUMÉDICA	2 519	-	4	28	25	2 507	-	4	58	35
EUROP ASSISTANCE	1 047	898	8	20	3	1 128	1 289	7	36	10
FIDUPRIVATE	138	7	-	-	-	136	10	-	-	-
BES VÉNÉTIE	799 002	120 604	992	818	-	413 556	84 733	252	10 977	44
BES SEGUROS	44	18 045	-	43	2	28	13 337	-	103	19
ESEGUR	2 032	121	2 261	93	64	1 750	316	2 303	66	116
BES VIDA	660 358	196 474	-	28 493	525	163 654	212 800	-	69 271	10 515
LOCARENT	124 827	6 635	-	1 753	5 466	141 500	341	-	5 584	9 228
ES CONTACT CENTER	2 752	-	74	38	-	1 726	-	74	52	-
EMPARK	49 295	-	-	1 318	-	48 267	-	-	1 064	-
ASCENDI	36 955	-	-	747	-	29 203	146	-	-	-
LUSOScut CP	6 315	72 552	-	474	34	3 877	46 948	-	86	24
LUSOScut BLA	8 834	2	-	98	-	9 143	23 902	-	204	144
LUSOScut GP	6 695	46 264	-	67	128	6 914	20 636	-	171	67
SOUSACAMP	15 000	-	-	101	-	20 000	109	-	116	-
NANIUM	40 192	1 981	-	198	-	-	-	-	-	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	-	11 937	-	-	2	-	-	-	-	-
AENOR DOURO	64 494	3 238	-	1 046	-	-	-	-	-	-
UNICRE	-	14 610	-	-	14	-	-	-	-	-
OUTRAS	22 199	7 310	-	303	7	9 162	6 065	-	77	143
	1 842 698	500 678	3 339	35 638	6 270	852 551	410 632	2 640	87 865	20 345

Os activos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da actividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existente entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. Em 30 de Junho de 2010 foi reconhecido um custo de 2,3 milhões de euros, sendo que, em 31 de Dezembro 2009, não havia qualquer responsabilidade do Grupo perante a BES Vida decorrente desta garantia.

No período findo em 30 de Junho de 2010 e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos activos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Activos				Total				
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES FINANCIAL GROUP	-	-	7	85	92	-	286 301	223	-
ESF PORTUGAL	-	1	93 810	-	93 811	-	117	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	647	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	621	2 002	8 813	12 409	210	-	-	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	140	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	197 639	-	-	197 639	-	91	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	3 370	-	325	3 695	21 687	23 368	561	464
ES IRMÃOS	-	89 050	-	-	89 050	-	-	1 092	-
ESCOM	-	417 351	207	3 832	421 390	-	70	1 173	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	185	-	-	-	185	11 838	31 407	29	1 284
ES BANK PANAMA	370 218	-	-	-	370 218	-	1 523	1 058	-
ES SAUDE	-	127 234	15 810	103	143 147	158	2 626	1 799	-
OPWAY	-	41 411	-	-	41 411	35 892	37	907	-
T - VIDA	-	74	91 667	104	91 845	-	28 541	89	3
CONSTRUCCIONES SARRION	-	23 121	-	-	23 121	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	13	-	-	13	-	185	-	-
OUTRAS	-	64 620	2 581	268	67 469	7 145	21 512	1 179	251
TOTAL	371 376	964 505	206 084	13 530	1 555 495	76 930	396 565	8 110	2 002

(milhares de euros)

	31.12.2009								
	Activos				Total	Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições crédito	Crédito	Títulos	Outros					
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESF PORTUGAL	-	15	94 071	-	94 086	-	132	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	297	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	3 037	2 057	14 513	20 580	181	606	69	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	79	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	5	-	-	5	-	346 520	-	114
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 762	-	462	3 224	622	13 699	1 101	758
ES IRMÃOS	-	81 422	-	-	81 422	-	-	2 033	-
ESCOM	-	332 339	161	3 823	336 323	639	135	5 729	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	10 082	-	-	5	10 087	11 769	20 947	-	1 399
ES BANK PANAMA	46 000	-	-	-	46 000	-	1 573	3 523	-
ES SAUDE	-	126 669	15 810	10	142 489	1 530	8 996	2 412	-
OPWAY	-	42 927	-	-	42 927	37 662	51	647	-
T - VIDA	-	29 004	43 841	177	73 022	-	223 410	168	6
CONSTRUCCIONES SARRION	-	24 203	-	-	24 203	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	-	-	-	380 000	-	168
OUTRAS	-	48 022	1 219	370	31 637	7 175	15 143	973	283
TOTAL	57 055	690 405	157 159	19 360	906 005	59 578	1 011 588	16 655	2 728

Em 30 de Junho de 2010 o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão (considera-se pessoal chave da gestão o Conselho de Administração, a Comissão de Auditoria e os Directores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias) ascendia a 28 012 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 30 313 milhares de euros).

Em 30 de Junho de 2010 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 5 661 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 5 698 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a operações compreendidas no objecto social do BES pelo que se encontram excluídas das disposições constantes dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Porém, os créditos concedidos pelo Grupo aos administradores das instituições de crédito estão abrangidos pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), cuja actual redacção foi introduzida pela Lei n.º94/2009 de 1 de Setembro, estando estas operações sujeitas a deveres de reporte ao Banco de Portugal, nos termos da Instrução n.º 13/2008. Assim, nos termos desta legislação, há a destacar os seguintes condicionalismos:

- Não pode ser concedido crédito, sob qualquer forma ou modalidade, aos administradores executivos e membros do órgão de fiscalização (incluindo o cônjuge ou parente em 1º grau), nem a sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados, com excepção: (i) das operações de carácter ou finalidade social, (ii) das operações decorrentes da política de pessoal ou (iii) que resultem da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com clientes de perfil e risco análogos, todos nos termos do n.º 4 do artigo 85.º do RGICSF;

- As operações de crédito a administradores não executivos e que não façam parte da Comissão de Auditoria são sujeitas a aprovação por maioria de pelo menos dois terços dos restantes membros do órgão de administração e parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos do n.º 8 do artigo 85.º do RGICSF;
- As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Todos os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de provisões nos mesmos moldes estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. No entanto, os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.5 – Crédito a clientes.

Durante o primeiro semestre de 2010 e o exercício de 2009 não se efectuaram transacções com os fundos de pensões do Grupo.

NOTA 42 – SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS

Em 30 de Junho de 2010, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	452 649	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	452 378	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	638 280	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	718 844	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	980 106	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	702 054	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	861 467	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100	819 523	Crédito <i>Project Finance</i>
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 888 994	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage Finance N.º 1	Fevereiro de 2010	516 534	519 471	Crédito a empresas

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 plc e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua actividade, encontrando-se os respectivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à actividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

Em Fevereiro de 2010 realizou-se uma operação de securitização de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance Nº1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES I e do ES Vénétie, os quais não foram desreconhecidos dos respectivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Crédito a Clientes (líquido de imparidade)	4 214 243	4 346 416
Responsabilidades representadas por títulos	1 307 439	1 527 467
Capital próprio	2 107	(11 659)
Resultado Líquido	13 765	10 540

NOTA 43 – JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 943 001	1 943 001	2 192 317	2 192 317
Disponibilidades em outras instituições de crédito	500 858	500 858	610 574	610 574
Activos financeiros detidos para negociação	5 966 222	5 966 222	4 459 484	4 459 484
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 611 266	1 611 266	1 002 301	1 002 301
Activos financeiros disponíveis para venda	10 114 794	10 114 794	8 531 600	8 531 600
Aplicações em instituições de crédito	3 569 738	3 569 738	7 997 807	7 997 807
Crédito a clientes	51 673 579	50 495 024	48 978 847	48 169 548
Investimentos detidos até à maturidade	2 757 451	2 683 699	2 541 829	2 455 350
Derivados para gestão de risco (activo)	532 552	532 552	455 115	455 115
Activos financeiros	78 669 461	77 417 154	76 769 874	75 874 096
Recursos de bancos centrais	8 995 743	8 995 743	3 817 643	3 817 643
Passivos financeiros detidos para negociação	2 169 271	2 169 271	1 561 143	1 561 143
Recursos de outras instituições de crédito	7 112 438	6 990 153	6 895 720	6 917 865
Recursos de clientes e outros empréstimos	26 082 073	26 082 073	25 446 450	25 446 450
Responsabilidades representadas por títulos	29 451 274	27 973 153	33 101 099	33 066 534
Derivados para gestão de risco (passivo)	241 304	241 304	253 148	253 148
Passivos subordinados	2 305 591	1 926 956	2 639 071	2 499 429
Passivos financeiros	76 357 694	74 378 653	73 714 274	73 562 212

Os Activos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, foram valorizados de acordo com metodologia descrita no Relatório e Contas de 31 de Dezembro de 2009.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolia*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 44 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Grupo está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	5 811 498	10 582 103
Activos financeiros detidos para negociação	5 839 063	4 388 925
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	829 757	780 466
Activos financeiros disponíveis para venda	7 441 967	5 291 755
Crédito a clientes	51 673 579	48 978 847
Investimentos detidos até à maturidade	2 757 451	2 541 829
Derivados para gestão de risco	532 552	455 115
Outros activos	496 584	464 584
Garantias e avales prestados	8 179 256	6 983 166
Créditos documentários	3 556 099	3 016 076
Compromissos irrevogáveis	5 832 069	5 338 345
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	395 427	393 163
	93 345 302	89 214 374

A repartição por sectores de actividade, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)										
30.06.2010										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	553 182	(24 779)	10 003	-	-	25 304	(2 887)	-	-	35 961
Indústrias Extractivas	708 395	(10 814)	7 689	-	-	14 653	-	-	-	21 814
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	892 412	(15 934)	16 496	2 416	-	44 397	(52)	4 304	-	94 977
Têxtels e Vestuário	389 294	(60 658)	4 546	-	-	31 731	(2 238)	-	-	18 143
Curtumes e Calçado	76 636	(3 878)	1 142	-	-	1 070	(499)	-	-	2 726
Madeira e Cortiça	181 289	(22 607)	2 002	-	-	-	-	-	-	5 169
Papel e Indústrias Gráficas	329 222	(7 706)	46 401	-	-	140 263	-	-	-	72 018
Refinação de Petróleo	22 980	(3 344)	373	211	-	-	-	-	-	58 192
Produtos Químicos e de Borracha	644 587	(17 976)	18 671	-	-	70 695	(11 052)	13 062	-	81 481
Produtos Minerais não Metálicos	507 181	(17 078)	1 583	-	-	9 572	-	-	-	42 292
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	662 130	(28 510)	2 734	-	-	8 059	-	-	-	91 906
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	313 917	(13 615)	2 600	-	-	30 091	(596)	14 687	-	237 822
Fabricação de Material de Transporte	135 216	(11 726)	755	-	-	1 786	(31)	-	-	89 886
Outras Indústrias Transformadoras	490 661	(19 735)	956	-	-	15 304	(14 250)	-	-	33 063
Electricidade, Gás e Água	1 607 740	(16 630)	58 014	5 993	-	395 260	-	17 477	-	557 900
Construção e Obras Públicas	5 428 586	(214 096)	195 856	-	-	50 720	(1 687)	-	-	2 090 327
Comércio por Grosso e a retalho	3 287 381	(182 844)	23 620	430	-	300 028	(13 215)	5 352	-	601 722
Turismo	1 416 390	(34 081)	13 598	-	-	8 889	(376)	-	-	65 211
Transportes e Comunicações	2 638 138	(75 938)	276 167	197	-	700 683	(3)	212 308	-	864 667
Actividades Financeiras	2 398 070	(93 664)	1 479 860	1 508 313	532 552	2 533 341	(45 784)	1 196 388	(40 615)	283 868
Actividades Imobiliárias	6 036 982	(184 886)	35 947	-	-	91 220	(1 815)	-	-	564 321
Serviços Prestados às Empresas	4 687 363	(105 605)	66 903	5	-	1 599 790	(29 576)	-	-	1 437 907
Administração e Serviços Públicos	1 050 647	(15 790)	3 493 992	-	-	3 043 703	-	925 150	-	205 913
Outras actividades de serviços colectivos	3 819 116	(114 448)	196 183	93 701	-	1 125 190	(15 523)	409 321	(21 033)	505 377
Crédito à Habitação	11 738 626	(221 133)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 793 815	(164 394)	-	-	-	-	-	-	-	114 685
Outros	545 162	(2 670)	10 131	-	-	12 633	(4)	21 050	-	1 869
TOTAL	53 355 118	(1 681 539)	5 966 222	1 611 266	532 552	10 254 382	(139 588)	2 819 099	(61 648)	8 179 256

(milhares de euros)										
31.12.2009										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros disponíveis para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	582 861	(20 320)	3 182	-	-	16 638	(3 562)	-	-	30 277
Indústrias Extractivas	515 579	(6 068)	7 311	-	-	6 006	-	-	-	24 469
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	890 181	(19 120)	17 371	-	-	40 142	(64)	4 302	-	106 435
Têxtels e Vestuário	382 478	(57 980)	3 994	-	-	21 450	(2 453)	-	-	23 872
Curtumes e Calçado	100 154	(4 247)	738	-	-	500	(616)	-	-	3 312
Madeira e Cortiça	178 899	(20 771)	1 586	-	-	-	-	-	-	5 354
Papel e Indústrias Gráficas	286 052	(6 469)	6 428	-	-	125 731	-	-	-	39 842
Refinação de Petróleo	40 677	(2 67)	1 090	-	-	218	-	-	-	5 749
Produtos Químicos e de Borracha	584 284	(19 597)	14 948	-	-	56 555	(10 366)	13 118	-	67 091
Produtos Minerais não Metálicos	519 879	(17 103)	1 247	-	-	5 014	-	-	-	51 438
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	623 148	(23 313)	5 451	-	-	10 345	-	-	-	94 650
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	359 306	(33 996)	2 454	1 994	-	7 844	(783)	17 936	-	209 995
Fabricação de Material de Transporte	140 082	(4 410)	1 627	-	-	2 373	(38)	24 180	-	80 658
Outras Indústrias Transformadoras	524 781	(20 836)	973	-	-	15 057	(12 087)	-	-	18 241
Electricidade, Gás e Água	1 428 411	(11 469)	30 861	3 714	-	395 640	-	17 443	-	429 729
Construção e Obras Públicas	5 142 994	(175 183)	119 430	-	-	102 618	(2 253)	-	-	1 804 897
Comércio por Grosso e a retalho	3 251 094	(167 646)	20 300	-	-	148 337	(13 474)	5 333	-	573 865
Turismo	1 315 727	(27 546)	13 516	-	-	8 312	(463)	-	-	72 520
Transportes e Comunicações	2 355 878	(61 438)	200 742	-	-	1 217 662	(4)	143 083	-	632 175
Actividades Financeiras	2 223 376	(89 152)	1 360 458	875 292	455 115	2 546 467	(48 291)	1 296 763	(20 584)	214 248
Actividades Imobiliárias	5 201 380	(176 493)	36 698	-	-	309 760	(1 672)	-	-	589 303
Serviços Prestados às Empresas	4 376 173	(90 197)	52 482	9	-	1 052 914	(31 771)	-	-	1 154 893
Administração e Serviços Públicos	960 993	(11 041)	2 402 211	-	-	2 105 458	-	583 578	-	97 342
Outras actividades de serviços colectivos	4 035 966	(113 932)	150 413	111 358	-	458 810	(9 986)	448 725	(13 981)	522 702
Crédito à Habitação	11 352 578	(212 533)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 817 309	(155 918)	-	-	-	-	-	-	-	127 619
Outros	340 914	(5 262)	4 063	9 934	-	15 639	(7)	21 933	-	2 451
TOTAL	50 531 154	(1 552 307)	4 459 484	1 002 301	455 115	8 669 490	(137 890)	2 576 394	(34 565)	6 983 166

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a decomposição do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

Modelos de Rating/Scoring	Escala Interna	(milhões de euros)			
		30.06.2010		31.12.2009	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	748	1.40%	1 424	2.82%
	[bbb+;-bbb-]	2 245	4.21%	1 710	3.38%
	[bb+;bb-]	5 974	11.20%	5 705	11.29%
	[b+;b-]	8 932	16.74%	8 573	16.97%
	ccc+	875	1.64%	859	1.70%
Modelos de Médias Empresas	8-9	307	0.58%	233	0.46%
	10-11	485	0.91%	410	0.81%
	12-13	758	1.42%	751	1.49%
	14-15	854	1.60%	823	1.63%
	16-17	850	1.59%	938	1.86%
	18-19	672	1.26%	628	1.24%
	20-21	743	1.39%	730	1.44%
	22-23	323	0.61%	351	0.69%
Modelos de Pequenas Empresas	24-25	684	1.28%	765	1.51%
	A	74	0.14%	180	0.36%
	B	591	1.11%	503	1.00%
	C	943	1.77%	930	1.84%
	D	457	0.86%	499	0.99%
	E	315	0.59%	318	0.63%
Modelos de Crédito Habitação	F	398	0.75%	427	0.84%
	01	1 234	2.31%	1 161	2.30%
	02	2 924	5.48%	2 762	5.47%
	03	2 292	4.30%	2 110	4.18%
	04	1 329	2.49%	1 271	2.52%
	05	820	1.54%	807	1.60%
	06	609	1.14%	626	1.24%
	07	1 369	2.57%	1 452	2.87%
Modelos de Particulares	08	146	0.27%	180	0.35%
	01	103	0.19%	95	0.19%
	02	127	0.24%	114	0.23%
	03	188	0.35%	184	0.36%
	04	389	0.73%	332	0.66%
	05	283	0.53%	310	0.61%
	06	187	0.35%	199	0.39%
	07	183	0.34%	158	0.31%
	08	133	0.25%	196	0.39%
	09	219	0.41%	310	0.61%
10	15	0.03%	18	0.04%	
Créditos sem rating/scoring interno		13 577	25.43%	11 489	22.73%
TOTAL		53 355	100.00%	50 531	100.00%

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio e preços de acções e de mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	30.06.2010	31.12.2009
Risco cambial	30 482	24 192
Risco taxa de juro	9 458	12 689
Acções e mercadorias	13 639	16 647
Efeito da diversificação	(20 269)	(20 959)
Total	33 310	32 569

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 33 310 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 32 569 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

As medidas de risco da taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre a situação líquida e o resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do Grupo cifrou-se em 657 milhões de euros em 30 de Junho de 2010, que compara com 607 milhões de euros no final de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Grupo, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	30.06.2010			31.12.2009		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	8 149 408	115 767	2,86%	8 615 032	190 614	2,21%
Crédito a clientes	51 518 532	953 146	3,73%	48 578 733	2 195 255	4,52%
Aplicações em títulos	12 902 531	337 786	5,28%	10 654 732	551 017	5,17%
Aplicações diferenciais	200 199	-	-	169 458	-	-
Activos financeiros	72 770 670	1 406 699	3,90%	68 017 955	2 936 886	4,32%
Recursos monetários	12 610 380	138 537	2,22%	12 187 408	276 057	2,27%
Recursos de clientes	25 621 739	194 491	1,53%	24 515 188	463 655	1,89%
Outros recursos	34 538 552	527 330	3,08%	31 315 359	996 359	3,18%
Passivos financeiros	72 770 670	860 358	2,38%	68 017 955	1 736 071	2,55%
Resultado Financeiro		546 341	1,51%		1 200 815	1,77%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010				31.12.2009			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	(2 720 528)	3 040 949	52 349	372 770	(2 172 498)	2 585 683	(16 407)	396 778
GBP LIBRA ESTERLINA	(251 172)	275 154	55 946	79 928	(866 330)	883 392	(9 093)	7 969
BRL REAL BRASILEIRO	1 153 509	(32)	(21 302)	1 132 175	1 009 280	-	19 957	1 029 237
DKK COROA DINAMARQUESA	52 965	(3 839)	-	49 126	348 280	(300 667)	-	47 613
JPY YEN	(209 815)	236 815	(101 703)	(74 703)	(192 032)	240 008	(146 870)	(98 894)
CHF FRANCO SUICO	39 073	(17 082)	(8 283)	13 708	(160 196)	163 805	1 031	4 640
SEK COROA SUECA	52 115	(55 551)	7 340	3 904	85 773	(88 666)	15 909	13 016
NOK COROA NORUEGUESA	3 310	(2 802)	11 072	11 580	(916)	(1 385)	74 699	72 398
CAD DOLAR CANADIANO	(16 377)	24 360	(17 703)	(9 720)	2 151	369	2 399	4 919
ZAR RAND	2 058	(3 934)	(6 315)	(8 191)	(2 342)	-	10	(2 332)
AUD DOLAR AUSTRALIANO	163 125	(155 928)	(20 067)	(12 870)	180 233	(175 561)	40 816	45 488
AOA KWANZA	(89 876)	-	-	(89 876)	(37 771)	-	-	(37 771)
CZK COROA CHECA	(19 267)	19 929	(25 242)	(24 580)	(14 719)	18 585	(1 878)	1 988
OUTRAS	51 028	(50 721)	206 530	206 837	157 325	(127 593)	138 200	167 932
	(1 789 852)	3 307 318	132 622	1 650 088	(1 663 762)	3 197 970	118 773	1 652 981

Nota: activo / (passivo)

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, estando a estratégia financeira do Grupo desenvolvida no Relatório de Gestão.

Com o objectivo de avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Para efeitos de gestão de tesouraria são considerados os seguintes itens:

	(milhões de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Caixa e outras disponibilidades	5 730	10 594
Débitos de curto prazo junto de Instituições de crédito	(14 057)	(8 929)
Gap de tesouraria I ⁽¹⁾	(8 327)	1 665
Títulos liquidificáveis	12 249	9 264
Títulos utilizados	(6 730)	(2 000)
Gap de tesouraria II	(2 808)	8 929

(1) Gap de tesouraria - liquidez imediata e créditos interbancários de curto prazo deduzidos dos débitos interbancários até um ano. O gap de tesouraria positivo indica níveis de liquidez excedentários.

Em 30 de Junho de 2010, o *Gap* de tesouraria era negativo em 8 327 milhões de euros, existindo ainda a possibilidade de transformar títulos em meios líquidos, junto do Banco Central Europeu ou no mercado de *repos*, no valor de 12 249 milhões de euros. Deste último montante, 6 730 milhões de euros estavam utilizados em 30 de Junho.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento das posições de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculadas segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal (instrução nº 13/2009):

	(milhões de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
<i>Mismatch</i> acumulado ⁽¹⁾	(6 074)	(4 069)
<i>Buffer</i> de activos líquidos (2)	4 119	3 890
Posição de liquidez	(1 955)	(179)
Outros activos liquidificáveis	1 042	1 572
Liquidez global	(913)	1 393

(1) O *mismatch* acumulado corresponde à diferença entre os activos e passivos com prazos residuais até um ano

(2) O *buffer* de activos líquidos reflecte o montante de activos, com maturidade residual superior a um ano, que possam ser utilizados para a obtenção de liquidez imediata, em concreto, os activos elegíveis como garantia em operações de crédito junto de bancos centrais (deduzidos dos respectivos haircuts), excluindo os activos dados em garantia em operações de crédito com maturidade superior a 1 ano

Em 30 de Junho de 2010, a posição de liquidez global considerando outros títulos transformáveis em meios líquidos, era negativa em 913 milhões de euros.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Grupo são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – *IRB*) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – *TSA*).

Os elementos de capital do Grupo BES dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- Fundos Próprios de Base (FPB): Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- Fundos Próprios Complementares (FPC): Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- Deduções (D): Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano. Consequentemente, o valor anual a incorporar durante o referido período é de 137 milhões de euros.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010 ^(a)	31.12.2009 ^(a)
Saldo no início do período	5 405	3 948
Aumento de capital	-	1 180
Incorporação resultados do ano	153	325
Interesses Minoritários	106	130
Desvios actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(123)	(3)
Amortização do período transitório IFRS	(6)	(12)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	195	(363)
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(46)	213
Outros efeitos	(16)	(13)
Saldo no fim do período	5 668	5 405

(a) Valores de Dezembro de 2009 e de Junho de 2010 com base no método IRB Foundation.

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

	(milhões de euros)	
	30.06.2010 ^(a)	31.12.2009 ^(a)
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	4 560	4 560
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	1 175	996
Interesses Minoritários	390	284
Activos Intangíveis	(123)	(122)
Desvíos Actuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(286)	(163)
Goodwill	(397)	(356)
Reservas de justo valor com impacto prudencial	(63)	(17)
Período transitório IFRS	44	50
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1) 5 300	5 232
Acções Preferenciais	600	600
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(232)	(427)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2) 5 668	5 405
45% das Reservas de justo valor Positivas	105	192
Dívida Subordinada elegível	1 957	2 095
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(164)	(424)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)	1 898	1 863
Deduções	(41)	(12)
Fundos Próprios Elegíveis	(A3) 7 525	7 256
B- Activos de Risco		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	59 115	57 426
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	4 408	4 003
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	3 668	3 668
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B) 67 191	65 097
C- Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1	(A1 / B) 7,9%	8,0%
Rácio Tier 1	(A2 / B) 8,4%	8,3%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B) 11,2%	11,2%

(a) Valores de Dezembro de 2009 e de Junho de 2010 com base no método IRB Foundation.

NOTA 45 – CONCENTRAÇÃO DE ACTIVIDADES EMPRESARIAIS OCORRIDAS NO PERÍODO

Em Abril de 2010, o BES adquiriu 40% do capital social do Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company (Aman Bank), banco privado com sede em Trípoli, na Líbia, tendo realizado um investimento de 40,3 milhões de euros. Esta entidade é consolidada pelo método integral, uma vez que o BES assumiu o controlo da gestão do Banco. A aquisição deste Banco foi contabilizada de forma provisional, de acordo com o IFRS 3. O Grupo prevê que o processo de determinação do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes esteja concluído no final do ano. O Balanço do Aman Bank em 30 de Abril de 2010 é conforme segue:

	Balanço do Aman Bank 30.04.2010
	(milhares de euros)
Activo	
Caixa e disponibilidades em bancos	302 076
Activos financeiros disponíveis para venda	100 224
Aplicações em Instituições de Crédito	14 298
Crédito a clientes	9 339
Outros activos tangíveis	15 239
Activos intangíveis	864
Outros activos	14 692
	456 732
Passivo	
Recursos de clientes e outros empréstimos	368 848
Outros passivos	20 526
	389 374
Capital próprio	
Capital	58 967
Outras reservas e resultados transitados	8 391
	67 358
Total de Passivo e Capital Próprio	456 732

NOTA 46 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- Na sequência da redução de dois níveis da notação da dívida soberana do Estado Português, concretizada em 13 de Julho, a Moody's reviu em baixo a classificação de oito bancos portugueses, entre os quais o BES, que viu o seu *rating* de longo prazo e depósitos evoluir de A1/Prime-1 para A2/ Prime -1, com *outlook* negativo;
- Em 6 de Julho foram inauguradas as instalações do Banco Espírito Santo Cabo Verde, dotado de um capital social de 13 milhões de euros. As principais linhas de orientação centram-se na banca de empresas, nos sectores turístico e do comércio externo e no investimento público/privado em infra-estruturas, com destaque para as empresas portuguesas com relações económicas com Cabo Verde;
- Em 7 e 21 de Julho de 2010, o BES realizou duas emissões de obrigações hipotecárias, no montante de 750 e 1 250 milhões de euros respectivamente, com uma maturidade de 7 anos e emitidas ao abrigo do programa de emissão global no valor de 10 mil milhões de euros;
- Em 21 de Julho de 2010, enquadrada numa acção de revisão de ratings dos bancos portugueses, a agência Fitch anunciou a revisão em baixa do rating do BES de A+ para A, com outlook negativo.

○ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS INTERCALARES E NOTAS EXPLICATIVAS

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.					
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
DOS PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2010 E 2009					
(milhares de euros)					
	Notas	Período de 3 meses findo em 30.06.2010	30.06.2009	Período de 6 meses findo em 30.06.2010	30.06.2009
Juros e proveitos similares	4	708 274	740 707	1 349 066	1 661 499
Juros e custos similares	4	512 462	488 815	995 889	1 164 502
Margem financeira		195 812	251 892	353 177	496 997
Rendimentos de instrumentos de capital	5	109 421	125 731	115 088	127 627
Rendimentos de serviços e comissões	6	152 913	147 436	304 217	278 153
Encargos com serviços e comissões	6	(40 496)	(25 506)	(71 511)	(56 625)
Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(112 553)	(22 993)	(96 839)	45 470
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	8	94 335	44 142	139 104	4 000
Resultados de reavaliação cambial	9	4 570	(32 598)	(1 538)	(92 546)
Resultados de alienação de outros activos		(2 654)	(3 542)	(3 146)	(3 975)
Outros resultados de exploração	10	2 542	(9 988)	6 875	(21 094)
Proveitos operacionais		403 890	474 574	745 427	778 007
Custos com pessoal	11	106 943	101 634	208 478	201 611
Gastos gerais administrativos	13	91 148	82 286	172 638	162 739
Depreciações e amortizações	25 e 26	21 939	18 449	42 043	36 560
Provisões líquidas de anulações	33	37 292	72 376	46 442	66 093
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	20 e 21	44 365	98 589	100 552	182 092
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	19 e 22	16 055	8 536	34 389	15 303
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	24, 27 e 28	9 726	8 246	18 509	11 727
Custos operacionais		327 468	390 116	623 051	676 125
Alienação de subsidiárias e associadas	27	-	-	-	-
Resultado antes de impostos		76 422	84 458	122 376	101 882
Impostos					
Correntes	34	(7 625)	20 192	13 690	46 267
Diferidos	34	(27 395)	(27 896)	(29 749)	(38 440)
Resultado líquido do período		111 442	92 162	138 435	94 055
Resultados por acção básicos (em euros)	14	0,10	0,08	0,12	0,11
Resultados por acção diluídos (em euros)	14	0,10	0,08	0,12	0,11

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS
PERÍODOS DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

Notas	Período de 3 meses findo em		Período de 6 meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009	30.06.2010	30.06.2009
Resultado líquido do período	111 442	92 162	138 435	94 055
Outros movimentos				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Ganhos e perdas do período	28 132	296 453	14 966	245 296
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do período	(183 734)	(42 252)	(140 546)	(4 877)
Impostos diferidos	21 098	(43 498)	11 276	(42 767)
	(134 504)	210 703	(114 304)	197 652
Pensões - regime transitório	(3 225)	(3 098)	(6 230)	(6 103)
Outros movimentos	294	369	384	49
	(137 435)	207 974	(120 150)	191 598
Total do rendimento integral do período	(25 993)	300 136	18 285	285 653

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

BALANÇO EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2010	31.12.2009
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	15	1 324 220	1 686 023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	224 107	322 297
Activos financeiros detidos para negociação	17	4 651 391	3 344 104
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	18	1 513 151	922 558
Activos financeiros disponíveis para venda	19	8 293 635	7 174 460
Aplicações em instituições de crédito	20	10 375 586	12 048 539
Crédito a clientes	21	42 122 030	40 379 161
Investimentos detidos até à maturidade	22	1 922 696	2 034 947
Derivados para gestão de risco	23	673 780	579 895
Activos não correntes detidos para venda	24	391 075	348 740
Outros activos tangíveis	25	387 576	402 935
Activos intangíveis	26	104 958	104 988
Investimentos em subsidiárias e associadas	27	1 765 412	1 700 598
Activos por impostos correntes		2 297	5 009
Activos por impostos diferidos	34	371 372	336 877
Outros activos	28	3 795 749	3 324 179
Total de Activo		77 919 035	74 715 310
Passivo			
Recursos de bancos centrais	29	8 543 982	3 378 514
Passivos financeiros detidos para negociação	17	1 911 440	1 361 876
Recursos de outras instituições de crédito	30	14 804 303	11 560 867
Recursos de clientes	31	22 402 488	22 594 175
Responsabilidades representadas por títulos	32	19 513 133	24 984 918
Passivos financeiros associados a activos transferidos		367 383	-
Derivados para gestão de risco	23	361 147	370 338
Provisões	33	664 556	627 174
Passivos por impostos correntes		71 245	108 447
Passivos por impostos diferidos	34	176 476	185 109
Passivos subordinados	35	3 131 974	3 419 742
Outros passivos	36	604 613	613 200
Total de Passivo		72 552 740	69 204 360
Capital Próprio			
Capital	37	3 500 000	3 500 000
Prémios de emissão	37	1 080 255	1 080 258
Acções próprias	37	(24 971)	(25 083)
Reservas de justo valor	38	99 086	213 390
Outras reservas e resultados transitados	38	573 490	373 540
Resultado líquido do período		138 435	368 845
Total de Capital Próprio		5 366 295	5 510 950
Total de Passivo e Capital Próprio		77 919 035	74 715 310

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010, 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 30 DE JUNHO DE 2009

(milhares de euros)

	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Reservas de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	2 500 000	666 327	(29 838)	(197 391)	481 732	211 878	3 632 708
Rendimento integral:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	197 652	-	-	197 652
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(6 103)	-	(6 103)
Outros movimentos	-	-	-	-	49	-	49
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	94 055	94 055
Total do rendimento integral	-	-	-	197 652	(6 054)	94 055	285 653
Aumento de capital	1 000 000	415 118	-	-	(228 663)	-	1 186 455
- Redução de capital	(2 000 000)	-	-	-	2 000 000	-	-
- Emissão de 666 666 666 acções	666 667	533 333	-	-	-	-	1 200 000
- Incorporação reserva especial	2 333 333	(104 670)	-	-	(2 228 663)	-	-
- Custos do aumento capital, líquidos de impostos	-	(13 545)	-	-	-	-	(13 545)
Constituição de reservas	-	-	-	-	132 222	(132 222)	-
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	(79 656)	(79 656)
Variação de acções próprias	-	-	4 023	-	-	-	4 023
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	133	-	133
Saldo em 30 de Junho de 2009	3 500 000	1 081 445	(25 815)	261	379 370	94 055	5 029 316
Rendimento integral:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	213 129	-	-	213 129
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(6 010)	-	(6 010)
Outros movimentos	-	-	-	-	47	-	47
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	274 790	274 790
Total do rendimento integral	-	-	-	213 129	(5 963)	274 790	481 956
Aumento de capital	-	(1 187)	-	-	-	-	(1 187)
- Custos do aumento capital, líquidos de impostos	-	(1 187)	-	-	-	-	(1 187)
Variação de acções próprias	-	-	732	-	-	-	732
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	133	-	133
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	3 500 000	1 080 258	(25 083)	213 390	373 540	368 845	5 510 950
Rendimento integral:							
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	(114 304)	-	-	(114 304)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	(6 230)	-	(6 230)
Outros movimentos	-	-	-	-	384	-	384
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	138 435	138 435
Total do rendimento integral	-	-	-	(114 304)	(5 846)	138 435	18 285
Constituição de reservas	-	-	-	-	205 667	(205 667)	-
Custos com aumento de capital, líquido de impostos	-	(3)	-	-	-	-	(3)
Dividendos de acções ordinárias (a)	-	-	-	-	-	(163 178)	(163 178)
Variação de acções próprias	-	-	112	-	-	-	112
Plano de incentivos baseado em acções, líquido de imposto (ver Nota 12)	-	-	-	-	129	-	129
Saldo em 30 de Junho de 2010	3 500 000	1 080 255	(24 971)	99 086	573 490	138 435	5 366 295

(a) Corresponde a um dividendo por acção de 0,14 e 0,16 euros pagos às acções em circulação em 2010 e 2009, respectivamente

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E 2009

(milhares de euros)

	Notas	30.06.2010	30.06.2009
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		1 324 344	1 698 589
Juros e custos pagos		(1 026 932)	(1 314 236)
Serviços e comissões recebidas		317 625	286 696
Serviços e comissões pagas		(80 013)	(62 182)
Recuperações de créditos		9 737	9 067
Contribuições para o fundo de pensões		(3 698)	(358)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		<u>(293 845)</u>	<u>(366 415)</u>
		247 218	251 161
<i>Varição nos activos e passivos operacionais:</i>			
Disponibilidades de natureza obrigatória e recursos em bancos centrais		5 192 702	63 001
Activos financeiros ao justo valor através de resultados		(1 283 158)	213 106
Aplicações em instituições de crédito		1 676 654	(8 254 810)
Recursos de instituições de crédito		3 196 849	97 883
Crédito a clientes		(1 493 119)	(71 736)
Recursos de clientes e outros empréstimos		(240 700)	(530 970)
Derivados para gestão do risco		(88 087)	(224 696)
Outros activos e passivos operacionais		<u>(629 738)</u>	<u>81 690</u>
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		6 578 621	(8 375 371)
Impostos sobre os lucros pagos		(48 180)	(83 191)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		6 530 441	(8 458 562)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(64 248)	(110 023)
Dividendos recebidos		115 088	127 627
Compra de activos financeiros disponíveis para venda		(18 039 194)	(15 314 727)
Venda de activos financeiros disponíveis para venda		16 847 872	14 838 706
Investimentos detidos até à maturidade		126 761	(466 597)
Compra de imobilizações		(23 591)	(26 930)
Venda de imobilizações		-	6
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(1 037 312)	(951 938)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Aumento de capital		-	1 186 455
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		900 000	7 735 016
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(6 415 534)	(550 173)
Reembolso de passivos subordinados		(300 000)	-
Acções próprias		112	4 023
Dividendos de acções ordinárias pagos		(163 178)	(79 656)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(5 978 600)	8 295 665
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		(485 471)	(1 114 835)
Caixa e equivalentes no início do período		1 375 685	1 521 320
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		65 515	(5 351)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		<u>(485 471)</u>	<u>(1 114 835)</u>
Caixa e equivalentes no fim do período		955 729	401 134
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	129 175	133 801
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	1 195 045	530 357
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(592 598)	(509 069)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	224 107	246 045
Total		955 729	401 134

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Banco Espírito Santo, S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais intercalares em 30 de Junho de 2010

(Montantes expressos em milhares de euros, excepto quando indicado)

NOTA 1 – ACTIVIDADE

O **Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES)** é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde actua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a actividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de Julho de 1999 passou a adoptar a firma Banco Espírito Santo, S.A. Em Dezembro de 2005 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Internacional de Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Maio de 2006 foi realizada a fusão por incorporação da Crediflash – Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S.A. no Banco Espírito Santo, S.A.. Em Abril de 2007 foi realizada a fusão por incorporação do Banco Espírito Santo, S.A. - Espanha (BESSA). Em Dezembro de 2008, foi realizada a fusão por incorporação da BES Leasing e Factoring - Instituição Financeira de Crédito, S.A..

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na Euronext.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 726 balcões (31 de Dezembro de 2009: 736), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão e Cabo Verde, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 12 escritórios de representação no estrangeiro.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findos em 30 de Junho de 2010 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 30 de Junho 2010. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 30 de Junho de 2010 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2009.

No primeiro semestre de 2010, o Banco adoptou:

- a IFRS 5 (alterada) – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação. A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.
- o IAS 39 (alterado) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura. A adopção desta alteração não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.
- o IFRIC 12 – Contratos de Concessão de Serviços, o IFRIC 17 – Distribuições em espécie a accionistas e o IFRIC 18 – Transferências de activos de clientes. A adopção destas interpretações não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras do Banco.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 23 de Julho de 2010.

2.2. Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, excepto no que diz respeito às diferenças relacionadas com acções classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3. Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos activos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do exercício, excepto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

- Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

- Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospectivamente. Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efectiva.

- Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte inefectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4. Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes só é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de activos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objectivo de efectuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de activos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objectiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes factores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o sector financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objectiva de imparidade numa óptica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado colectivamente – análise da imparidade numa base colectiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação colectiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base colectiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada colectivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objecto de correcção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflecta a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correcção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao activo.

2.5. Outros activos financeiros

Classificação

O Banco classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de títulos em relação à qual existe evidência de actividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos activos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses activos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos activos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 23 contém um sumário dos activos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos activos financeiros ao justo valor através de resultados.

- Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias acima referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os activos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes activos financeiros até à sua maturidade.

As transferências são efectuadas com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa efectiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efectiva.

Não foram efectuadas transferências entre carteiras durante o primeiro semestre de 2010 e no exercício de 2009.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6. Activos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições financeiras ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições financeiras ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objectivo de efectuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8. Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.10. Activos não correntes detidos para venda

Activos não correntes ou grupos para alienação (grupo de activos a alienar em conjunto numa só transacção, e passivos directamente associados que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transacção de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objectivo da sua venda), os activos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do activo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos activos não correntes (ou de todos os activos e passivos do Banco) é efectuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes activos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua actividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento (artigo 112º do DL 298/92 de 31 de Dezembro e posteriores alterações) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de créditos devendo alienar os mesmos num prazo de 2 anos, prorrogável após autorização expressa do Banco de Portugal e nas condições que este determinar (art.114º).

O Banco tem como objectivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efectuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transacção de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objecto de estudo obtido através de prospecção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, actualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indirectos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados.

2.11. Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Na data da transição para as NCA, 1 de Janeiro de 2004, o Banco elegeu considerar como custo o valor reavaliado dos outros activos tangíveis, conforme determinado de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável numa perspectiva geral ao custo depreciado mensurado de acordo com as NCA, ajustado por forma a reflectir as alterações no índice geral de preços. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 12
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.12. Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem directamente afectos aos projectos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.13. Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

- Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

- Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.14. Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT), o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos para o pessoal admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Durante o exercício de 2008 o Banco decidiu, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal, proceder à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões, que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde do BES.

A cobertura das responsabilidades é assegurada através do fundo de pensões gerido pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A..

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efectuado o recálculo dos ganhos e perdas actuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano, pelo Banco, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, sendo sujeitas a uma revisão anual por actuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada tendo como referência o seguinte conjunto de obrigações:

- Obrigações de dívida privada incluídas no índice *iBoxx* com qualidade de crédito AA (cujo valor nominal seja superior a 500 milhões de euros e com maturidade superior a 1 ano);
- Obrigações de dívida privada não resgatáveis antes da data de maturidade, não financiadas por fundos, não prorrogáveis e não garantidas; e
- Obrigações de dívida privada em que o *spread* entre o valor de oferta e o valor de compra é inferior a 5% da média dos preços de oferta e de compra.

Os ganhos e perdas actuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor nos termos definidos pelo IAS 19.

Este método estabelece que os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do período que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do período, sejam imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. O Banco determinou que os desvios actuariais são amortizados por um período de 15 anos. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

Em cada período, o Banco reconhece como um custo, na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos activos do fundo, (iv) uma porção dos ganhos e perdas actuariais determinada com base no referido método do corredor e (v) o efeito das reformas antecipadas, o qual inclui a amortização antecipada dos ganhos e perdas actuariais associados.

Os encargos com as reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

O Banco efectua pagamentos ao fundo por forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo os níveis mínimos fixados como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades actuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor actuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2009 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2012, com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos actuariais relativos à tábua de mortalidade efectuados posteriormente a 1 de Janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

A cada data do balanço, o Banco avalia a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respectivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ou comparticipações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efectivas dos trabalhadores no activo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estas responsabilidades estão desde 2008, cobertas pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de Dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de Dezembro de 2014.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. Os pressupostos actuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas actuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)

O BES estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que as podem vender no mercado, mantê-las em carteira, procedendo ao pagamento integral da dívida que tenham perante o Banco ou, alternativamente, podem vendê-las ao BES pelo custo de aquisição.

As acções detidas pelos trabalhadores no âmbito do SIBA estão contabilizadas como acções próprias, sendo este plano de incentivos enquadrável no âmbito do IFRS 2 –Pagamento com base em acções como um pagamento baseado em acções com liquidação física.

Para cada programa, os pagamentos baseados em acções com liquidação física, são avaliados na data da concessão e o justo valor reconhecido, ao longo da vida do programa, como um custo do exercício, com o correspondente aumento dos capitais próprios. Anualmente, o montante reconhecido como custo é ajustado de forma a reflectir o número actual de operações vivas.

Variações subsequentes no justo valor dos instrumentos de capital concedidos aos trabalhadores não são reconhecidas.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável

No primeiro semestre de 2008, na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES estabeleceu um sistema de incentivos denominado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Ao abrigo deste plano de incentivos, os colaboradores do BES têm o direito a um recebimento em dinheiro, no futuro, correspondente à apreciação do valor das acções do BES acima de um determinado preço pré-estabelecido (*strike price*). Para tal, os colaboradores têm de permanecer ao serviço do Banco por um período mínimo de 3 anos.

Este plano de pagamentos de remuneração variável enquadra-se no âmbito do IFRS 2 – Pagamento com base em acções e corresponde a um pagamento em dinheiro baseado em acções. O justo valor deste benefício, determinado na data da sua atribuição, é imputado a resultados, como custo com pessoal, ao longo do período de serviço dos 3 anos definido para o programa. O passivo resultante é reavaliado à data de cada balanço, sendo a variação de justo valor reconhecida em resultados na rubrica de lucros/prejuízos de operações financeiras.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

A Comissão de Vencimentos do BES definiu uma nova política de remuneração variável para os membros da Comissão Executiva. Nesse sentido foram instituídas duas formas de remuneração variável baseadas na atribuição de instrumentos financeiros: uma das modalidades consiste em atribuir aos beneficiários um pagamento em espécie em acções do BES, em três prestações anuais e sucessivas de igual montante; uma outra que consiste na atribuição de opções sobre acções do BES a serem executadas a médio prazo. O número de acções e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva será fixado pela Comissão de Vencimentos em 30 de Abril de cada ano com início no exercício de 2011.

No que respeita à modalidade de atribuição de acções do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das acções do BES na Euronext ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O Conselho de Administração do BES apresentou à Assembleia Geral de 6 de Abril de 2010 uma declaração sobre a política de remuneração variável dos dirigentes do BES que prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre acções do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os directores gerais, assessores do conselho de administração e os directores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras do IFRS 2, não existindo à data de 30 de Junho de 2010 qualquer registo sobre o programa em virtude de este apenas ser de primeira aplicação a partir de Abril de 2011.

Remunerações variáveis aos empregados e órgãos de administração (participação nos lucros)

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros) atribuídas aos empregados e aos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.15. Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.16. Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor actual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.17. Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respectivamente.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos activos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção. No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.18. Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um acto significativo, como por exemplo comissões na sindicacção de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o acto significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva.

2.19. Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.20. Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.21. Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.22. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1. Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos activos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição ou valor de mercado inferior ao valor de aquisição por um período superior a doze meses;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objectiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2. Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3. Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efectuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, excepto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para activos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os activos detidos até à maturidade são objecto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efectuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5. Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6. Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Juros e proveitos similares		
Juros de crédito	692 626	961 777
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	109 500	126 217
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	79 382	103 492
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	66 182	85 294
Juros de investimentos detidos até à maturidade	24 483	29 584
Juros de derivados para gestão de risco	371 827	349 392
Outros juros e proveitos similares	5 066	5 743
	1 349 066	1 661 499
Juros e custos similares		
Juros de responsabilidades representadas por títulos	325 182	289 499
Juros de recursos de clientes	146 428	249 663
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	129 478	177 622
Juros de derivados para gestão de risco	324 780	361 249
Juros de passivos subordinados	68 949	86 469
Outros juros e custos similares	1 072	-
	995 889	1 164 502
	353 177	496 997

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.17, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	106 614	67 007
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	8 474	60 620
	115 088	127 627

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	161 947	165 006
Por garantias prestadas	77 295	57 377
Por operações realizadas com títulos	3 809	3 053
Por compromissos perante terceiros	21 224	13 145
Outros rendimentos de serviços e comissões	39 942	39 572
	304 217	278 153
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	28 246	27 092
Por operações realizadas com títulos	5 282	5 183
Por garantias recebidas	25 615	15 709
Outros encargos com serviços e comissões	12 368	8 641
	71 511	56 625
	232 706	221 528

NOTA 7 – RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2010			30.06.2009		
	Proveltos	Custos	Total	Proveltos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	80 201	6 873	73 328	7 553	7 322	231
De outros emissores	12 435	12 947	(512)	7 186	22 006	(14 820)
Acções	228	5 592	(5 364)	691	14	677
Outros títulos de rendimento variável	763	5 319	(4 556)	2 498	1 016	1 482
	93 627	30 731	62 896	17 928	30 358	(12 430)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	726 973	835 092	(108 119)	1 124 541	1 137 868	(13 327)
Contratos sobre taxas de juro	2 088 007	2 145 947	(57 940)	2 881 481	2 892 617	(11 136)
Contratos sobre acções/índices	415 482	431 169	(15 687)	328 007	340 866	(12 859)
Contratos sobre créditos	164 399	164 237	162	188 095	190 996	(2 901)
Outros	221 958	224 125	(2 167)	123 907	92 260	31 647
	3 616 819	3 800 570	(183 751)	4 646 031	4 654 607	(8 576)
	3 710 446	3 831 301	(120 855)	4 663 959	4 684 965	(21 006)
Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De outros emissores	151 007	88 498	62 509	187 743	88 073	99 670
Acções	-	1 792	(1 792)	1 824	6	1 818
Outros títulos de rendimento variável	70 709	89 854	(19 145)	63 445	155 267	(91 822)
	221 716	180 144	41 572	253 012	243 346	9 666
Outros Activos financeiros ⁽¹⁾	69 926	79 086	(9 160)	12 752	9 462	3 290
Passivos financeiros ⁽¹⁾	94 277	102 673	(8 396)	191 489	137 969	53 520
	385 919	361 903	24 016	457 253	390 777	66 476
	4 096 365	4 193 204	(96 839)	5 121 212	5 075 742	45 470

(1) Inclui a variação de justo valor de activos/passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*

Em 30 de Junho de 2010, esta rubrica inclui um efeito positivo de 59 864 milhares de euros (30 de Junho de 2009: efeito positivo de 671 milhares de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

NOTA 8 – RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2010			30.06.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	13 652	18 237	(4 585)	2 449	-	2 449
De outros emissores	3 571	5 955	(2 384)	6 880	5 115	1 765
Acções	156 332	12 141	144 191	81 123	81 438	(315)
Outros títulos de rendimento variável	2 165	283	1 882	463	362	101
	175 720	36 616	139 104	90 915	86 915	4 000

Durante o primeiro semestre de 2010, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 22,5 milhões de acções da Bradesco e 96,0 milhões de acções do Citigroup, tendo obtido no conjunto uma mais valia de 146,1 milhões de euros.

As transacções com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 40.

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)					
	Período de seis meses findo em					
	30.06.2010			30.06.2009		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	587 001	588 539	(1 538)	592 375	684 921	(92 546)
	587 001	588 539	(1 538)	592 375	684 921	(92 546)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2.

NOTA 10 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Prestação de serviços diversos	7 026	7 436
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	9 737	9 047
Impostos directos e indirectos	(1 787)	(3 265)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(2 099)	(1 883)
Quotizações e donativos	(2 872)	(2 882)
Penalidades por incumprimentos contratuais	-	(4 281)
Perdas em contratos de recursos de clientes	(4 092)	(12 486)
Outros	962	(12 780)
	6 875	(21 094)

NOTA 11 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	
	30.06.2010	30.06.2009
Vencimentos e salários	145 146	135 561
Remunerações	142 924	134 144
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	2 222	1 417
Encargos sociais obrigatórios	23 223	23 837
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 12)	36 258	38 568
Outros custos	3 851	3 645
	208 478	201 611

Incluído em outros custos encontra-se o montante de 181 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 181 milhares de euros) relativo ao plano de incentivo baseado em acções (SIBA) e 1 693 milhares de euros relativos ao Plano de pagamento de remuneração variável – PPRV (30 de Junho de 2009: 1 759 milhares de euros), conforme política contabilística descrita na Nota 2.14. Os detalhes destes planos são analisados na Nota 12.

Em 30 de Junho de 2010, o número de colaboradores do Banco é de 6 943 (30 de Junho de 2009: 6 767).

NOTA 12 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Colectivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o sector bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no activo e admitido até 31 de Março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de Dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias acima referidas, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente, e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos	
	30.06.2010	31.12.2009
Pressupostos Financeiros		
Taxas de evolução salarial	3,25%	3,25%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
Taxas de rendimento do fundo	5,50%	6,00%
Taxa de desconto	5,50%	5,50%
Pressupostos Demográficos e Métodos de Avaliação		
Tábua de Mortalidade		
Homens		TV 73/77 (ajustada)
Mulheres		TV 88/90
Métodos de valorização actuarial		<i>Project Unit Credit Method</i>

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	30.06.2010	31.12.2009
Activos	5 881	5 867
Reformados e sobreviventes	5 595	5 587
TOTAL	11 476	11 454

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Activos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades com pensões de reforma		
Pensionistas	(1 282 233)	(1 262 402)
Activos	(737 579)	(698 319)
	(2 019 812)	(1 960 721)
Responsabilidades com benefícios de saúde		
Pensionistas	(69 293)	(67 861)
Activos	(39 232)	(36 911)
	(108 525)	(104 772)
Total das responsabilidades	(2 128 337)	(2 065 493)
Coberturas		
Saldo dos Fundos	2 043 049	2 137 129
Excesso de cobertura / valores a entregar ao fundo	(85 288)	71 636
Desvios actuariais diferidos	962 196	838 063
Regime transitório	49 318	56 990
Activos líquidos em balanço	926 226	966 689

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas actuariais semestralmente. Os activos líquidos com pensões encontram-se registados em Outros activos (ver Nota 28).

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respectivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2010			31.12.2009		
	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total	Pensões de reforma	Benefícios de saúde	Total
Responsabilidades no início do período	1 960 721	104 772	2 065 493	1 904 807	103 408	2 008 215
Custo do serviço corrente	16 681	990	17 671	35 978	2 016	37 994
Custo dos juros	52 300	2 801	55 101	105 985	5 754	111 739
Contribuições dos participantes	1 553	-	1 553	3 000	-	3 000
(Ganhos) e perdas actuariais no período:						
- Alteração de pressupostos	-	-	-	(40 107)	(2 197)	(42 304)
- (Ganhos) e perdas de experiência	38 238	2 886	41 124	50 894	1 622	52 516
Pensões/ benefícios pagos pelo fundo	(51 563)	(2 922)	(54 485)	(102 857)	(5 831)	(108 688)
Diferenças cambiais e outros	1 882	(2)	1 880	3 021	-	3 021
Responsabilidades no final do período	2 019 812	108 525	2 128 337	1 960 721	104 772	2 065 493

Em 30 de Junho de 2010, o acréscimo de 1% no valor das contribuições para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 16,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 16,1 milhões de euros) e um acréscimo no custo do exercício (custo do serviço corrente e custo dos juros) de 1,1 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 1,2 milhões de euros).

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo dos fundos no início do período	2 137 129	2 002 889
Rendimento real do fundo	(46 497)	204 613
Contribuições do Banco	3 698	32 104
Contribuições dos empregados	1 553	3 000
Pensões pagas pelo fundo	(54 485)	(108 688)
Diferenças cambiais e outros	1 651	3 211
Saldo dos fundos no final do período	2 043 049	2 137 129

Os activos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Acções	696 493	687 286
Obrigações	584 774	720 085
Imóveis	463 423	447 249
Outros	298 359	282 509
Total	2 043 049	2 137 129

Os activos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Acções	35 396	46 859
Obrigações	11 817	3 776
Imóveis	165 766	163 987
Total	212 979	214 622

Em 30 de Junho de 2010, as acções detidas pelos fundos de pensões correspondem a 10,9 milhões de acções do BES (31 de Dezembro de 2009: 10,3 milhões de acções).

As transacções do ano com o Fundo de pensões estão descritas na Nota 40.

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Desvios actuariais diferidos no início do período	838 063	960 942
(Ganhos) e perdas actuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	-	(42 304)
- (Ganhos) e perdas de experiência	143 490	(35 102)
Amortização do período	(19 355)	(45 471)
Outros	(2)	(2)
Desvios actuariais diferidos no final do período	962 196	838 063
Dos quais:		
Dentro do corredor	211 455	213 255
Dentro do corredor alargado	44 285	44 285
Fora do corredor	706 456	580 523

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	56 990	72 335
Amortização por reservas	(7 672)	(15 345)
Saldo no final do período	49 318	56 990

A evolução dos montantes do excesso de cobertura ou dos valores a entregar ao fundo pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Activos / (passivos) no início do período	71 636	(5 326)
Ganhos e (perdas) actuarias das responsabilidades	(41 124)	(10 212)
Ganhos e (perdas) actuariais dos fundos	(102 366)	87 618
Encargos do período:		
- Custo do serviço corrente	(17 671)	(37 994)
- Custo dos juros	(55 101)	(111 739)
- Rendimento esperado do fundo	55 869	116 995
Contribuições efectuadas no ano	3 698	32 104
Outros	(229)	190
Activos / (passivos) no final do período	(85 288)	71 636

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Custo do serviço corrente	17 671	37 994	19 357
Custo dos juros	55 101	111 739	56 305
Rendimento esperado do fundo	(55 869)	(116 995)	(60 527)
Amortização do período	19 355	45 471	23 487
Outros	-	-	(54)
Custos do período	36 258	78 209	38 568

A evolução dos activos/(responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
No início do período	966 689	1 027 951
Custo do período	(36 258)	(78 209)
Amortização do regime transitório (por reservas)	(7 672)	(15 345)
Contribuições pagas pelo Banco	3 698	32 104
Outros	(231)	188
No final do período	926 226	966 689

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

	(milhares de euros)				
	30.06.2010	31.12.2009	31.12.2008	31.12.2007	31.12.2006
Responsabilidades					
Pensões de reforma	(2 019 812)	(1 960 721)	(1 904 807)	(1 918 221)	(1 833 600)
Benefícios de saúde	(108 525)	(104 772)	(103 408)	(107 297)	(106 589)
	(2 128 337)	(2 065 493)	(2 008 215)	(2 025 518)	(1 940 189)
Saldo dos fundos	2 043 049	2 137 129	2 002 889	2 180 186	1 970 591
Responsabilidades (sub) / sobre financiadas	(85 288)	71 636	(5 326)	154 668	30 402
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades					
Pensões de reforma	38 238	50 894	23 994	43 061	2 916
Benefícios de saúde	2 886	1 622	53	(1 813)	(11 568)
(Ganhos) / Perdas de experiência decorrentes dos activos do fundo	102 366	(87 618)	712 145	(158 566)	(140 259)

SIBA

No exercício de 2000, o Banco estabeleceu um plano de incentivos baseado em acções (SIBA) o qual consiste na venda de acções do BES aos trabalhadores, com pagamento diferido por um prazo que pode variar de entre dois a quatro anos. Dentro deste prazo os empregados têm a obrigatoriedade de manter as acções, após o que (i) as podem vender no mercado, (ii) mantê-las em carteira, procedendo neste caso ao pagamento integral da dívida ao Banco ou (iii) vendê-las ao Banco pelo seu custo de aquisição.

As principais características do plano em vigor são como segue:

	Data expectável do fim do plano	Número de acções à data de início do plano	Preço médio de exercício (euros)	Número de acções à data de 30.06.2010 ⁽¹⁾	Cobertura por acções
Plano de 2004					
1º lote	Expirado (Dez-09)	541 599	13,54	-	-
2º lote	Dez-10	1 270 175	13,54	1 246 712	100%

⁽¹⁾ - Inclui as acções atribuídas no âmbito da incorporação de prémios de emissão relativo ao aumento de capital de 2006.

O movimento das acções subjacente aos planos em vigor durante período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi como segue:

	30.06.2010		31.12.2009	
	Número de acções	Valor (milhares de euros)	Número de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do período	1 276 261	25 083	2 479 081	29 838
Acções alienadas ⁽¹⁾	(29 549)	(112)	(1 202 820)	(4 755)
Saldo no início do período	1 246 712	24 971	1 276 261	25 083

⁽¹⁾ inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de venda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

Os pressupostos utilizados na valorização inicial do plano em vigor foram os seguintes:

	Plano 2004
Prazo	
1º lote	24 meses
2º lote	60 meses
Volatilidade	12%
Taxa de juro sem risco	
1º lote	3,04%
2º lote	3,22%
Dividendo	2,90%
Justo valor à data de início (milhares de euros)	2 305

O total de custos reconhecidos com os planos é como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Custos reconhecidos com os planos (ver Nota 11)	181	362	181

Os custos com os planos foram reconhecidos como Custos com pessoal por contrapartida de Outras reservas conforme política contabilística descrita na Nota 2.14.

Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV)

No exercício de 2008 e na sequência da decisão da Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, o BES e as suas subsidiárias estabeleceram um sistema de incentivos designado Plano de Pagamento de Remuneração Variável (PPRV – 2008/2010).

Este novo programa de incentivos consiste na atribuição do direito a receber uma remuneração variável que se encontra indexada à eventual valorização das acções BES entre a “data inicial de referência” e a “data final de referência”. Tal retribuição, em dinheiro, será apenas devida em caso de valorização das acções do BES. O PPRV não é um plano de atribuição de acções ou de opções sobre a aquisição de acções, não sendo atribuídos aos beneficiários quaisquer direitos inerentes a uma participação no capital social do BES.

O valor inicial do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos à data de início do PPRV	Após aumento de capital realizado em 2009 ^(a)
Data inicial de referência	02-Jun-2008	
Data final de referência	02-Jun-2011	
Direitos atribuídos ^{a)}	3 937 250	6 524 516
Preço de referência ^{a)}	11,00	6,64
Taxa de Juro	5,22%	
Volatilidade	33,5%	
Valor inicial do plano (mil euros)	9 821	

^{a)} Inclui o ajustamento do efeito de diluição decorrente do aumento de capital realizado durante o exercício de 2009

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.14, o justo valor inicial do PPRV, no valor de 9 821 milhares de euros, está a ser reconhecido em custos com pessoal durante o período que medeia entre a data inicial de referência e a data final de referência (3 anos). Nesta base o Banco reconheceu em custos com pessoal durante o primeiro semestre de 2010 o valor de 1 693 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 1 759 milhares de euros). A variação do justo valor ao longo do prazo do programa é reconhecida em lucros/prejuízos de operações financeiras.

O valor do passivo reconhecido no âmbito do programa é avaliado ao justo valor com referência ao final de cada mês, sendo o valor em 30 de Junho de 2010 de 3 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 310 milhares de euros).

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efectiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 30 de Junho de 2010, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 26 866 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 26 239 milhares de euros) (ver Nota 36). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 2 222 milhares de euros (30 de Junho de 2009: 1 417 milhares de euros).

Os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 13 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	30.06.2009
Rendas e alugueres	25 457	26 132
Publicidade e publicações	16 017	15 712
Comunicações e expedição	14 060	14 990
Conservação e reparação	6 927	6 262
Deslocações e representação	11 549	9 679
Água, energia e combustíveis	4 299	4 169
Transporte de valores	4 006	4 550
Material de consumo corrente	2 311	2 666
Serviços Informáticos	27 863	26 625
Mão-de-obra eventual	2 740	2 330
Trabalho independente	2 815	2 619
Sistema electrónico de pagamentos	6 479	6 057
Estudos e consultas	7 157	4 677
Judiciais, contencioso e notariado	10 164	5 966
Consultores e auditores externos	1 824	1 766
Segurança e vigilância	1 875	1 817
Outros custos	27 095	26 722
	172 638	162 739

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, segurança e vigilância, formação, tratamento de valores e custos com serviços prestados pelo Agrupamento Complementar de Empresas (ACE).

NOTA 14 – RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em	Período de seis meses findo em
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco	138 435	368 845	94 055
Número médio ponderado de acções ordinárias emitidas (milhares)	1 166 667	1 000 000	833 333
Número médio ponderado de acções próprias em carteira (milhares)	1 253	1 826	2 265
Número médio de acções ordinárias em circulação (milhares)	1 165 414	998 174	831 068
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas do Banco (em euros)	0,12	0,37	0,11

Resultados por acção diluídos

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos, na medida em que as acções subjacentes ao SIBA não têm um efeito diluidor.

NOTA 15 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Caixa	129 175	190 559
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	755 262	903 336
Outros bancos centrais	439 783	592 128
	1 195 045	1 495 464
	1 324 220	1 686 023

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 592 598 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 632 635 milhares de euros), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 2818/98 do Banco Central Europeu, de 1 de Dezembro de 1998, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 30 de Junho de 2010 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 1,00% (31 de Dezembro de 2009: 1,25%).

NOTA 16 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	141 178	210 757
Depósitos à ordem	<u>31 699</u>	<u>26 920</u>
	<u>172 877</u>	<u>237 677</u>
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	<u>51 230</u>	<u>84 620</u>
	<u>51 230</u>	<u>84 620</u>
	<u>224 107</u>	<u>322 297</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 17 – ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Activos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Activos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	2 742 497	1 747 830
De outros emissores	9 306	34 726
Acções	7 107	6 354
	<u>2 758 910</u>	<u>1 788 910</u>
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 892 481	1 555 194
	<u>4 651 391</u>	<u>3 344 104</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	<u>1 911 440</u>	<u>1 361 876</u>

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objectivo de serem transaccionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 39.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)					
	30.06.2010			31.12.2009		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
	Activo	Passivo		Activo	Passivo	
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 238 471			875 375		
- vendas	1 208 319	49 645	18 922	860 461	14 623	5 266
Currency Swaps						
- compras	3 855 519			1 262 337		
- vendas	3 760 801	12 130	11 549	1 255 848	2 179	1 740
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	1 667 157			1 389 753		
- vendas	1 635 481	46 939	28 039	1 371 121	196 852	186 844
Currency Options	5 110 681	126 456	191 100	4 892 554	123 536	122 009
	18 476 429	235 170	249 610	11 907 449	337 190	315 859
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	1 320 000	128	52	215 188	16	58
Interest Rate Swaps	49 229 336	1 343 699	1 168 465	49 148 390	1 032 882	823 089
Swaption - Interest Rate Options	3 151 749	6 983	112 449	2 803 335	12 835	11 678
Interest Rate Caps & Floors	5 604 777	55 957	36 335	7 029 307	61 596	31 514
Interest Rate Futures	-	-	-	5 000	-	-
Future Options	32 077 253	-	-	16 035	-	-
	91 383 115	1 406 767	1 317 301	59 217 255	1 107 329	866 339
Contratos sobre acções/índices						
Equity / Index Swaps	767 322	34 156	81 672	732 000	30 588	72 636
Equity / Index Options	4 273 355	167 010	208 638	1 213 114	45 550	75 447
Equity / Index Futures	208 120	-	-	63 851	-	-
Future Options	2 348 830	-	-	153 984	-	-
	7 597 627	201 166	290 310	2 162 949	76 138	148 083
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	3 195 003	49 378	54 219	2 801 518	34 537	31 595
Total	120 652 174	1 892 481	1 911 440	76 089 171	1 555 194	1 361 876

NOTA 18 – OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De outros emissores	775 885	735 653
Acções	12 395	12 818
Outros títulos	724 871	174 087
Valor de balanço	1 513 151	922 558

A opção do Banco para designar estes activos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

NOTA 19 – ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	507 034	1 674	(12 228)	-	496 480
De outros emissores	6 585 133	11 046	(42 061)	(12 263)	6 541 855
Acções	451 726	186 917	(12 567)	(66 050)	560 026
Outros títulos de rendimento variável	729 852	12 723	(15 021)	(32 280)	695 274
Saldo a 30 de Junho de 2010	8 273 745	212 360	(81 877)	(110 593)	8 293 635
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	326 885	466	(29)	-	327 322
De outros emissores	5 200 106	9 340	(21 902)	(11 826)	5 175 718
Acções	832 395	313 604	(43 883)	(66 404)	1 035 712
Outros títulos de rendimento variável	659 620	10 403	(8 826)	(25 489)	635 708
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	7 019 006	333 813	(74 640)	(103 719)	7 174 460

⁽¹⁾ Custo de aquisição no que se refere a acções e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 39.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	103 719	89 334	76 818
Dotações	3 094	12 059	9 175
Utilizações	(2 200)	(19 480)	(6 390)
Reversões	(1 652)	-	(298)
Diferenças de câmbio e outras ^{a)}	7 632	21 806	10 029
Saldo final	110 593	103 719	89 334

^{a)} Em 31 de Dezembro de 2009 inclui 21 214 milhares de euros relacionados com a conversão de operações de crédito em títulos.

As principais posições em acções, com referência a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, são as seguintes:

Descrição	(milhares de euros)				
	30.06.2010				
	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
Positiva		Negativa			
Banco Bradesco	229 695	166 194	-	-	395 889
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	6 029	-	(682)	7 827
	232 175	172 223	-	(682)	403 716

Descrição	(milhares de euros)				
	31.12.2009				
	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
Positiva		Negativa			
Banco Bradesco	365 904	286 129	-	-	652 033
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 480	7 309	-	(682)	9 107
	368 384	293 438	-	(682)	661 140

Durante o primeiro semestre de 2010 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 22,5 milhões de acções do Banco Bradesco, tendo registado uma mais-valia de cerca de 107,5 milhões de euros (ver Nota 8).

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, as menos valias das principais exposições em activos financeiros disponíveis para venda encontravam-se registadas nas reservas de justo valor, uma vez que não cumpriam os critérios de julgamento para reconhecimento de imparidade, nomeadamente não apresentavam desvalorizações superiores a 30% face ao valor de aquisição, nem se verificavam valores de mercado inferiores ao valor de aquisição por um período superior a doze meses.

NOTA 20 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Aplicações em instituições de crédito no país		
Empréstimos	99 489	87 576
Mercado monetário interbancário	46 309	52 868
Depósitos	2 134 988	5 497 217
Aplicações de muito curto prazo	57 380	89 197
Outras aplicações	75 178	67 459
	2 413 344	5 794 317
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	6 653 765	4 265 923
Aplicações de muito curto prazo	262 561	832 960
Empréstimos	990 513	1 100 256
Outras aplicações	55 433	55 339
	7 962 272	6 254 478
Perdas por imparidade	(30)	(256)
	10 375 586	12 048 539

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 30 de Junho, venciam juros à taxa média anual de 1,36% (31 de Dezembro de 2009: 1,44%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

Em 30 de Junho de 2010, o saldo da rubrica Depósitos em instituições de crédito no país incluía depósitos no Sistema Europeu de Bancos Centrais no valor de 425 milhares de euros (em 31 de Dezembro de 2009: 3 750 705).

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	256	28	141
Dotações	35	270	19
Reversões	(280)	(42)	(142)
Diferenças de câmbio e outras	19	-	10
Saldo final	30	256	28

NOTA 21 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 150 221	5 091 059
Empréstimos	12 157 447	11 442 944
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	562 508	677 059
<i>Factoring</i>	1 534 825	1 551 064
Descobertos	109 162	51 422
Locação financeira	3 227 989	3 235 795
Outros créditos	166 380	110 269
A particulares		
Habitação	8 180 321	7 765 135
Consumo e outros	2 255 221	2 313 831
	33 344 074	32 238 578
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	4 882 435	4 412 759
Créditos em conta corrente	1 416 680	1 212 537
Descobertos	51 542	25 587
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	177 015	197 426
Locação financeira	232 872	250 012
<i>Factoring</i>	49 498	50 929
Outros créditos	1 331 800	1 385 685
A particulares		
Habitação	359 183	387 680
Consumo e outros	324 112	302 182
	8 825 137	8 224 797
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	83 033	72 641
De 3 meses a 1 ano	236 850	281 432
De 1 a 3 anos	438 331	341 322
Há mais de 3 anos	186 177	156 333
	944 391	851 728
	43 113 602	41 315 103
Perdas por imparidade	(991 572)	(935 942)
	42 122 030	40 379 161

Em 30 de Junho de 2010, o crédito vivo inclui 4 038 230 milhares de euros de crédito à habitação afectos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de Dezembro de 2009: 4 053 833 milhares de euros) (ver Nota 32).

Em Fevereiro de 2010, o BES efectuou, em conjunto com o BES Investimento e o ES Venétié, uma operação de securitização de Leverage Finance, no valor global de 516 milhões de euros, dos quais 386 milhões de euros foram cedidos pelo BES.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no activo como correcção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	935 942	767 402	627 514
Dotações	175 072	228 661	189 868
Utilizações	(45 878)	(38 777)	(36 710)
Reversões	(74 275)	(4 597)	(7 653)
Diferenças de câmbio e outras ^(a)	711	(16 747)	(5 617)
Saldo final	991 572	935 942	767 402

^(a) Em 31 de Dezembro de 2009 inclui 21 214 milhares de euros relacionados com a conversão de operações de crédito em títulos.

Em 30 de Junho de 2010 o crédito vivo inclui 94 716 milhares de euros de crédito renegociado (31 de Dezembro de 2009: 102 658 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, o Banco tem, em 30 de Junho de 2010, 509 992 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de Dezembro de 2009: 477 270 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 33).

NOTA 22 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	241 502	238 498
De outros emissores	1 742 709	1 830 658
	1 984 211	2 069 156
Perdas por imparidade	(61 515)	(34 209)
	1 922 696	2 034 947

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	34 209	6 426	-
Dotações	56 570	41 815	6 426
Utilizações	(4 809)	(8 140)	-
Reversões	(23 623)	(4 899)	-
Diferenças de câmbio e outros	(832)	(993)	-
Saldo final	61 515	34 209	6 426

Durante o primeiro semestre de 2010 e o exercício de 2009, o Banco não procedeu a transferências para ou desta categoria de activos.

NOTA 23 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010			31.12.2009		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão de risco						
Derivados para gestão de risco - Activo	492 180	181 600	673 780	445 822	134 073	579 895
Derivados para gestão de risco - Passivo	(266 402)	(94 745)	(361 147)	(246 767)	(123 571)	(370 338)
	225 778	86 855	312 633	199 055	10 502	209 557
Componente de justo valor dos Activos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Activos financeiros						
Aplicações em instituições de crédito	-	86	86	-	225	225
Crédito a clientes	3 071	25 392	28 463	2 562	19 483	22 045
	3 071	25 478	28 549	2 562	19 708	22 270
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	(37 828)	70 920	33 092	(22 888)	56 170	33 282
Recursos de clientes	(5 001)	(15 847)	(20 848)	(5 549)	8 168	2 619
Débitos representados por títulos	(62 813)	(10 026)	(72 839)	(71 107)	(8 454)	(79 561)
Passivos subordinados	(8 675)	-	(8 675)	2 566	-	2 566
	(114 317)	45 047	(69 270)	(96 978)	55 884	(41 094)
	(111 246)	70 525	(40 721)	(94 416)	75 592	(18 824)

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objectivo de efectuar a cobertura económica de determinados activos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

As variações de justo valor associadas aos activos e passivos acima descritas e os respectivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 30 de Junho de 2010, a parte inefectiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 7,5 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: custo de 5,9 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efectividade das relações de cobertura existentes.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, ascende em 30 de Junho de 2010 a 125 389 milhares de euros de proveitos em termos acumulados (31 de Dezembro de 2009: 65 525 milhares de euros de proveitos) e 59 864 milhares de euros de proveitos gerados no período (31 de Dezembro de 2009: 38 800 milhares de euros de custos).

NOTA 24 – ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Activos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	441 258	396 449
Equipamento	1 520	2 063
Outras imobilizações	8 450	-
	451 228	398 512
Perdas por imparidade	(60 153)	(49 772)
	391 075	348 740

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 30 de Junho de 2010, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 36 729 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 35 558 milhares de euros), tendo o Banco registado uma perda por imparidade no valor de 9 544 milhares de euros para estes activos (31 de Dezembro de 2009: 8 764 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	49 772	37 583	31 377
Dotações	18 715	22 318	11 749
Utilizações	(8 128)	(10 107)	(5 521)
Reversões	(206)	(15)	(22)
Diferenças de câmbio e outras	-	(7)	-
Saldo final	60 153	49 772	37 583

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante o primeiro semestre de 2010 e o exercício de 2009 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo inicial	398 512	279 257
Entradas	152 118	361 201
Vendas	(100 318)	(242 511)
Outros movimentos	916	565
Saldo final	451 228	398 512

NOTA 25 – OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Imóveis		
De serviço próprio	311 899	312 675
Beneficiações em edifícios arrendados	210 627	212 280
	522 526	524 955
Equipamento		
Equipamento informático	253 340	251 827
Instalações interiores	120 737	120 400
Mobiliário e material	104 300	103 206
Equipamento de segurança	31 724	31 284
Máquinas e ferramentas	30 673	30 616
Material de transporte	1 942	1 930
Outros	373	372
	543 089	539 635
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	1 826	1 604
Imóveis	2 660	953
Equipamento	2 815	2 911
Outros	126	258
	7 427	5 726
	1 073 042	1 070 316
Depreciação acumulada	(685 466)	(667 381)
	387 576	402 935

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	501 433	516 047	25 687	1 043 167
Adições	166	5 197	12 373	17 736
Abates / vendas	(568)	(2 278)	-	(2 846)
Transferências (a)	(1 142)	3 104	(7 186)	(5 224)
Variação cambial	12	83	33	128
Saldo a 30 de Junho de 2009	499 901	522 153	30 907	1 052 961
Adições	1 173	10 722	8 644	20 539
Abates / vendas	(1 564)	(811)	-	(2 375)
Transferências (b)	25 451	7 700	(33 844)	(693)
Variação cambial	(6)	(129)	19	(116)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	524 955	539 635	5 726	1 070 316
Adições	143	4 174	6 770	11 087
Abates / vendas	(3 505)	(3 417)	-	(6 922)
Transferências (c)	920	2 324	(4 936)	(1 692)
Variação cambial	13	373	(133)	253
Saldo a 30 de Junho de 2010	522 526	543 089	7 427	1 073 042
Depreciações				
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	231 666	400 267	-	631 933
Amortizações do período	7 532	13 579	-	21 111
Abates / vendas	(568)	(2 272)	-	(2 840)
Transferências (a)	(1 113)	(80)	-	(1 193)
Variação cambial	3	76	-	79
Saldo a 30 de Junho de 2009	237 520	411 570	-	649 090
Amortizações do período	7 485	13 839	-	21 324
Abates / vendas	(1 564)	(808)	-	(2 372)
Transferências (b)	(515)	(18)	-	(533)
Variação cambial	-	(128)	-	(128)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	242 926	424 455	-	667 381
Amortizações do período	9 692	15 457	-	25 149
Abates / vendas	(3 505)	(3 396)	-	(6 901)
Transferências (c)	(504)	(17)	-	(521)
Variação cambial	2	356	-	358
Saldo a 30 de Junho de 2010	248 611	436 855	-	685 466
Saldo líquido a 30 de Junho de 2010	273 915	106 234	7 427	387 576
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	282 029	115 180	5 726	402 935
Saldo líquido a 30 de Junho de 2009	262 381	110 583	30 907	403 871

(a) Inclui 5 224 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 1 193 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(b) Inclui 693 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 533 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

(c) Inclui 1 692 milhares de euros de imobilizado (imóveis e equipamento) e 521 milhares de euros de amortizações acumuladas referente a balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para as adequadas rubricas de balanço

NOTA 26 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	<u>29 040</u>	<u>27 149</u>
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	<u>480 351</u>	<u>475 484</u>
Imobilizações em curso	<u>36 480</u>	<u>26 359</u>
	<u>545 871</u>	<u>528 992</u>
Amortização acumulada	(440 913)	(424 004)
	<u>104 958</u>	<u>104 988</u>

Nos activos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	464 100	20 171	484 271
Adições:			
Geradas internamente	-	3 747	3 747
Adquiridas a terceiros	697	9 113	9 810
Transferências	9 685	(9 685)	-
Variação cambial	(1)	8	7
Saldo a 30 de Junho de 2009	474 481	23 354	497 835
Adições:			
Geradas internamente	-	4 870	4 870
Adquiridas a terceiros	6 433	19 862	26 295
Transferências	21 719	(21 719)	-
Variação cambial	-	(8)	(8)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	502 633	26 359	528 992
Adições:			
Geradas internamente	-	4 440	4 440
Adquiridas a terceiros	1 003	11 501	12 504
Abates / vendas	(79)	-	(79)
Transferências	5 820	(5 820)	-
Variação cambial	14	-	14
Saldo a 30 de Junho de 2010	509 391	36 480	545 871
Amortizações			
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	392 739	-	392 739
Amortizações do período	15 449	-	15 449
Saldo a 30 de Junho de 2009	408 188	-	408 188
Amortizações do período	15 819	-	15 819
Variação cambial	(3)	-	(3)
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	424 004	-	424 004
Amortizações do período	16 894	-	16 894
Variação cambial	15	-	15
Saldo a 30 de Junho de 2010	440 913	-	440 913
Saldo líquido a 30 de Junho de 2010	68 478	36 480	104 958
Saldo líquido a 31 de Dezembro de 2009	78 629	26 359	104 988
Saldo líquido a 30 de Junho de 2009	66 293	23 354	89 647

NOTA 27 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	30.06.2010				31.12.2009			
	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de acções	Participação directa no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 013 303	57.52%	5.00	9 653	2 013 303	57.52%	5.00	9 653
BES FINANCE	100 000	100.00%	1.00	25	100 000	100.00%	1.00	25
BES ORIENTE	199 500	99.75%	101.61	21 341	199 500	99.75%	86.91	21 341
BES ANGOLA	8 856 548	51.94%	8.14	61 353	8 856 548	51.94%	6.94	61 353
BES-VIDA	24 999 800	50.00%	5.00	474 996	24 999 800	50.00%	5.00	474 996
BESI	36 000 000	100.00%	5.00	269 834	36 000 000	100.00%	5.00	269 834
BESNAC	1 000	100.00%	0.81	36	1 000	100.00%	0.69	36
BEST	20 181 680	32.03%	1.00	20 182	20 181 680	32.03%	1.00	20 182
AVISTAR	100 000 000	100.00%	1.00	100 000	100 000 000	100.00%	1.00	100 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100.00%	1.00	224 197	10 200 000	100.00%	1.00	224 197
CÉNTIMO	500 000	100.00%	1.00	925	500 000	100.00%	1.00	925
E.S. BANK	6 377 050	98.45%	4.07	71 027	6 377 050	98.45%	3.46	71 027
E.S. PLC	29 997	99.99%	5.00	38	29 997	99.99%	5.00	38
BES SEGUROS	749 800	24.99%	5.00	3 749	749 800	24.99%	5.00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100.00%	1.00	65 000	65 000 000	100.00%	1.00	65 000
ESAF SGPS	1 645 000	70.00%	5.00	8 205	1 645 000	70.00%	5.00	8 205
ESCLINC	100	100.00%	6 613.92	786	100	100.00%	5 633.72	786
ES CONCESSÕES	390 000	40.96%	5.00	19 794	390 000	40.96%	5.00	19 794
ESEGUR	242 000	44.00%	5.00	9 634	242 000	44.00%	5.00	9 634
ESGEST	20 000	100.00%	5.00	100	20 000	100.00%	5.00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	99.99%	0.45	39	49 995	99.99%	0.39	39
ESUMÉDICA	74 700	24.90%	5.00	395	74 700	24.90%	5.00	395
EUROP ASSISTANCE	345 000	23.00%	5.00	1 147	345 000	23.00%	5.00	1 147
FIDUPPRIVATE	6 190	24.76%	5.00	31	6 190	24.76%	5.00	31
LOCARENT	525 000	50.00%	5.00	2 967	525 000	50.00%	5.00	2 967
QUINTA DOS CÓNEGOS	599 400	81.00%	5.00	4 893	599 400	81.00%	5.00	4 893
PARSUNI	1	100.00%	5 000.00	5	1	100.00%	5 000.00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	22.50%	152.45	2 401	15 750	22.50%	152.45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100.00%	25 000.00	365 025	1	100.00%	25 000.00	365 025
ES SERVICIOS	13 998	99.98%	1.50	4 015	13 998	99.98%	1.50	4 015
ESAF ESPANHA	500	50.00%	1 000.00	33 515	500	50.00%	1 000.00	33 515
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100.00%	4.99	27 724	3 185 000	100.00%	4.99	27 724
OBLOG	199 900	66.63%	5.00	-	199 900	66.63%	5.00	-
BES ÁFRICA	2 620 000	100.00%	5.00	13 100	10 000	100.00%	5.00	50
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20.00%	1 000.00	5 275	5 275	20.00%	1 000.00	5 275
AMAN BANK	4 000 802	40.00%	6.20	40 269	-	-	-	-
UNICRE-AM	350 031	17.50%	5.00	11 497	-	-	-	-
Outros				131				132
				1 873 304				1 808 490
Perdas por imparidade				(107 892)				(107 892)
				1 765 412				1 700 598

No decorrer do primeiro semestre de 2010, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- Em Abril de 2010, a BES África aumentou o capital de 50 milhares de euros para 13 100 milhares de euros, tendo o Banco subscrito a totalidade das 2 610 000 acções emitidas;
- Em Abril de 2010, o BES adquiriu 40% do capital social do Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company (Aman Bank), banco privado com sede em Trípoli, na Líbia, tendo realizado um investimento de 40,3 milhões de euros;
- Em Junho de 2010, o Banco adquiriu 8,41% da UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A., passando a deter 17,50%.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	107 892	109 272	109 272
Dotações	-	21 161	-
Utilizações	-	(3 500)	-
Reversões	-	(19 041)	-
Saldo final	107 892	107 892	109 272

NOTA 28 – OUTROS ACTIVOS

A rubrica Outros activos a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Devedores e outras aplicações		
Cauções prestadas pela realização de contratos de futuros	37 903	30 638
Outras contas caução	626 190	479 089
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	38 518	34 168
Suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados	165 527	155 946
Sector público administrativo	105 187	83 731
Outros devedores diversos	1 428 672	1 313 873
	<u>2 401 997</u>	<u>2 097 445</u>
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(5 517)	(3 132)
	<u>2 396 480</u>	<u>2 094 313</u>
Outros activos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	12 553	12 719
Outros activos	63 679	2 742
	<u>76 232</u>	<u>15 461</u>
Proveitos a receber	32 808	55 613
Despesas com custo diferido	137 954	145 826
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	52 995	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	171 750	46 277
Outras operações a regularizar	1 304	-
	<u>226 049</u>	<u>46 277</u>
Pensões de reforma (ver Nota 12)	926 226	966 689
	<u>3 795 749</u>	<u>3 324 179</u>

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os suprimentos, prestações suplementares e activos subordinados incluem 110 000 milhares de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A..

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Outros devedores diversos inclui 1 250 000 milhares de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA.

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 56 705 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 64 939 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Sector Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida activa remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar reflectem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)		
	Período de seis meses findo em		
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2009
Saldo inicial	3 132	698	4 166
Dotações	-	2 519	5
Utilizações	-	(91)	(3 473)
Reversões	-	-	(5)
Outros	2 385	6	5
Saldo final	5 517	3 132	698

NOTA 29 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	131 692	5 438
Outros recursos	6 600 000	2 000 000
	6 731 692	2 005 438
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	1 812 290	1 373 076
	1 812 290	1 373 076
	8 543 982	3 378 514

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais – Outros recursos, no valor de 6 600 milhões de euros e 2 000 milhões de euros, respectivamente, encontrava-se colateralizado por títulos da carteira de activos financeiros disponíveis para venda (ver Nota 39).

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 862 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola (31 de Dezembro de 2009: 1 083 milhões de euros).

NOTA 30 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
No país		
Depósitos	579 837	394 577
Recursos a muito curto prazo	238 207	53 987
Outros recursos	2 304	1 362
	820 348	449 926
No estrangeiro		
Depósitos	10 908 534	8 223 230
Empréstimos	1 624 050	1 769 433
Recursos a muito curto prazo	978 391	701 321
Operações com acordo de recompra	361 740	395 560
Outros recursos	111 240	21 397
	13 983 955	11 110 941
	14 804 303	11 560 867

NOTA 31 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	6 182 929	6 245 431
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	13 172 923	13 018 088
Outros	174 831	617 070
	13 347 754	13 635 158
Depósitos de poupança		
Reformados	41 919	55 700
Outros	1 981 684	1 815 999
	2 023 603	1 871 699
Outros recursos	848 202	841 887
	22 402 488	22 594 175

NOTA 32 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Certificados de depósitos	4 813 297	8 274 331
Euro Medium Term Notes	6 221 413	7 671 782
Obrigações ^{a)}	4 531 823	4 912 367
Obrigações hipotecárias	3 600 204	3 649 359
Outras responsabilidades	346 396	477 079
	19 513 133	24 984 918

a) Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, inclui 1 548 e 1 565 milhões de euros de obrigações emitidas com garantia do Estado Português, respectivamente.

No exercício de 2009, o Banco procedeu à emissão de obrigações no valor de 1 500 milhões de euros garantidas pelo Estado Português.

No exercício de 2009, o Banco procedeu à emissão de obrigações hipotecárias no valor de 1 000 milhões de euros no âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros.

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais activos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos nºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

As características destas emissões são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating
BES Obrigações hipotecárias 25/01/2011	1 250 000	1 295 652	25-01-2008	25-01-2011	Anual	4,375%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2010	1 250 000	1 318 137	21-07-2008	21-07-2010	Anual	5,50%	AAA
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	986 415	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	AAA

O valor dos créditos que contragarantem esta emissão, em 30 de Junho de 2010, ascende a 4 038 230 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 4 053 833 milhares de euros) (ver Nota 21).

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2010 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2009	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 30.06.2010
Certificados de depósitos	8 274 331	-	(3 463 208) ^{b)}	-	2 174	4 813 297
<i>Euro Medium Term Notes</i> (EMTN)	7 671 782	900 000	(2 200 000)	(107 882)	(42 487)	6 221 413
Obrigações	4 912 367	-	(281 623)	(211 361)	112 440	4 531 823
Obrigações hipotecárias	3 649 359	-	-	(21 955)	(27 200)	3 600 204
Outras responsabilidades	477 079	-	(129 505)	-	(1 178)	346 396
	24 984 918	900 000	(6 074 336)	(341 198)	43 749	19 513 133

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

^{b)} No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos

As emissões ocorridas no primeiro semestre de 2010 de Euro Medium Term Notes, são como segue:

		30.06.2010			
Entidade	Descrição	Moeda	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES - Sede	BES DUE 3,875%	EUR	737 728	2015	Taxa fixa 3,875%
BES - Sede	BES DUE MAR.12	EUR	150 017	2012	Euribor 3 Meses + 0,94%

NOTA 33 – PROVISÕES

A 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	(milhares de euros)			
	Provisão para riscos gerais de crédito	Provisão para reestruturação	Outras provisões	Total
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	427 872	7 536	106 413	541 821
Dotações / (reposições)	54 693	-	11 400	66 093
Utilizações	(183)	(4 851)	-	(5 034)
Diferenças de câmbio e outras	(33)	-	3	(30)
Saldo a 30 de Junho de 2009	482 349	2 685	117 816	602 850
Dotações / (reposições)	750	-	30 327	31 077
Utilizações	-	(1 156)	233	(923)
Transferências	(17 272)	-	-	(17 272)
Diferenças de câmbio e outras	11 443	-	(1)	11 442
Saldo a 31 de Dezembro de 2009	477 270	1 529	148 375	627 174
Dotações / (reposições)	31 344	-	15 098	46 442
Utilizações	-	(136)	(7 942)	(8 078)
Diferenças de câmbio e outras	1 378	-	(2 360)	(982)
Saldo a 30 de Junho de 2010	509 992	1 393	153 171	664 556

As Outras provisões, cujo valor ascende a 153,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 148,4 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de acções do Banco Boavista Interatlântico, por acções do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 61,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 56,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 23,7 milhões de euros em 30 de Junho de 2010 (31 de Dezembro de 2009: 24,0 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 57,7 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 55,7 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 10,6 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 12,0 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da actividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 34 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito à tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama. O cálculo do imposto corrente e diferido do exercício de 2009 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). O imposto corrente e diferido relativo ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.

As declarações de autoliquidação do Banco ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 30 de Junho de 2010 e em 31 de Dezembro de 2009 podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)					
	Activo		Passivo		Líquido	
	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009	30.06.2010	31.12.2009
Instrumentos financeiros	55 408	39 482	(108 747)	(121 823)	(53 339)	(82 341)
Crédito a clientes	235 234	199 694	-	-	235 234	199 694
Outros activos tangíveis	-	-	(9 325)	(11 498)	(9 325)	(11 498)
Activos intangíveis	112	111	-	-	112	111
Investimentos em subsidiárias e associadas	14 480	29 594	(9 353)	(8 547)	5 127	21 047
Provisões	26 925	24 095	-	-	26 925	24 095
Pensões	20 390	19 952	(44 920)	(42 867)	(24 530)	(22 915)
SAMS	6 791	16 996	-	-	6 791	16 996
Prémios de antiguidade	7 791	6 953	-	-	7 791	6 953
Outros	4 241	-	(4 131)	(374)	110	(374)
Activo/(passivo) por imposto diferido	371 372	336 877	(176 476)	(185 109)	194 896	151 768

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo inicial	151 768	115 038
Reconhecido em resultados	29 749	83 039
Reconhecido em reservas de justo valor	11 276	(54 686)
Reconhecido em outras reservas	1 422	8 623
Varição cambial e outros	681	(246)
Saldo no final (Activo/(Passivo))	194 896	151 768

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 30 de Junho de 2010 e de 31 de Dezembro de 2009 teve as seguintes origens:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros	(17 726)	(11 276)	(13 044)	54 686
Crédito a clientes	(35 540)	-	(55 169)	-
Outros activos tangíveis	(2 173)	-	568	-
Activos intangíveis	(1)	-	47	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	15 920	-	(3 059)	-
Provisões	(2 830)	-	(7 413)	-
Pensões	3 606	(1 991)	(6 818)	(3 639)
SAMS	10 602	(397)	(709)	(1 452)
Prémios de antiguidade	(838)	-	(178)	-
Outros	(769)	966	2 736	(3 532)
Impostos Diferidos	(29 749)	(12 698)	(83 039)	46 063
Impostos Correntes	13 690	-	149 068	1
Total de imposto reconhecido	(16 059)	(12 698)	66 029	46 064

A 31 de Dezembro de 2009, o imposto corrente reconhecido em reservas inclui (i) proveito de 1 766 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital, e (ii) custos de 1671 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 96 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções. No período findo em 30 de Junho de 2010, os impostos correntes reconhecidos em reservas tiveram um valor nulo, decorrente das seguintes componentes: (i) proveito de 966 milhares de euros relativos ao custo incorrido com o aumento de capital realizado em 2009, e (ii) custos de 914 milhares de euros relativos a pensões de reforma e 52 milhares de euros relativos ao plano de incentivos baseado em acções.

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		122 376		434 874
Taxa de imposto	29,0		26,5	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		35 489		115 242
Dividendos excluídos de tributação	(14,2)	(17 414)	(12,1)	(52 554)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	1,2	1 474	(1,1)	(4 961)
Mais-valias não tributadas	(19,9)	(24 342)	(4,4)	(19 306)
Custos não dedutíveis	2,0	2 430	4,5	19 769
Fundo de pensões	1,2	1 516	1,2	5 251
Efeito da introdução da taxa de derrama estadual	(13,9)	(17 001)	-	-
Outros	1,5	1 789	0,6	2 588
Imposto do período	(13,1)	(16 059)	15,2	66 029

NOTA 35 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Obrigações	740 050	746 760
Empréstimos	2 376 914	2 657 970
Obrigações perpétuas	15 010	15 012
	3 131 974	3 419 742

O movimento ocorrido durante o primeiro semestre de 2010 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2009	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^(a)	Saldo em 30.06.2010
Obrigações	746 760	-	-	-	(6 710)	740 050
Empréstimos	2 657 970	-	(300 000)	-	18 944	2 376 914
Obrigações perpétuas	15 012	-	-	-	(2)	15 010
	3 419 742	-	(300 000)	-	12 232	3 131 974

^{a)} Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correcções por operações de cobertura, correcções de justo valor e variação cambial

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

Designação	Moeda	Data de emissão	30.06.2010		Taxa de juro actual	Maturidade	
			Valor de emissão	Valor de balanço			
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	500 000	503 199	6,63%	2012	a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2002	400 000	402 609	6,25%	2011	
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	500 000	533 350	4,51%	2014	a)
Empréstimos Subordinados	EUR	2003	310 000	325 286	5,59%	2014	
Empréstimos Subordinados	EUR	2004	200 000	210 750	5,39%	2014	
Empréstimos Subordinados	EUR	2006	12 200	12 856	5,39%	2014	
Empréstimos Subordinados	JPY	2005	213 068	284 374	3,95%	2015	
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 033	Euribor 3M + 1%	2018	
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	80 000	84 456	5,50%	-	
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	25 107	Euribor 6M + 1,25%	2014	
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	24 331	Euribor 3M + 1%	2018	
Obrigações Subordinadas	EUR	2001	7 000	503	Euribor 6M + 1,25%	2011	
Obrigações Subordinadas Perpétuas	EUR	2005	15 011	15 011	Euribor 3M + 2,25%	2015	a)
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	640 048	Euribor 3M + 1%	2019	
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 061	Euribor 3M + 1,05%	2018	
			3 012 268	3 131 974			

a) data da call option

NOTA 36 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 30 de Junho de 2010 e a 31 de Dezembro de 2009 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010	31.12.2009
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	33 218	30 788
Cauções recebidas pela realização de contratos de futuros	31 933	27 734
Contas caução	128 836	120 884
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	51 566	75 279
Credores por operações sobre valores mobiliários	52 468	7 233
Outros credores	123 678	96 515
	421 699	358 433
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 12)	26 866	26 239
Outros custos a pagar	127 439	123 232
	154 305	149 471
Receitas com proveito diferido	28 609	31 141
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	-	68 624
Outras operações a regularizar	-	5 531
	-	74 155
	604 613	613 200

NOTA 37 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E ACÇÕES PRÓPRIAS

Acções ordinárias

Em 30 de Junho de 2010, o capital social do Banco no valor de 3 500 milhões de euros encontrava-se representado por 1 166 666 666 de acções, com um valor nominal de 3 euros cada, as quais encontram-se totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, dos quais se destacam as seguintes entidades:

	% Capital	
	30.06.2010	31.12.2009
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	40,00%	40,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	10,81%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	6,05%	6,05%
Fundos de Pensões cujos associados são empresas do Grupo Portugal Telecom ⁽²⁾	2,62%	2,62%
Silchester International Investors Limited ⁽³⁾	3,01%	-
Outros	37,51%	40,52%
	100,00%	100,00%

⁽¹⁾ - Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto

⁽²⁾ - Fundos geridos pela Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA

⁽³⁾ - Informação recebida pelo BES da Silchester em 5 de Julho de 2010 e comunicada pelo BES ao mercado na mesma data

No mês de Abril de 2009, o Banco efectuou um aumento de capital, processo que envolveu três fases:

- 1ª fase – redução do capital social de 2 500 milhões de euros para 500 milhões de euros, através da redução do valor nominal da totalidade dos 500 milhões de acções representativas do capital social, de 5 euros para 1 euro e a correspondente e imediata constituição de uma reserva especial no montante de 2 000 milhões de euros;
- 2ª fase – realização de um aumento do capital social no valor de 1 200 milhões de euros mediante a emissão de 666 666 666 novas acções com o valor nominal de 1 euro cada, e preço unitário de subscrição de 1,8 euros;
- 3ª fase – realização de um novo aumento do capital social no valor de 2 333 milhões de euros, por incorporação de reservas (incluindo a reserva especial de 2 000 milhões de euros constituída na 1ª fase e prémios de emissão e reservas), mediante o aumento do valor nominal de todas as acções.

Na sequência do aumento de capital realizado, o Banco incorreu em custos de transacção no montante de 19 991 milhares de euros, os quais foram registados por contrapartida de prémios de emissão, líquidos do respectivo imposto, conforme política contabilística descrita na Nota 2.9.

Prémios de emissão

Em 30 de Junho de 2010, os prémios de emissão totalizavam 1 080 255 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos accionistas nos aumentos de capital.

Acções próprias

Por deliberação da Assembleia Geral do Banco de 20 de Junho de 2000 foi decidido implementar um Sistema de Incentivos Baseado na atribuição de Acções. Na execução deste programa, o qual se iniciou durante o exercício de 2000, encontram-se mobilizadas à data de 30 de Junho de 2010 cerca de 1 247 mil acções do BES, representativas de 0,11% do Capital Social do BES (31 de Dezembro de 2009: 1 276 mil acções, representativas de 0,11%) no valor total de 25,0 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 25,1 milhões de euros) as quais, no âmbito da política contabilística descrita na Nota 2.14, são registadas como acções próprias.

O movimento ocorrido nas acções próprias é como segue:

	30.06.2010		31.12.2009	
	Nº de acções	Valor (milhares de euros)	Nº de acções	Valor (milhares de euros)
Saldo no início do período/ exercício	1 276 261	25 083	2 479 081	29 838
Acções alienadas ⁽¹⁾	(29 549)	(112)	(1 202 820)	(4 755)
Saldo no início do período/ exercício	1 246 712	24 971	1 276 261	25 083

⁽¹⁾ inclui as acções alienadas pelo Banco em mercado, após o exercício pelo empregado do direito de revenda ao custo de aquisição, e as acções liquidadas pelos empregados na maturidade dos planos.

NOTA 38 – RESERVAS DE JUSTO VALOR, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS**Reserva legal**

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao sector bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados		
	Activos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
(milhares de euros)						
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	(222 731)	25 340	(197 391)	228 663	253 069	481 732
Aumento de capital	-	-	-	(228 663)	-	(228 663)
- <i>Redução de capital</i>	-	-	-	-	2 000 000	2 000 000
- <i>Incorporação reserva especial</i>	-	-	-	(228 663)	(2 000 000)	(2 228 663)
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	133	133
Alterações de justo valor	240 419	(42 767)	197 652	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	22 000	110 222	132 222
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(6 103)	(6 103)
Outros movimentos	-	-	-	-	49	49
Saldo em 30 de Junho de 2009	17 688	(17 427)	261	22 000	357 370	379 370
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	133	133
Alterações de justo valor	225 048	(11 919)	213 129	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(6 010)	(6 010)
Outros movimentos	-	-	-	-	47	47
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	242 736	(29 346)	213 390	22 000	351 540	373 540
Sistema de incentivos baseado em acções (SIBA)	-	-	-	-	129	129
Alterações de justo valor	(125 580)	11 276	(114 304)	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	37 000	168 667	205 667
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	(6 230)	(6 230)
Outros movimentos	-	-	-	-	384	384
Saldo em 30 de Junho de 2010	117 156	(18 070)	99 086	59 000	514 490	573 490

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	213 390	(197 391)
Varição de justo valor	12 082	624 915
Alienações do período	(139 104)	(180 381)
Imparidade reconhecida no período	1 442	20 933
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 34)	11 276	(54 686)
Saldo no final do período	99 086	213 390

NOTA 39 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Passivos contingentes		
Garantias e avales prestados	16 215 152	13 855 428
Activos financeiros dados em garantia	8 195 833	3 760 406
Créditos documentários abertos	3 267 315	2 774 673
Outros	131 530	158 044
	27 809 830	20 548 551
Compromissos		
Compromissos revogáveis	9 389 727	10 573 461
Compromissos irrevogáveis	5 270 102	5 248 704
	14 659 829	15 822 165

As garantias e avales prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 30 de Junho de 2010, a rubrica de activos dados em garantia inclui:

- Títulos dados em garantia ao Banco de Portugal (i) no âmbito do Sistema de Pagamento de Grandes Transacções no montante de 121 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 132 milhões de euros) e (ii) no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez no montante de 6 600 milhões de euros, sendo que o total dos títulos disponíveis para redesconto e depositados junto do Banco Central Europeu ascendia a 7 442 milhões de euros em 30 de Junho de 2010);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 15 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 16 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 62 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 61 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 522 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009: 522 milhões de euros).

Estes títulos dados em garantia encontram-se registados nas diversas carteiras de títulos do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento, por parte do Banco, das obrigações contratuais assumidas nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Depósito e guarda de valores	64 996 261	65 554 344
Valores recebidos para cobrança	245 737	285 776
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	7 372 864	7 684 149
Outras responsabilidades por prestação de serviços	<u>3 676 449</u>	<u>4 037 481</u>
	<u>76 291 311</u>	<u>77 561 750</u>

NOTA 40 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

	30.06.2010					31.12.2009				
	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Activos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias										
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	550	-	-	2 758	-	226	-	-	5 501
ES CONCESSÕES	238 021	269	60 467	5 027	-	225 860	65	19 787	8 615	-
ES ACE 2	-	522	-	646	2 925	-	297	-	-	5 439
ESAF	-	70 597	5 742	9 001	-	-	50 786	295	17 663	348
ESAF ESPANHA	2 235	11 283	-	2 533	11	707	12 145	-	6 619	141
ES SERVICIOS	26 093	141	-	274	1 496	24 508	141	-	550	3 451
ESGEST	-	243	-	-	514	-	314	-	-	1 315
ESDATA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
ESINF	-	1 111	-	-	2 290	-	1 067	-	-	4 940
BESNAC	-	170 030	170 320	-	980	-	614 165	891 973	-	4 945
CÊNTIMO	1 819	1 312	-	-	-	1 819	315	-	-	-
BESI	2 185 453	584 844	8 000	7 155	9 695	1 464 452	295 482	-	20 349	9 184
BES GMBH	-	160 688	1 133 437	-	-	-	12 559	1 024 740	3	5
BES ORIENTE	96	6 628	-	-	-	37	5 394	-	-	-
BES FINANCE	386 583	7 858 427	8 330 801	70 486	189 627	279 735	6 314 696	6 781 393	32 960	323 684
ES PLC	35 910	1 285	255 972	46	-	35 910	2 265	44 893	1 958	1 171
ES BANK	20 373	2 019	-	-	-	10 412	4 523	-	-	-
ES TECH VENTURES	46 163	4 484	-	501	-	66 266	2 367	-	2 447	152
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	94	-	-	-	-	1 194
ESCLINC	-	-	-	-	691	-	-	-	-	1 195
BEST	19 002	194 643	-	52	1 062	67 478	243 688	-	688	8 814
BES AÇORES	111 420	90 911	-	1 393	700	209 123	95 792	1 569	3 493	2 170
BES ANGOLA	1 963 733	32 843	-	36 266	47	1 664 546	49 877	-	53 782	23
ES FIN. CONSULTANTS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
QUINTA DOS CONEGOS	804	-	-	-	-	269	-	-	-	-
BIBL	3 898 886	1 839 161	2 902 171	11 438	26 755	1 408 923	503 015	2 485 566	20 464	33 771
FCR PME	-	80	-	-	-	-	35	-	-	42
FIQ VENTURES II	21 058	-	-	379	-	20 134	-	-	647	-
SPE-LM6	194 955	-	-	1 348	-	168 611	-	-	3 447	4 236
SPE-LM7	1 425 000	-	-	5 868	-	1 425 000	-	-	24 313	-
SPE-PF1	696 648	-	-	3 907	-	740 993	-	-	20 675	-
PRAÇA DO MARQUES	7 120	3 790	-	-	720	7 120	2 991	-	-	1 440
PARSUNI	17	-	-	-	-	17	-	-	-	-
SPE-SME1	16 384	-	-	-	-	14 432	-	-	-	-
AVISTAR	1 250 000	43 170	-	-	-	1 150 000	77 387	-	-	-
FCR_BES_GROWTH	-	114	-	-	-	-	710	-	-	-
FCR_VENTURES_III	21 542	-	-	461	-	24 507	-	-	474	-
AMAN BANK	-	20 697	-	-	-	-	-	-	-	-
OBLOG	-	500	-	-	1 219	-	-	-	-	-
BES ÁFRICA	-	13 086	-	-	-	-	-	-	-	-
	12 569 315	11 113 428	12 866 910	156 781	241 584	9 010 859	8 290 302	11 250 216	219 147	413 176
Empresas associadas										
BES VIDA	659 333	176 895	-	26 486	435	162 788	194 932	-	55 618	839
ES VÉNÉTIE	792 502	120 574	992	818	-	407 056	84 703	252	9 310	44
LOCARENT	124 827	6 635	-	1 753	4 876	141 500	341	-	5 584	8 407
BES SEGUROS	-	13 996	-	-	2	19	9 263	-	5	19
EUROP ASSISTANCE	1 035	898	8	-	3	1 035	1 289	7	-	10
ESUMÉDICA	2 519	-	4	28	-	2 504	-	4	55	-
FIDUPRIVATE	138	7	-	-	-	136	10	-	-	-
ESEGUR	1 960	121	2 261	33	-	1 750	316	2 303	56	-
ES CONTACT CENTER	2 544	-	74	38	-	1 726	-	74	52	-
EMPARK	49 295	-	-	1 314	-	48 267	-	-	1 064	-
ASCENDI	36 955	-	-	735	-	29 203	146	-	-	-
LUSOSCUS CP	6 315	72 552	-	474	34	3 877	46 948	-	86	24
LUSOSCUS BLA	8 834	2	-	98	-	9 143	23 902	-	204	144
LUSOSCUS GP	6 695	46 264	-	67	128	6 914	20 636	-	171	67
SOUSACAMP	15 000	-	-	101	-	20 000	109	-	116	-
NANIUM	40 192	1 981	-	198	-	-	-	-	-	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	-	11 937	-	-	2	-	-	-	-	-
AENOR DOURO	64 494	3 238	-	1 046	-	-	-	-	-	-
UNICRE	-	14 610	-	-	14	-	-	-	-	-
OUTRAS	22 188	7 310	-	272	7	9 151	6 065	-	77	29
	1 834 826	477 020	3 339	33 461	5 501	845 069	388 660	2 640	72 398	9 583

No âmbito do acordo de distribuição e gestão operacional existentes entre o BES, a BES Vida e o Credit Agricole, o BES concedeu à BES Vida uma garantia de retorno sobre um conjunto de activos associados a contratos de seguros e de investimento. O BES regista esta garantia no passivo pelo seu justo valor, por contrapartida de resultados, sempre que o retorno esperado dos activos é inferior à rentabilidade mínima garantida aos segurados. Em 30 de Junho de 2010 foi reconhecido um custo de 2,3 milhões de euros, sendo que em 31 de Dezembro 2009 não resultou a identificação de qualquer responsabilidade do Banco perante a BES Vida decorrente desta garantia.

Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, o montante global dos activos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (holding do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)									
30.06.2010									
	Activos					Garantias	Passivos	Proveltos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES IRMÃOS	-	89 050	-	-	89 050	-	-	1 092	-
ESCOM	-	282 589	207	3 795	286 591	-	70	1 043	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	197 639	-	-	197 639	-	91	-	-
ES SAUDE	-	127 234	15 810	-	143 044	158	2 626	1,645	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	621	2 002	63	3 659	210	-	-	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	140	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	109	-	-	-	109	11 838	17 759	1	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	3 370	-	-	3 370	21 687	22 799	30	4
ES BANK PANAMA	2 218	-	-	-	2 218	-	1 523	17	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	647	-	-
ESF PORTUGAL	-	1	-	-	1	-	117	-	-
OPWAY	-	41 411	-	-	41 411	35 892	37	907	-
T - VIDA	-	74	91 667	-	91 741	-	28 541	-	2
CONSTRUCCIONES SARRION	-	23 121	-	-	23 121	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	13	-	-	13	-	185	-	-
ESFG	-	-	-	-	-	-	286 301	-	-
OUTRAS	-	64 620	1 126	-	65 746	7 145	20 106	691	4
TOTAL	3 300	829 743	110 812	3 858	947 713	76 930	380 942	5 426	10

(milhares de euros)									
31.12.2009									
	Activos					Garantias	Passivos	Proveltos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
ES IRMÃOS	-	81 422	-	-	81 422	-	-	2 033	-
ESCOM	-	224 866	161	3 795	228 822	-	135	5 492	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	-	-	-	-	-	346 520	-	114
ES SAUDE	-	125 247	15 810	-	141 057	1 530	8 996	1,031	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	3 037	2 057	83	6 150	181	606	69	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	79	-	-
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	11 769	7 947	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	2 762	-	-	2 762	622	13 304	66	29
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	1 573	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	297	-	-
ESF PORTUGAL	-	15	-	-	15	-	132	-	-
OPWAY	-	42 927	-	-	42 927	37 662	51	647	-
T - VIDA	-	29 004	43 841	-	72 845	-	223 410	20	6
CONSTRUCCIONES SARRION	-	24 203	-	-	24 203	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	-	-	-	-	-	380 000	-	168
OUTRAS	-	48 022	1 126	-	49 148	7 175	15 143	285	15
TOTAL	973	581 505	62 995	3 878	649 351	58 939	998 193	9 643	332

Em 30 de Junho de 2010 o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 16 369 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 15 627 milhares de euros).

Em 30 de Junho de 2009 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 5 661 milhares de euros (31 de Dezembro de 2009: 5 698 milhares de euros).

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a operações compreendidas no objecto social do BES pelo que se encontram excluídas das disposições constantes dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais. Porém, os créditos concedidos aos administradores das instituições de crédito estão abrangidos pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF), cuja actual redacção foi introduzida pela Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro, estando estas operações sujeitas a deveres de reporte ao Banco de Portugal, nos termos da Instrução n.º 13/2008. Assim, nos termos desta legislação, há a destacar os seguintes condicionalismos:

- Não pode ser concedido crédito, sob qualquer forma ou modalidade, aos administradores executivos e membros do órgão de fiscalização (incluindo o cônjuge ou parente em 1º grau), nem a sociedades ou outros entes colectivos por eles directa ou indirectamente dominados, com excepção: (i) das operações de carácter ou finalidade social, (ii) das operações decorrentes da política de pessoal ou (iii) que resultem da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com clientes de perfil e risco análogos, todos nos termos do n.º 4 do artigo 85.º do RGICSF;
- As operações de crédito a administradores não executivos e que não façam parte da Comissão de Auditoria são sujeitas a aprovação por maioria de pelo menos dois terços dos restantes membros do órgão de administração e parecer favorável do órgão de fiscalização, nos termos do n.º 8 do artigo 85.º do RGICSF;
- As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Todos os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objecto de provisões nos mesmos moldes estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. No entanto, os mesmos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base colectiva tal como referido na Nota 2.5 – Crédito concedido.

Durante o primeiro semestre de 2010 e o exercício de 2009 não se efectuaram transacções com os fundos de pensões do Banco.

NOTA 41 – SECURITIZAÇÃO DE ACTIVOS

A 30 de Junho de 2010, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efectuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	452 649	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	452 378	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	638 280	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	718 844	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	980 106	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	702 054	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	861 467	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1 plc	Dezembro de 2007	1 079 100 [Ⓜ]	819 523	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 888 994	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 [Ⓜ]	519 471	Crédito Leverage Finance

[Ⓜ] Esta operação de securitização inclui 888 600 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 190 500 milhares de euros de créditos de outras entidades do Grupo BES (montantes iniciais)

[Ⓜ] Esta operação de securitização inclui 382 062 milhões de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhões de euros de créditos de outras entidades intervenientes nesta operação de securitização (BES Investimento e ES Vénétie)

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de Janeiro de 2004. Assim, os activos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os activos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de Janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

NOTA 42 – JUSTO VALOR DOS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

	(milhares de euros)			
	30.06.2010		31.12.2009	
	Total Valor de Balanço	Justo Valor	Total Valor de Balanço	Justo Valor
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 324 220	1 324 220	1 686 023	1 686 023
Disponibilidades em outras instituições de crédito	224 107	224 107	322 297	322 297
Activos financeiros detidos para negociação	4 651 391	4 651 391	3 344 104	3 344 104
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 513 151	1 513 151	922 558	922 558
Activos financeiros disponíveis para venda	8 293 635	8 293 635	7 174 460	7 174 460
Aplicações em instituições de crédito	10 375 586	10 375 586	12 048 539	12 048 539
Crédito a clientes	42 122 030	41 331 204	40 379 161	39 768 323
Investimentos detidos até à maturidade	1 922 696	1 853 143	2 034 947	1 952 676
Derivados para gestão do risco	673 780	673 780	579 895	579 895
Activos financeiros	71 100 596	70 240 217	68 491 984	67 798 875
Recursos de bancos centrais	8 543 982	8 543 982	3 378 514	3 378 514
Passivos financeiros detidos para negociação	1 911 440	1 911 440	1 361 876	1 361 876
Recursos de outras instituições de crédito	14 804 303	14 692 018	11 560 867	11 583 012
Recursos de clientes e outros empréstimos	22 402 488	22 402 488	22 594 175	22 594 175
Responsabilidades representadas por títulos	19 513 133	18 758 376	24 984 918	25 069 535
Passivos financeiros associados a activos transferidos	367 383	367 383	-	-
Derivados para gestão do risco	361 147	361 147	370 338	370 338
Passivos subordinados	3 131 974	2 501 244	3 419 742	3 109 906
	71 035 850	69 538 078	67 670 430	67 467 356

Os Activos e Passivos ao justo valor do Banco foram valorizados de acordo com a metodologia descrita no Relatório e contas de 31 de Dezembro de 2009.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogéneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de *portfolio*. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respectivo justo valor.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 43 – GESTÃO DOS RISCOS DE ACTIVIDADE

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua actividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos *credit defaults swaps* (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de protecção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efectuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interacção entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efectuada regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	11 794 738	13 866 300
Activos financeiros detidos para negociação	4 644 284	3 337 750
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	775 885	735 653
Activos financeiros disponíveis para venda	7 038 335	5 503 040
Crédito a clientes	42 122 030	40 379 161
Investimentos detidos até à maturidade	1 922 696	2 034 947
Derivados para gestão de risco	673 780	579 895
Outros activos	1 661 310	1 556 468
Garantias e avals prestados	16 215 152	13 855 428
Créditos documentários	3 267 315	2 774 673
Compromissos irrevogáveis	5 270 102	5 248 704
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	351 639	298 906
	95 737 266	90 170 925

A repartição por sectores de actividade, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)										
30.06.2010										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	526 525	(22 260)	9 502	-	-	25 304	(2 887)	-	-	35 935
Indústrias Extractivas	674 411	(10 718)	6 251	-	-	384	-	-	-	20 808
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	790 201	(15 700)	15 456	-	-	39 273	(52)	4 304	-	94 864
Têxteis e Vestuário	339 843	(59 535)	4 546	-	-	28 731	(2 238)	-	-	18 143
Curtumes e Calçado	72 296	(3 769)	1 142	-	-	502	(499)	-	-	2 726
Madeira e Cortiça	161 712	(19 690)	2 002	-	-	-	-	-	-	5 169
Papel e Indústrias Gráficas	247 594	(6 484)	14 355	-	-	135 247	-	-	-	72 018
Refinação de Petróleo	19 707	(344)	207	-	-	-	-	-	-	2 987
Produtos Químicos e de Borracha	592 619	(10 818)	18 132	-	-	70 484	(11 052)	13 062	-	77 649
Produtos Minerais não Metálicos	314 989	(16 234)	1 449	-	-	9 572	-	-	-	42 239
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	584 019	(27 755)	2 469	-	-	8 059	-	-	-	82 014
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	268 625	(13 305)	2 360	-	-	27 419	(596)	10 730	-	209 363
Fabricação de Material de Transporte	133 495	(11 605)	616	-	-	1 786	(31)	-	-	89 886
Outras Industrias Transformadoras	481 041	(19 126)	956	-	-	14 300	(14 250)	-	-	33 063
Electricidade, Gás e Água	995 863	(13 433)	36 652	-	-	88 325	-	15 991	-	504 235
Construção e Obras Públicas	4 660 796	(205 212)	80 492	-	-	50 669	(1 687)	-	-	1 960 813
Comércio por Grosso e a retalho	2 869 927	(171 638)	90 428	-	-	284 049	(13 215)	5 352	-	574 514
Turismo	1 245 952	(32 892)	11 753	-	-	8 560	(376)	-	-	64 727
Transportes e Comunicações	1 865 303	(62 867)	124 502	-	-	631 351	(3)	209 264	-	911 248
Actividades Financeiras	1 882 127	(91 622)	1 371 205	1 430 575	673 780	4 722 353	(31 030)	1 079 824	(40 482)	8 753 744
Actividades Imobiliárias	4 903 980	(150 924)	35 825	-	-	84 700	(1 815)	-	-	502 931
Serviços Prestados às Empresas	4 030 867	(86 888)	59 665	3	-	1 147 507	(17 687)	-	-	1 430 091
Administração e Serviços Públicos	893 097	(13 892)	2 745 184	-	-	496 480	-	241 502	-	203 408
Outras actividades de serviços colectivos	2 714 801	(81 539)	77 297	82 573	-	516 540	(13 171)	383 132	(21 033)	408 413
Crédito à Habitação	8 620 856	(191 213)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 678 035	(159 437)	-	-	-	-	-	-	-	112 619
Outros	544 921	(2 664)	10 135	-	-	12 633	(4)	21 050	-	1 506
TOTAL	43 113 602	(1 501 564)	4 651 391	1 513 151	673 780	8 404 228	(110 593)	1 984 211	(61 515)	16 215 152

^(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 991 572 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 509 992 milhares de euros (ver Nota 33)

(milhares de euros)										
31.12.2009										
	Crédito sobre clientes		Activos financeiros detidos p/ negociação	Outros activos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Activos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avales prestados
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	551 642	(19 784)	3 182	-	-	16 638	(3 562)	-	-	30 255
Indústrias Extractivas	479 543	(5 821)	5 801	-	-	-	-	-	-	23 647
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	786 592	(16 015)	10 248	-	-	27 860	(64)	4 302	-	106 307
Têxteis e Vestuário	335 780	(57 081)	3 994	-	-	21 450	(2 453)	-	-	23 838
Curtumes e Calçado	63 440	(3 737)	738	-	-	500	(616)	-	-	3 312
Madeira e Cortiça	158 268	(17 188)	1 586	-	-	-	-	-	-	5 354
Papel e Indústrias Gráficas	241 406	(5 996)	2 928	-	-	112 709	-	-	-	39 842
Refinação de Petróleo	37 171	(267)	642	-	-	-	-	-	-	3 145
Produtos Químicos e de Borracha	523 801	(17 025)	14 573	-	-	54 676	(10 366)	13 118	-	63 905
Produtos Minerais não Metálicos	351 408	(16 119)	1 247	-	-	5 014	-	-	-	42 775
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	542 419	(22 645)	2 198	-	-	10 345	-	-	-	94 535
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Eléctricos	281 614	(33 310)	2 295	1 994	-	2 840	(783)	14 593	-	185 547
Fabricação de Material de Transporte	137 700	(4 289)	808	-	-	2 373	(38)	24 180	-	80 658
Outras Industrias Transformadoras	511 848	(20 231)	973	-	-	13 227	(12 087)	-	-	18 227
Electricidade, Gás e Água	891 246	(8 615)	23 505	-	-	15 707	-	15 965	-	388 651
Construção e Obras Públicas	4 571 336	(170 307)	56 211	-	-	86 583	(2 253)	-	-	1 703 290
Comércio por Grosso e a retalho	2 845 395	(156 822)	18 276	-	-	130 279	(13 474)	5 333	-	569 530
Turismo	1 131 119	(25 853)	11 474	-	-	3 019	(463)	-	-	72 020
Transportes e Comunicações	1 713 727	(49 953)	69 168	-	-	585 190	(4)	137 781	-	630 133
Actividades Financeiras	1 630 867	(83 232)	1 232 994	808 741	579 898	4 399 875	(28 278)	1 172 767	(20 230)	7 375 055
Actividades Imobiliárias	4 836 058	(156 532)	34 498	-	-	309 745	(1 672)	-	-	587 958
Serviços Prestados às Empresas	3 812 896	(79 260)	32 353	6	-	969 053	(19 898)	-	-	1 137 542
Administração e Serviços Públicos	907 659	(10 574)	1 749 820	-	-	327 322	-	238 498	-	95 016
Outras actividades de serviços colectivos	2 685 343	(90 777)	60 533	101 881	-	168 134	(7 701)	420 685	(13 979)	445 704
Crédito à Habitação	8 232 936	(184 819)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 713 244	(151 706)	-	-	-	-	-	-	-	127 143
Outros	340 645	(5 254)	4 059	9 936	-	15 640	(7)	21 934	-	2 000
TOTAL	41 315 103	(1 413 212)	3 344 104	922 558	579 898	7 278 179	(103 719)	2 069 156	(34 209)	13 855 428

^(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 935 942 milhares de euros (ver Nota 21) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 477 270 milhares de euros (ver Nota 33)

Risco de mercado

O Risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções e de mercadorias.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afectação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

	milhares de euros	
	30.06.2010	31.12.2009
Risco cambial	22 249	18 846
Risco taxa de juro	3 500	6 043
Acções e mercadorias	9 730	12 405
Efeito da diversificação	(12 601)	(12 896)
Total	22 878	24 398

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 23 milhões de euros para as suas posições de negociação (31 de Dezembro de 2009: cerca de 24 milhões de euros).

O modelo utilizado para o cálculo da análise de sensibilidade do risco de taxa de juro da carteira bancária baseia-se numa aproximação ao modelo da duração, sendo efectuados cenários paralelos para deslocação da curva de rendimentos de 200 p.b. em todos os escalões de taxa de juro.

As medidas de risco da taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos sobre a situação líquida e o resultado financeiro de variações das taxas de juro. O risco de taxa de juro na óptica do efeito sobre a situação líquida do BES cifrou-se em 658 milhões de euros em 30 de Junho de 2010, que compara com 528 milhões de euros no final de 2009.

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010 e o exercício findo 31 de Dezembro de 2009, bem assim como os respectivos saldos médios e os juros do exercício:

(milhares de euros)

	30.06.2010			31.12.2009		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Activos monetários	11 175 068	164 991	2,94%	12 112 170	260 241	2,15%
Crédito a clientes	42 013 297	692 356	3,28%	39 668 507	1 689 260	4,26%
Aplicações em títulos	11 435 790	166 659	2,90%	9 979 531	385 029	3,86%
Aplicações diferenciais	1 069 845	-	0,00%	947 811	-	-
Activos financeiros	65 694 000	1 024 006	3,10%	62 708 019	2 334 530	3,72%
Recursos monetários	15 996 164	129 476	1,61%	17 931 189	271 354	1,51%
Recursos de clientes	22 548 097	147 211	1,30%	21 423 128	393 127	1,84%
Outros recursos	27 149 739	394 142	2,89%	23 353 702	760 910	3,26%
Passivos financeiros	65 694 000	670 829	2,03%	62 708 019	1 425 391	2,27%
Resultado Financeiro		353 177	1,07%		909 139	1,45%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos activos e dos passivos, a 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	30.06.2010				31.12.2009			
	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD DOLAR DOS E.U.A.	(2 785 970)	3 022 188	(6 372)	229 846	(2 210 041)	2 594 248	(19 206)	365 001
GBP LIBRA ESTERLINA	(199 235)	198 386	55 946	55 097	(814 647)	814 992	(9 093)	(8 748)
BRL REAL BRASILEIRO	489 041	-	6 143	495 184	485 400	-	15 926	501 326
DKK COROA DINAMARQUESA	52 644	(3 839)	-	48 805	347 961	(300 667)	-	47 294
JPY YEN	(210 382)	236 815	(99 151)	(72 718)	(192 291)	240 094	(142 064)	(94 261)
CHF FRANCO SUICO	36 561	(17 082)	(8 283)	11 196	(161 753)	163 805	1 031	3 083
SEK COROA SUECA	51 825	(55 551)	7 340	3 614	85 501	(88 666)	15 909	12 744
NOK COROA NORUEGUESA	3 283	(2 802)	11 072	11 553	(935)	(1 385)	74 699	72 379
CAD DOLAR CANADIANO	(21 731)	24 360	(17 703)	(15 074)	1 462	369	2 399	4 230
ZAR RAND	1 971	(3 934)	(6 315)	(8 278)	(2 359)	-	10	(2 349)
AUD DOLAR AUSTRALIANO	155 146	(155 928)	(20 067)	(20 849)	172 285	(175 561)	40 816	37 540
CZK COROA CHECA	(12)	467	(25 242)	(24 787)	3 782	(302)	(1 878)	1 602
OUTROS	121 580	(54 077)	206 531	274 034	171 249	(127 366)	138 199	182 082
	(2 305 279)	3 189 003	103 899	987 623	(2 114 386)	3 119 561	116 748	1 121 923

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez advém da incapacidade potencial de financiar o activo satisfazendo as responsabilidades exigidas nas datas devidas e da existência de potenciais dificuldades de liquidação de posições em carteira sem incorrer em perdas significativas. O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no curto, médio e longo prazo, estando a estratégia financeira do Banco desenvolvida no Relatório de Gestão.

Com o objectivo de avaliar a exposição global a este tipo de risco são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efectuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

Adicionalmente, é também realizado um acompanhamento por parte do Banco da posição de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculada segundo a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal. Em 30 de Junho de 2010 a posição de liquidez era positiva em 8 milhões de euros (31 de Dezembro de 2009 a posição era positiva em 2 306 milhões de euros).

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na eventualidade de perdas originadas por falhas na prossecução de procedimentos internos, pelos comportamentos das pessoas ou dos sistemas informáticos, ou ainda, por eventos externos à organização.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das actividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objectivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da actividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos activos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adoptar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objectivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Directiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de Março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

Os elementos de capital do Banco dividem-se em Fundos Próprios de Base, Fundos Próprios Complementares e Deduções, com a seguinte composição:

- **Fundos Próprios de Base (FPB):** Esta categoria inclui o capital estatutário realizado, as reservas elegíveis (excluindo as reservas de justo valor positivas), e os resultados retidos do período quando certificados, os interesses minoritários e as acções preferenciais. São deduzidas as reservas de justo valor negativas associadas a acções ou outros instrumentos de capital, o valor de balanço dos montantes relativos a “Goodwill” apurado, activos intangíveis e desvios actuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor. Desde 2007 passaram também a ser deduzidas em 50% do seu valor as participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Em 2009, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (FPC):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a acções ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como, em 2009, 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco deduzidas das somas de correcções de valor e provisões existentes, decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções (D):** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que os FPC não podem exceder os FPB. Adicionalmente, determinadas componentes dos FPC (o designado Lower Tier II) não podem superar os 50% dos FPB.

Em Dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de Dezembro de 2009 a Dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios actuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos activos do fundo relativos a este mesmo ano.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	Período de seis meses findo em	Exercício findo em
	30.06.2010	31.12.2009
Saldo no início do período	4 459	3 021
Aumento de capital	-	1 180
Incorporação de resultados do exercício	83	206
Varição dos desvios actuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	(118)	4
Amortização do período transitório dos IFRS	(6)	(11)
Dedução de participações em Sociedades Financeiras	107	(132)
Activos intangíveis	-	(13)
Reservas de reavaliação	30	206
Outros efeitos	(4)	(2)
Saldo no fim do período	4 551	4 459

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 30 de Junho de 2010 e 31 de Dezembro de 2009:

	(milhões de euros)	
	30.06.2010	31.12.2009 ^(a)
A - Fundos Próprios		
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	4 555	4 555
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	657	579
Activos Intangíveis	(105)	(105)
Desvios Actuarias de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(351)	(233)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial	22	(8)
Periodo transitório IFRS	40	45
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	4 818
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(267)	(374)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	4 551
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas	62	126
Divida Subordinada elegível	2 496	2 638
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos	(203)	(374)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)	2 355	2 390
Deduções	(102)	(57)
Fundos Próprios Elegíveis ^(a)	(A3)	6 804
B- Activos de Risco Equivalentes		
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)	54 151	51 506
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)	2 853	2 739
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)	2 330	2 330
Total de Activos de Risco Equivalentes	(B)	59 334
C- Rácios Prudenciais		
Rácio Core Tier 1	(A1 / B)	8,1%
Rácio Tier 1	(A2 / B)	7,7%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	11,5%

(a) Valores de Junho de 2010 e Dezembro de 2009 com base no método IRB Foundation.

NOTA 44 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 7 e 21 de Julho de 2010, o BES realizou duas emissões de obrigações hipotecárias, no montante de 750 e 1 250 milhões de euros respectivamente, com uma maturidade de 7 anos e emitidas ao abrigo do programa de emissão global no valor de 10 mil milhões de euros.
- Em 21 de Julho de 2010, enquadrada numa acção de revisão de ratings dos bancos portugueses, a agência Fitch anunciou a revisão em baixa do rating do BES de A+ para A, com outlook negativo.



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTRADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, do Banco Espírito Santo, S.A., (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 84.873.585 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 6.525.391 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 282.178 milhares de euros), nas Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada em conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira consolidada anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira consolidada;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira consolidada;
 - se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante no Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com o IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 13 de Agosto de 2010



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC N.º 1131)



**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, do Banco Espírito Santo, S.A., (Banco), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 77.919.035 milhares de euros e um total de capital próprio de 5.366.295 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 138.435 milhares de euros), nas Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do período de seis meses findo naquela data e nas correspondentes Notas explicativas.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal que tem como base a aplicação do IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar, com excepção das matérias definidas nos nºs 2º e 3º do Aviso nº 1/2005 e no nº 2º do Aviso nº 4/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”) e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
 - b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu:
- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apresentação da informação financeira;
 - se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita; e
- b) em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão intercalar com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2010, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as NCA's e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 13 de Agosto de 2010


KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC N.º 1131)

ANEXO

Listagem das transacções realizadas durante o 1º semestre de 2010, relativas às acções do Banco Espírito Santo S.A. ou instrumentos financeiros com elas relacionados efectuadas pelos seus dirigentes, a que se referem os números 6 e 7 do artigo 14º do Regulamento da CMVM nº 5/2008)

Nome	Nr. Sequência	Tipo Operação	Quantidade de acções	Preço Unitário (euro)	Tipo Mercado	Data Operação
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	1	Compra	2 500	3,737	Bol	04-03-2010
	2		608	3,765		
	3		1 892	3,765		
	4		2 500	3,780		
	5		2 049	3,780		
	6		451	3,760		
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	7	Compra	3 733	4,095	Bol	03-02-2010
	8		400	4,095		
	9		1 388	4,095		
	10		3 791	4,093		
	11		588	4,093		
	12		100	4,093		
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau	13	Compra	1 230	4,000	Bol	08-03-2010
	14		1 000	3,918		
	15		1 000	3,962		
	16		3 000	3,980		
João Eduardo Moura da Silva Freixa	17	Compra	4 761	3,030	Bol	21-05-2010
	18		10 000	3,030		
	19		4 239	3,030		
	20	Venda	4 173	3,120	Bol	27-05-2010
	21		5 000	3,120		
	22		10 000	3,120		
	23		1 648	3,120		
	24		9 179	3,120		
	25		2 445	3,170		
	26	Compra	3 544	3,170	Bol	28-05-2010
	27		267	3,170		
	28		268	3,170		
29	4 476		3,170			
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	30	Compra	576	3,694	Bol	03-03-2010
	31		386	3,694		
	32		4 010	3,696		
	33		28	3,696		
	34		5 000	3,693		
	35		1 379	3,691		
	36		400	3,694		
	37		221	3,694		
	38		179	3,694		
	39		400	3,694		
	40		400	3,694		
	41		400	3,694		
	42		400	3,694		
	43		400	3,694		
	44		821	3,694		
	45		2 000	3,691		
	46		2 000	3,691		
	47		500	3,691		
	48		500	3,690		
	49		2 000	3,690		
	50		1 502	3,690		
	51		498	3,690		
	52		1 000	3,690		
	53		1 500	3,698		
54	1 000	3,698				

Nome	Nr. Sequência	Tipo Operação	Quantidade de ações	Preço Unitário (euro)	Tipo Mercado	Data Operação
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	55	Compra	334	3.920	Bol	04-02-2010
	56		247	3.920		
	57		3 879	3.920		
	58		2 508	3.920		
	59		793	3.920		
	60		1 539	3.920		
	61		700	3.920		
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	62	Compra	2 046	4.263	Bol	01-02-2010
	63		400	4.261		
	64		950	4.259		
	65		568	4.257		
	66	36	4.254	Compra	Bol	04-05-2010
	67	725	3.597			
	68	600	3.597			
69	1 830	3.597				
70	1 845	3.597				
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	71	Compra	4 531	3.660	Bol	01-03-2010
	72		949	3.660		
	73		247	3.660		
	74		8 000	3.664		
	75		4 373	3.670		
	76		627	3.670		
	77		2 957	3.660		
	78		500	3.660		
	79		795	3.660		
	80		5 400	3.660		
	81		348	3.660		
	82		5 000	3.670		
	83		4 297	3.680		
	84		703	3.680		
	85		27	3.690		
	86		4 973	3.690		
	87		1 997	3.700		
	88		795	3.700		
	89		795	3.700		
	90		795	3.700		
	91		618	3.700		
	92		97	3.710		
	93		1 477	3.710		
	94		130	3.710		
	95		520	3.710		
	96		2 776	3.710		
	97		5 000	3.700		
	98		4 748	3.704		
	99		3 100	3.690		
	100		2 315	3.690		
	101		185	3.690		
	102		1 383	3.690		
103	808	3.690				
104	309	3.690				
105	2 971	3.690				
106	529	3.690				
107	2 500	3.675				
108	850	3.680				
109	1 650	3.680				
110	1 177	3.685				
111	62	3.685				
112	1 261	3.685				
113	2 500	3.680				
114	1 152	3.670				
115	2 500	3.660				
116	1 000	3.559				
Francisco José Valente Hipólito dos Santos	1	Venda	10 723	4,070	Bol	15-04-2010
	2		669	4,070		
Miguel Beirão da Veiga de Almeida Carvalho	3	Venda	79	4,037	Bol	16-04-2010
	4		3 000	4,035		
	5		994	4,034		
	6		1 991	4,033		
	7		1 300	4,031		
	8		2 189	4,031		
9	1 149	4,030				